

CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SENADO FEDERAL)

(PLS 180/89)

ASSUNTO:

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DESPACHO: JUSTIÇA E REDAÇÃO - SERVIÇO PÚBLICO - FINANÇAS.

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO em 21 de setembro de 1989

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Miro Teixeira - *li*, em 22.9.1989

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Ao Sr. Deputado SILVIO ABREU *li*, em 24.10.1989

O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação (REDIST)

Ao Sr. *DEP. JIMR BOLSONARO*, em 29/04 1991 *mt*

O Presidente da Comissão de TRABALHO

Ao Sr. DEPUTADO MESIAS GÓIS (VISTA), em 27/05/1992

O Presidente da Comissão de TRABALHO, de ADM. e SERV. PÚBLICO

Ao Sr. Dep. José M. Eymael, em 23/6 1992

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Ao Sr. Dep. José Dirceu (VISTA), em 02/12 1992

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 3.592 D. 9

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989
(DO SENADO FEDERAL)



Dispõe sobre a reparação de natureza econômica pre
vista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Dis-
posições Constitucionais Transitórias.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO;
DE SERVIÇO PÚBLICO; E DE FINANÇAS)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	C.S.P	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Ronaldos
		PL	3592	1989	05	10	1989	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
aguardando distribuições.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	C.S.P	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Antônio
		PL	3.592	1989	11	10	1989	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
RELATOR, DEP. FRANCISCO KÜSTER

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

03

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	C.S.P	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Antônio
		PL	3.592	1989	12	10	1989	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
REDISTRIBUÍDO AO RELATOR, DEP. NOSSER ALMEIDA
RELATOR-SUBSTITUTO, DEP. WAGNER LACCO

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

04

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	C.S.P.	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Antônio
		PL	3.592	1989	13	10	1989	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
REDISTRIBUÍDO AO RELATOR, DEP. RENATO VIANNA
RELATOR-SUBSTITUTO, DEP. WAGNER LACCO

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Luiza
		PL	3.592	1989	29	04	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Distribuído ao dep. Jair Bolsonaro

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Luiza
		PL	3.592	1989	23	05	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Devolvido pelo Relator, com parecer favorável ao principal e seus anexos.

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

03

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Luiza
		PL	3.592	1989	07	06	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Encaminhado à CCJR para ser apensado ao PL 825/91

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

04

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Luiza
		PL	3.592	1989	29	05	1992	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Concedido vista ao dep. Messias Góes

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

05

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Luiz
		P2	3592	1989	03	06	1992	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Aprovado o parecer do relator.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

06

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Luiz
		P2	3592	1989	11	06	1992	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Encaminhado à Comissão de Finanças.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

7

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CFT	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Ely
		P2	3.592	1989	30	11	92	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Parecer do Relator, Dep. JOSÉ M^o EYMAEL: pela adequação financeira e orçamentária e no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do PL e pela prejudicialidade dos apensados: 1.727/89; 1.735/89; 2.131/91; 2.189/89; 2.580/89; 3.167/89 e 4.247/89.

SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

8

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CFT	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Ely
		P2	3.592	89	4	12	92	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Revolução da Vista pelo Dep. José Dirceu, sem manifestação escrita.

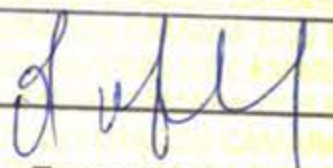
SGM 20.32.0014.4 - (MAR/87)

As Comissões :
1. Constituição e Justiça e Redação

2. de Serviço Público.

3. de Finanças.

Em 11 / 09 / 89.


Presidente

Projeto de Lei 3.592/89

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

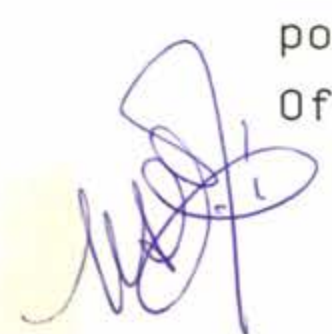
Art. 1º - Os aeronautas, aeroviários e militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, em função das Portarias Reservadas nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º - A reparação prevista no artigo anterior será concedida mediante requerimentos do beneficiário, apresentados no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei, ao Ministro da Fazenda, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio e ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio.

Parágrafo único - Os requerimentos de que trata o **caput** deste artigo serão acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente pelo ato institucional ou complementar e a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica;

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao quadro de oficiais-aviadores ou aos quadros e subespecialidades referidos no art. 4º desta Lei, assim como a data em que este sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou a cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção.





Art. 3º - Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago, na data da publicação desta Lei, a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira, de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação até o dia do efetivo pagamento.

Art. 4º - Os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades Q-AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades, "Especialistas em Aviões", AT-CV, AT-RAMR, AT-SE, AT-HE, AT-AV, AT-CM, AT-SH, AT-IT, AT-CP, AT-PI, AT-MO, MR MEAU, MR SEAU, MR SHAU, MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-V0 e RT-TE, terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago respectivamente a Comissário, Mecânico de Vôo, Mecânico I e Despachante de Vôo na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação, até o dia do efetivo pagamento.

Art. 5º - A reparação prevista nos arts. 3º e 4º desta Lei estende-se aos herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, devendo ser calculada desde a data da sanção imposta ao beneficiário até a data de seu falecimento, e será recebida através do Ministério da Fazenda.

Art. 6º - São os beneficiários desta Lei, também, habilitados a receber uma aposentadoria a ser paga pela Previdência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social



mais próximo de seu domicílio, com vigência a partir da publicação desta Lei.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata o artigo anterior corresponderá, em número de salários mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário que serviu de base para o cálculo da reparação prevista nos artigos 3º e 4º desta Lei, ao beneficiário.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o art. 7º desta Lei, e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 9º - Os recursos para atendimento do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei serão adiantados em cotas trimestrais à Previdência Social, de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 10 - A aposentadoria de que trata o art. 6º desta Lei não poderá ser acumulada com nenhuma outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado exercer opção por aquela que desejar.

Art. 11 - Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta Lei, bem como estabelecerão normas internas que permitam aos beneficiários o recebimento da reparação a que fazem jus perante os órgãos em que a requeiram, e no prazo de sessenta dias a contar do requerimento previsto no art. 2º desta Lei.

Art. 12 - O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários informarão, dentro do prazo de dez dias da publicação desta Lei, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social, os valores dos salários de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei, neles incluídas as partes fixas e variáveis, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser incluída.

Art. 13 - Sobre a reparação econômica prevista nesta Lei, não incidirá tributo de qualquer natureza.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei



correrão à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o presente exercício.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 06 DE SETEMBRO DE 1989

SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5,

de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.



S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1989.

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Apresentado pelo Senhor Senador MAURO BORGES

Lido no expediente da sessão de 27/6/89 e publicado no DCN (Seção II) de 28/6/89. À CCJ (competência terminativa), onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 16/8/89, A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 42/89-CCJ, comunicando que a CCJ aprovou o Projeto. É aberto o prazo de 72 horas, após a publicação da decisão da CCJ no DCN (Seção II), para interposição de recurso para que o projeto seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº.534, de 06.09.89

b



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 6 SET 15 35 022166

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PR. SECRETARIA GERAL

SM/Nº 534

Em 06 de setembro de 1989

Senhor Primeiro Secretário,

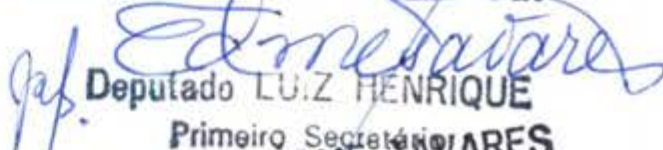
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 180, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.


SENADOR MENDES CANALE
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 06/09/89. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.


Deputado LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário
Deputado EDME TAVARES
Segundo Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIZ HENRIQUE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

JF/.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI *

N.º 1.329, de 1988

(Do Sr. José Maria Eymael)

Concede reparação da natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º De conformidade com o disposto no § 3.º do art. 8.º da Constituição Federal, (Disposições Transitórias) os aeronautas, aeroviários e militares da Força Aérea Brasileira que, na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, especificadas na Portaria do Ministério da Aeronáutica n.º 869-A GM-5, de 29 de agosto de 1963, em função das Portarias Reservadas n.ºs S-50 GB-5, de 19 de junho de 1964, e S-285GM-5, de 1.º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus a uma reparação de natureza econômica na forma desta lei.

Art. 2.º Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais aviadores da Força Aérea Brasileira terão a seguinte reparação econômica:

§ 1.º A união pagará a cada beneficiário até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao órgão competente designado pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei, uma vez e meia a quantia correspondente ao maior salário pago a piloto na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de 1.º nível na data da publicação desta lei multiplicado pelo número de

meses decorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a restrição do exercício da atividade e a data de publicação desta lei, quantia esta que será corrigida monetariamente em OTN fiscais até o dia do efetivo.

§ 2.º Os beneficiários deste artigo ficam habilitados a requerer aposentadoria especial paga pela União através do Ministério da Previdência Social e com vigência a partir da publicação desta lei, no valor correspondente em número de salários mínimos, ao salário disposto no § 1.º deste artigo.

Art. 3.º Os aeronautas não incluídos no art. 2.º desta lei, aeroviários e militares da Força Aérea Brasileira dos quadros e especialidades cujas atividades permitiam a concessão de licenças e certificados de acordo com a Portaria n.º 869 — A/GM-5, de 25 de agosto de 1963 do Ministério da Aeronáutica, terão a seguinte reparação econômica:

§ 1.º A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao órgão competente designado pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei, uma vez e meia a quantia correspondente ao maior salário pago a comissário de bordo na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de 1.º nível na data da publicação desta lei multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a restrição do exercício da atividade e a data da publicação desta lei, quantia

* (Republica-se em virtude da anexação de substitutivo do autor.)

esta que será corrigida monetariamente em OTN fiscais até o dia de seu efetivo pagamento.

§ 2.º Os beneficiários deste artigo ficam habilitados a requerer aposentadoria especial paga pela União através do Ministério da Previdência Social e com vigência a partir da publicação desta lei no valor correspondente em número de salários mínimos ao salário disposto no § 1.º deste artigo.

Art. 4.º O Ministério da Aeronáutica, através da Diretoria da Aeronáutica Civil (DAC), independentemente da regulamentação desta lei, fornecerá dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data do requerimento do beneficiário, certidões para que o mesmo possa requerer os benefícios a que faz jus junto aos órgãos designados pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei.

§ 1.º Na certidão constará:

I — data em que o beneficiário sofre a restrição do exercício da atividade, nos termos do art. 1.º

II — Data do falecimento, se for o caso.

III — Os artigos desta lei em que o beneficiário está enquadrado para efeito de recebimento da reparação.

Art. 5.º Os herdeiros e dependentes dos civis e militares beneficiados por esta lei receberão a reparação econômica de acordo com os parágrafos 1.º dos arts. 2.º e 3.º desta lei, sendo que o maior salário será multiplicado pelo número de meses entre a data em que o beneficiário sofreu a restrição do exercício da atividade e a data de seu falecimento.

Art. 6.º Para efeito de cálculo da quantia de que trata os parágrafos 1.º e 2.º dos arts. 2.º e 3.º desta lei, será incluída a parte fixa e variável do salário bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída.

Art. 7.º Cabe ao Sindicato Nacional dos Aeronautas fornecer ao órgão determinado pela regulamentação desta lei, o valor dos salários de que tratam os arts. 2.º e 3.º desta lei.

Art. 8.º A aposentadoria de que trata o § 2.º dos arts. 2.º e 3.º não poderá ser acumulada com qualquer outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiário optar por aquela que desejar.

Art. 9.º Sobre a reparação econômica de que tratam os §§ 1.º dos arts. 2.º e 3.º desta lei, não incidirá qualquer tributo.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral da União para o corrente exercício.

Art. 11. Os beneficiários desta lei terão o prazo de 60 (sessenta) dias após a sua regulamentação para requerer aos órgãos competentes os benefícios a que fizerem jus.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, após sua publicação.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

I — HISTÓRICO — Da Violação dos Direitos Humanos — Da Dupla Punição

1 — Pela primeira vez na história do Brasil, um texto constitucional manda dar reparação a cidadãos brasileiros que tiveram violados pelo Estado, também pela primeira vez em sua história, um dos mais sagrados direitos do homem, **o direito ao trabalho**;

2 — Com efeito, logo que instalou-se em nossa Pátria um regime autoritário proveniente do movimento militar de 1964, foi baixada uma legislação excepcional em que os cidadãos perderam seus cargos, postos, funções e empregos sem que lhes fosse dado o menor direito de defesa. Assim, milhares de brasileiros, através de dispositivo constitucional, ficaram impossibilitados de recorrer ao Poder Judiciário, isto é, à **Justiça**, contra as arbitrariedades de que tinham sido vítimas.

3 — Não obstante o rigor das punições, dentro do Ministério da Aeronáutica, espíritos distorcidos, que não representavam padrão moral da corporação, mas que inicialmente na época ocupavam posições de destaque, induziram chefes respeitados a aplicar aos aeronautas, aeroviários e militares da Força Aérea Brasileira punidos pelos Atos Institucionais e Complementares uma segunda punição, esta com um aspecto de caráter mais grave, porque visava atingir não só cidadãos já punidos sem direito de defesa, mas também suas famílias, suas esposas e seus filhos. Neste ato, a torpeza era açulada pela covardia.

4 — Assim, o Ministério da Aeronáutica, baixou as Portarias Reservadas n.ºs S-50 GM-5 e S-285GM-5, respectivamente de 15 de junho de 1964 e 1.º de setembro de

1966, cujo teor não era revelado por serem documentos sigilosos. Essas Portarias Reservadas proibiam a concessão e revalidação de licenças e certificados de habilitação profissional aos cidadãos atingidos pelos atos institucionais. Em consequência, pilotos civis e militares, aeronautas e aeroviários, além da perda de seus empregos, postos e funções em virtude das punições impostas pela legislação excepcional, ficaram também impossibilitados de exercer suas profissões.

5 — Irresignados e praticamente sem condições de sobrevivência, recorreram os atingidos ao Supremo Tribunal Federal. Alegaram que, mais que um direito constitucional, admitido e respeitado com relação a outras profissões pelo próprio regime de exceção então vigente, o trabalho inseria-se dentre os **Direitos Universais do Homem**, com raízes bíblicas, como está no Pentateuco: "Ganhará o pão com o suor de teu rosto".

6 — A Suprema Corte, em acórdão unânime do plenário, na sessão de 14 de agosto de 1968, no Recurso em Mandado de Segurança, n.º 17.461-DF, decidiu, fazendo justiça: "aviador, que teve sua patente de Tenente-Coronel da FAB cassado por decreto baseado no Ato Institucional n.º 1, não está incapacitado de exercer a profissão de piloto de linha aérea". Tudo em vão. O excepcional regime resolveu não acatar o decidido pelo Órgão Supremo do Poder Judiciário. Assim, foi mantida a proibição que negou, não só aos aviadores, mas a todos os aeronautas e aeroviários atingidos por atos institucionais e complementares, o exercício da profissão, com frontal e direta ofensa ao mais sagrado direito do homem: o **trabalho**.

7 — Menos ainda adiantou a denúncia contra tamanha monstruosidade, feita pelo Poder Legislativo, através do atual Ministro da Justiça, então Senador Paulo Brossard, que em memorável discurso disse: "desgraçado o país em que as decisões de seu mais alto Tribunal da República sejam simplesmente ignoradas e descumpridas, e sejam pronunciadas como se fossem produtos de pura especulação e não se tratasse de julgados que têm força de lei, o caráter da obrigatoriedade e executoriedade".

8 — Além da inconstitucionalidade, do desrespeito às decisões da mais alta Corte de Justiça do nosso País, tal legislação nos expôs tristemente no cenário internacional, visto que violava a "Declaração Universal dos Direitos do Homem" e a "Declaração dos Direitos e Deveres do Homem America-

no", das quais nosso País é signatário e conseqüentemente obrigado a honrá-las.

9 — Alguns não resistiram. Limitados pela idade, humilhados perante a família e a sociedade pela perda da patente e da profissão, sem recursos e vigor físico para recomeçar, só lhes restou o alucinado caminho do suicídio. Este foi o caso de um conhecido coronel-aviador.

10 — Os que resistiram, passaram por toda sorte de privações e vicissitudes, porque desqualificados para o exercício de qualquer outra atividade profissional. O mercado de trabalho, policiado pelos serviços de informações só pôde oferecer ame-drontado, a venda ambulante de porta em porta, de livros, café moído, enciclopédias, ações, enfim, o subemprego, sem carteira assinada.

11 — A degradação profissional a que ficaram submetidos aviadores e demais aeronautas e aeroviários cassados, muitos deles com heróicos serviços prestados nos campos de batalha da segunda guerra mundial, traduz com extrema fidelidade, o peso, a verdadeira dimensão do dano moral e material que lhes foi injustamente impostos.

12 — Pilotos, aeronautas e aeroviários sofreram, pois, dupla cassação. A primeira, que sacrificou direitos políticos e os relativos ao posto ou graduação, atingiu-os de modo pessoal e direto e a segunda, que impossibilitou o exercício da profissão, desferiu profundo golpe no seio de suas famílias, que à mingua de subsistência, acabaram por ser também penalizadas.

13 — Deste modo, há que se distinguir entre a anistia restrita já concedida, que restaurou direitos políticos e os do posto ou graduação e "reparação econômica", prevista na recém-promulgada Constituição Federal, que resgatará, ainda que parcialmente, o dano moral e material imposto a todos que, por formal proibição, ficaram impossibilitados de trabalhar nas profissões que integram as categorias de aeronautas e aeroviários.

II — DA REPARAÇÃO — Da Impossibilidade da Justiça Plena

Por maior e melhor que seja a intenção de reparar, jamais serão resgatados, em toda sua extensão, os pesados danos sofridos. Há valores irrecuperáveis, por que envoltos pelo idealismo místico do voo e pela amargura das injustiças sofridas. Há também os ideais castrados, os danos causados à família, que não têm preço e não poderão jamais ser resgatados.

III — DA REPARAÇÃO — Da Justiça Possível

1 — Aspecto de maior relevância que tem que ser considerado na reparação possível é o fato de que a proibição existiu durante 15 longos anos, o que, quer pela idade, quer pelo próprio espaço de tempo que durou, impediu de maneira **absoluta** a volta a profissão de origem a qualquer dos cidadãos atingidos pelas portarias reservadas.

2 — A dimensão do acervo profissional de um aeronauta, se possível levantá-lo, haveria de considerar o rigor da seleção física e psicológica para o ingresso na carreira; a especialíssima instrução teórica e prática recebida durante anos; os permanentes estudos, cursos e treinamentos a que está obrigado, mesmo depois de formado para, semestralmente, revalidar habilitação de vôo, envolvendo conhecimentos de direito aeronáutico internacional, de meteorologia, de navegação, domínio de línguas estrangeiras e qualidades de liderança para comandar uma aeronave avaliada em dezenas de milhões de dólares, transportando centenas de pessoas.

3 — Nesse acervo, estriba-se o parâmetro usado no presente projeto de lei, para formalizar a "reparação econômica" dos aeronautas e aeroviários atingidos por atos de exceção, que deverá resgatar: A — O patrimônio profissional perdido irremediavelmente, até o fim de suas vidas, em função do tempo que ficaram impedidos de exercer a profissão; B — Os danos morais causados aos atingidos, bem como às suas famílias; C — Os valores despendidos nos investimentos em tempo, sacrifício e dinheiro na formação de outra profissão.

4 — Os artigos 2.º e 3.º e seus respectivos parágrafos, cuidam de duas situações distintas; 4-1 — O tempo pretérito, quanto a reparação econômica possível é estabelecida como indenização por rendimentos não recebidos e agravos sofridos.

Tomou-se, neste caso, como referência o maior salário pago na aviação civil comercial brasileira. 4-2 — O tempo futuro, quanto a reparação econômica possível, assume a condição de aposentadoria justa, guardando isonomia com os valores que já estão sendo pagos a título de aposentadoria através do INPS, aos pilotos comerciais anistiadados pela Emenda Constitucional n.º 26/85.

IV — CONCLUSÃO

1 — O presente projeto de lei é apenas a expressão relativa de justiça; a única que ainda pode ser feita.

2 — A proibição durante mais de 15 anos encerrou definitivamente a carreira dos cidadãos brasileiros que tiveram seus direitos humanos violados através das portarias reservadas que os impediram de exercer suas profissões.

3 — A reparação aqui proposta é também uma reparação à dignidade do País, que tem para com esses cidadãos atingidos uma dívida que jamais poderá ser paga integralmente, porque, a carreira interrompida, os ideais castrados, os danos morais, os danos profissionais e familiares não têm preço e não poderão ser resgatados.

4 — E que sirva também como farol, sinalizando a construção da sociedade preconizada pelo artigo 3.º parágrafo I da Nova Constituição Brasileira: **Uma Sociedade Livre, Justa e Solidária.**

ANEXOS

- I — Legislação citada
- II — Editorial do **Jornal do Brasil**, "Céu de Amanhecer", de 11-5-70.
- III — Direitos e Garantias Individuais assegurados pela Constituição vigente que foram violados.
- IV — Princípios consagrados na "Declaração Universal dos Direitos do Homem" que foram violados.

— José Maria Eymael

SUBSÍDIOS ANEXADOS PELO AUTOR DO PROJETO

ANEXO III

Direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição vigente que foram violados:

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

§ 1.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça.

§ 2.º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3.º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4.º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão

de direito individual. O ingresso em juízo poderá ser condicionado a que se exauram previamente as vias administrativas, desde que não exigida garantia de instância, nem ultrapassado o prazo de cento e oitenta dias para a decisão sobre o pedido.

§ 6.º Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.

§ 23. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 30. É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou contra abusos de autoridades.

§ 35. A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direito e esclarecimentos de situações.

ANEXO IV

Princípios consagrados na "Declaração Universal dos Direitos do Homem" que foram violados.

Art. I — Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. II — Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Art. VI — Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Art. VII — Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. VIII — Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que vio-

lem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Art. X — Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Art. XXIII — Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 8.º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo n.º 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei n.º 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 1.º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

§ 2.º Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

§ 3.º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica n.º S-50-GM5, de 19 de julho de 1964, e n.º S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

§ 4.º Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e Previdência Social, os respectivos períodos.

§ 5.º A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei n.º 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1.º

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex.^a seja autorizada a inclusão do substitutivo de minha autoria ao Projeto de Lei n.º 1.329/88, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias S-50 GM-5 e S-285 GM-5 do Ministério da Aeronáutica".

Brasília, 7 de março de 1989. — José Maria Eymael.

SUBSTITUTIVO

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias reservadas S-50 GM-5 e S-285 GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º De conformidade com o disposto no § 3.º do art. 8.º do Ato das disposi-

ções transitórias da Constituição, os aeronautas, aeroviários e militares, atingidos por atos institucionais ou complementares, que na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário em função das Portarias Reservadas n.ºs S-50 GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285 GM-5, de 1.º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, desde que requeiram os benefícios estabelecidos nesta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação, farão jus a reparação de natureza econômica, prevista nesta lei, cujas despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta das dotações do orçamento geral da União para o corrente exercício.

§ 1.º Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão a seguinte reparação econômica:

A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao Ministério da Fazenda, encaminhado, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, uma vez e meia a quantia correspondente ao maior salário pago a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira de companhia de aviação de 1.º (primeiro) nível na data da publicação desta lei, salário este que será fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, incluído neste a parte fixa e variável, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta lei, quantia esta que será corrigida monetariamente de acordo com o índice de inflação do governo até o dia do efetivo pagamento; ficando também cada beneficiário habilitado a requerer ao Ministro da Previdência e Assistência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próxima do seu domicílio, uma aposentadoria com vigência a partir da publicação desta lei, que será paga pela Previdência Social por conta da União e cujos recursos necessários para o seu pagamento serão adiantados pela Previdência Social e restituídos a ela pela União em cotas trimestrais à conta do orçamento da União de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças, aposentadoria esta cujo valor será correspondente em número do salário mínimo, calculados até a 2.ª (segunda) casa decimal, ao valor do salário fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas de que trata este parágrafo.

§ 2.º Os demais aeronautas, os aeroviários e os militares pertencentes aos quadros e subespecialidades que permitiam requerer licenças para exercício das funções especificadas na Portaria n.º 863-A GM-5, de 20 de agosto de 1963, do Ministério da Aeronáutica, terão reparação idêntica aos beneficiados no § 1.º desta lei, sendo que o salário que servirá para base do cálculo da reparação, e que também será fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, será o maior salário pago a comissário de bordo na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de 1.º (primeiro) nível, incluída neste, a parte fixa e variável bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída.

Art. 2.º São documentos probatórios para fins de percepção dos benefícios estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei, e deverão acompanhar os requerimentos aos órgãos competentes, os seguintes:

1 — para os aeronautas e aeroviários, a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou complementar e a cópia da licença fornecida pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica;

2 — para os oficiais-aviadores, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter pertencido ao quadro de oficiais-aviadores e a data que sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou complementar, ou a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou complementar;

3 — para os demais militares dos quadros e subespecialidades enquadrados no § 2.º do art. 1.º desta lei, as folhas de alterações do histórico militar que provem ter pertencido a esses quadros e subespecialidades e a data em que sofreram a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar, ou a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar.

Art. 3.º Os herdeiros e dependentes dos cidadãos já falecidos, que seriam beneficiados por esta lei, terão a reparação econômica de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei, sendo que a quantia a ser recebida através do Ministério da Fazenda será

calculada da data em que o cidadão sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar até a do seu falecimento, e também farão jus a uma pensão, extensiva àqueles que vierem a ser herdeiros dependentes dos beneficiados por esta lei, desde que assim sejam considerados pela Previdência Social, cujo cálculo terá por base o valor das aposentadorias de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 4.º A aposentadoria de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º, desta lei, não poderá ser acumulada com qualquer outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado optar por aquela que desejar.

Art. 5.º Após a publicação desta lei:

1 — Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta lei, bem como providenciarão normas internas no âmbito de seus respectivos ministérios para que os beneficiados recebam a reparação a que fizeram jus nos órgãos em que a requereram e no prazo previsto por lei.

2 — O Ministério da Aeronáutica providenciará o envio no prazo de 10 (dez) dias aos Ministérios da Fazenda e Previdência e Assistência Social, da relação dos quadros e subespecialidades dos militares da Força Aérea Brasileira de que trata o § 2.º do art. 1.º desta lei que permitiam aos seus pertencentes requererem licença para o exercício das funções especificadas na Portaria n.º 863-A GM-5, de 20 de agosto de 1963, do Ministério da Aeronáutica.

3 — O Sindicato Nacional dos Aeronautas fornecerá, dentro do prazo de 10 (dez) dias, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social, os valores dos salários de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei.

Art. 6.º Sobre a reparação econômica de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei, não incidirá qualquer tributo.

Art. 7.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

José Maria Eymael



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 180, DE 1989

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica, em decorrência das Portarias Preservadas n.ºs S-50/GM-5 e S-285/GM-5, do Ministério da Aeronáutica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º De conformidade com o disposto no § 3.º do art. 8.º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, os aeronautas, aeroviários e militares, atingidos por atos institucionais ou complementares, que na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, em função das Portarias Reservadas n.ºs S-50 GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285 GM-5, de 1.º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, desde que requeiram os benefícios estabelecidos nesta lei, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação, farão jus a reparação de natureza econômica, prevista nesta lei, cujas despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta das dotações do orçamento geral da União para o corrente exercício.

§ 1.º Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão a seguinte reparação econômica:

A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após formulado o requerimento ao Ministério da Fazenda, encaminhado, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira, de companhia de aviação de primeiro nível, na data da publicação desta lei: este salário que será fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, nele incluídas as partes fixa e variável, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta lei, esta quantia será corrigida monetariamente, de acordo com o índice de inflação do governo até o dia do efetivo pagamento; fica, também, cada beneficiário habilitado a requerer ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio, uma aposentadoria com vigência a partir da publicação desta lei, que será paga



pela Previdência Social por conta da União, com recursos adiantados em cotas trimestrais, à conta do orçamento da União, de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças, e com valor correspondente, em número de salário-mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, de que trata este parágrafo.

§ 2.º Os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades Q-AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades "Especialistas em Aviação", AT-CV, AT-RAMR, AT-SE, AT-HE, AT-AV, AT-CM, AT-SH, AT-IT, AT-CP, AT-PI, AT-MO, MR MEAU, MR SEAU, MR SHAU, MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-VO e RT-TE, terão reparação idêntica aos beneficiados no § 1.º do art. 1.º desta lei, devendo o salário-base para o cálculo da reparação ser fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas ou pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários, de acordo com a categoria, e representar o maior salário pago respectivamente a Comissário, Mecânico de Voo, Mecânico I e Despachante de Voo na aviação comercial brasileira de companhia de primeiro nível, incluída neste a parte fixa e variável, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser concedida.

Art. 2.º O requerimento dos benefícios estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei, encaminhado ao órgão competente, será acompanhado dos seguintes documentos comprobatórios:

I — para os aeronautas e aeroviários, a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta ao requerente pelo Ato Institucional ou complementar e a cópia da licença fornecida pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica;

II — para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao quadro de oficiais-aviadores ou ao quadro e subespecialidade prevista no § 2.º do art. 1.º desta lei, assim como a data em que este sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar ou a cópia do **Diário Oficial** que publicou a referida sanção.

Art. 3.º Os herdeiros e dependentes dos cidadãos já falecidos, que seriam beneficiados por esta lei, terão a reparação econômica de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei, devendo a quantia a que fazem jus ser recebida através do Ministério da Fazenda, calculada da data em que o cidadão sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar até a de seu falecimento; estes herdeiros e dependentes farão jus, ainda, a uma pensão, extensiva àqueles que vierem a ser herdeiros dependentes dos beneficiados por esta lei, desde que assim sejam considerados pela Previdência Social, cujo cálculo terá por base o valor das aposentadorias de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 4.º A aposentadoria de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei não poderá ser acumulada com nenhuma outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado exercer opção por aquela que desejar.

Art. 5. Após a publicação desta lei:

I — Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta lei, bem como estabelecerão normas internas que permitam aos beneficiados o recebimento da reparação a que fizeram jus nos órgãos em que a requereram e no prazo previsto por lei.



II — O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários fornecerão, dentro do prazo de 10 (dez) dias, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social os valores dos salários de que tratam os § 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei.

Art. 6.º Sobre a reparação econômica de que trata os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei não incidirá tributo de qualquer espécie.

Art. 7.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto que temos a honra de apresentar teve por base o Projeto de Lei da Câmara n.º 1.329, de 1988, de autoria do Deputado José Maria Eymael, na forma do substitutivo apresentado pelo próprio autor em 7-3-89.

Vale, aqui, repetir a justificação do Autor:

“I — HISTÓRICO — Da Violação dos Direitos Humanos — Da Dupla Punição.

1 — Pela primeira vez na história do Brasil, um texto constitucional manda dar reparação a cidadãos brasileiros que tiveram violados pelo Estado, também pela primeira vez em sua história, um dos mais sagrados direitos do homem, o direito do trabalho;

2 — Com efeito, logo que instalou-se em nossa Pátria um regime autoritário proveniente do movimento militar de 1964, foi baixada uma legislação excepcional em que os cidadãos perderam seus cargos, postos, funções e empregos sem que lhes fosse dado o menor direito de defesa. Assim, milhares de brasileiros, através de dispositivo constitucional, ficaram impossibilitados de recorrer ao Poder Judiciário, isto é, a Justiça, contra as arbitrariedades de que tinham sido vítimas.

3 — Não obstante o rigor das punições, dentro do Ministério da Aeronáutica, espíritos distorcidos, que não representavam o padrão moral da corporação, mas que infelizmente na época ocupavam posições de destaque, induziram chefes respeitados a aplicar aos aeronautas, aeroviários e militares da Força Aérea Brasileira punidos pelos Atos Institucionais e Complementares uma segunda punição, esta com um aspecto de caráter mais grave, porque visava atingir não só cidadãos já punidos sem direito de defesa, mas também suas famílias, suas esposas e seus filhos. Neste ato, a torpeza era açada pela covardia.

4 — Assim, o Ministério da Aeronáutica baixou as Portarias Reservadas n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5, respectivamente de 15 de junho de 1964 e 1.º de setembro de 1966, cujo teor não era revelado por serem documentos sigilosos. Essas portarias reservadas proibiam a concessão e revalidação de licenças e certificados de habilitação profissional aos cidadãos atingidos pelos atos institucionais. Em consequência, pilotos civis e militares, aeronautas e aeroviários, além da perda de seus empregos, postos e funções em virtude das punições impostas pela legislação excepcional, ficaram também impossibilitados de exercer suas profissões.

5 — Irresignados e praticamente sem condições de sobrevivência, recorreram os atingidos ao Supremo Tribunal Federal. Alegaram que, mais que um direito constitucional, admitido e respeitado com relação a outras profissões pelo próprio regime de exceção então vigente, o trabalho inseria-se



dentre os Direitos Universais do Homem, com raízes bíblicas, como está no Pentateuco: "Ganhará o pão com o suor de teu rosto".

6 — A Suprema Corte, em acórdão unânime do plenário, na sessão de 14 de agosto de 1968, no Recurso em Mandado de Segurança n.º 17.461 — DF, decidiu, fazendo justiça: "aviador, que teve sua patente de Tenente-Coronel da FAB cassado por decreto baseado no Ato Institucional n.º 1, não está incapacitado de exercer a profissão de piloto de linha aérea". Tudo em vão. O excepcional regime resolveu não acatar o decidido pelo órgão Supremo do Poder Judiciário. Assim, foi mantida a proibição que negou, não só aos aviadores, mas a todos os aeronautas e aeroviários atingidos por atos institucionais e complementares, o exercício da profissão, com frontal e direta ofensa ao mais sagrado direito do homem: o trabalho.

7 — Menos ainda adiantou a denúncia contra tamanha monstruosidade, feita pelo Poder Legislativo, através do atual Ministro da Justiça, então Senador Paulo Brossard, que em memorável discurso disse: "desgraçado o país em que as decisões de seu mais alto Tribunal da República sejam simplesmente ignoradas e descumpridas, e sejam pronunciadas como se fossem produtos de pura especulação e não se tratasse de julgados que têm força de lei, o caráter da obrigatoriedade e executoriedade".

8 — Além da inconstitucionalidade, do desrespeito às decisões da mais alta Corte de Justiça do nosso País, tal legislação nos expôs tristemente no cenário internacional, visto que violava a "Declaração Universal dos Direitos do Homem" e a "Declaração dos Direitos e Deveres do Homem Americano", das quais nosso País é signatário e conseqüentemente obrigado a honrá-las.

9 — Alguns não resistiram. Limitados pela idade, humilhados perante a família e a sociedade pela perda da patente e da profissão, sem recursos e vigor físico para recomeçar, só lhes restou o alucinado caminho do suicídio. Este foi o caso de um conhecido coronel-aviador.

10 — Os que resistiram, passaram por toda sorte de privações e vicissitudes, porque desqualificados para o exercício de qualquer outra atividade profissional. O mercado de trabalho, policiado pelos serviços de informações só pôde oferecer amedrontado, a venda ambulante de porta em porta, de livros, café moído, enciclopédias, ações, enfim, o subemprego, sem carteira assinada.

11 — A degradação profissional a que ficaram submetidos aviadores e demais aeronautas e aeroviários cassados, muitos deles com heróicos serviços prestados nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, traduz com extrema fidelidade a verdadeira dimensão do dano moral e material que lhes foi injustamente impostos.

12 — Pilotos, aeronautas e aeroviários sofreram, pois, dupla cassação. A primeira, que sacrificou direitos políticos e os relativos ao posto ou graduação, atingiu-os de modo pessoal e direto e a segunda, que impossibilitou o exercício da profissão, desferiu profundo golpe no seio de suas famílias, que à mingua de subsistência, acabaram por ser também penalizadas.

13 — Deste modo, há que se distinguir entre a anistia restrita já concedida, que restaurou direitos políticos e os do posto ou graduação e "reparação econômica", prevista na recém-promulgada Constituição Federal, que resgatará, ainda que parcialmente, o dano moral e material imposto a todos que, por formal proibição, ficaram impossibilitados de trabalhar nas profissões que integram as categorias de aeronautas e aeroviários.



II — DA REPARAÇÃO — Da Impossibilidade da Justiça Plena

Por maior e melhor que seja a intenção de reparar, jamais serão resgatados, em toda sua extensão, os pesados danos sofridos. Há valores irrecuperáveis, porque envoltos pelo idealismo místico do vôo e pela amargura das injustiças sofridas. Há também os ideais castrados, os danos causados à família, que não têm preço e não poderão jamais ser resgatados.

III — DA REPARAÇÃO — Da Justiça Possível

1 — Aspecto de maior relevância que tem que ser considerado na reparação possível é o fato de que a proibição existiu durante 15 longos anos, o que, quer pela idade, quer pelo próprio espaço de tempo que durou, impediu de maneira absoluta a volta a profissão de origem a qualquer dos cidadãos atingidos pelas portarias reservadas.

2 — A dimensão do acervo profissional de um aeronauta, se possível levantá-lo, haveria de considerar o rigor da seleção física e psicológica para o ingresso na carreira; a especialíssima instrução teórica e prática recebida durante anos; os permanentes estudos, cursos e treinamentos a que está obrigado, mesmo depois de formado para, semestralmente, revalidar habilitação de vôo, envolvendo conhecimentos de direito aeronáutico internacional, de meteorologia, de navegação, domínio de línguas estrangeiras e qualidades de liderança para comandar uma aeronave avaliada em dezenas de milhões de dólares, transportando centenas de pessoas.

3 — Nesse acervo, estriba-se o parâmetro usado no presente projeto de lei, para formalizar a “reparação econômica” dos aeronautas e aeroviários atingidos por atos de exceção, que deverá resgatar: a) o patrimônio profissional perdido irremediavelmente, até o fim de suas vidas, em função do tempo que ficaram impedidos de exercer a profissão; b) os danos morais causados aos atingidos, bem como às suas famílias; c) os valores despendidos nos investimentos em tempo, sacrifício e dinheiro na formação de outra profissão.

4 — O art. 1.º e seus respectivos parágrafos, cuidam de duas situações distintas; 4.1 — O tempo pretérito, quanto a reparação econômica possível é estabelecida como indenização por rendimentos não recebidos e agravos sofridos. Tornou-se, neste caso, como referência o maior salário pago na aviação civil comercial brasileira. 4.2 — O tempo futuro, quanto a reparação econômica possível, assume a condição de aposentadoria justa, guardando isonomia com os valores que já estão sendo pagos a título de aposentadoria através do INPS, aos pilotos comerciais anistiados pela Emenda Constitucional n.º 26/85.

IV — CONCLUSÃO

1 — O presente projeto de lei é apenas a expressão relativa de justiça; a única que ainda pode ser feita.

2 — A proibição durante mais de 15 anos encerrou definitivamente a carreira dos cidadãos brasileiros que tiveram seus direitos humanos violados através das portarias reservadas que os impediram de exercer suas profissões.

3 — A reparação aqui proposta é também uma reparação à dignidade do País, que tem para com esses cidadãos atingidos uma dívida que jamais poderá ser paga integralmente, porque, a carreira interrompida, os ideais castrados, os danos morais, os danos profissionais e familiares não têm preço e não poderão ser resgatados.



— 6 —

4 — E que sirva também como farol, sinalizando a construção da sociedade preconizada pelo art. 3.º, § 1.º, da nova Constituição brasileira: uma sociedade livre, justa e solidária.

As alterações que introduzimos no substitutivo do Deputado Eymael visam a suprir falhas detectadas pela classe prejudicada e, dessa forma, propiciar maior justiça.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1989. — **Mauro Borges.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no DCN (Seção II), de 28-6-89

Caixa: 136

Lote: 65

PL Nº 3592/1989

19



SENADO FEDERAL

PARECER



N.º

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1989,
que "concede reparação de natureza econômica aos
cidadãos impedidos de exercer na vida civil ativi
dade específica em decorrência de Portarias Reser
vadas do Ministério da Aeronáutica.

RELATOR: Senador MÁRCIO LACERDA

Trata-se de projeto de lei do ilustre Senador
Mauro Borges que visa dar reparação da natureza econômica aos cida
dãos que na vida civil foram impedidos de exercer atividade específi
ca de aeronauta ou aeroviário em decorrência das Portarias Reservadas
nºs S-50 GM-5 e S-285 GM-5 respectivamente de 19 de junho de 1964 e
1º de setembro de 1966, dando cumprimento ao disposto no § 3º do Arti
go 8º do ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS que determi
na que essa reparação econômica seja feita através de lei de iniciati
va do Congresso Nacional a entrar em vigor no prazo de doze meses a
contar da convocação da constituição.

2. O Projeto é apenas a expressão relativa de Justi
ça, a única que ainda pode ser feita uma vez que a proibição do exer
cício de uma profissão altamente técnica e em permanente evolução du
rante quinze longos anos encerrou de maneira inapelável a carreira
profissional do cidadão atingido até o fim de sua existência, além
dos danos morais extensivos às suas famílias e a frustração do
ideal ceifado e da carreira interrompida que não podem ser quantifica
dos por que não tem preço.

3. O valor das reparações propostas neste projeto é,
sem dúvida, muito menor do que a que seria dada para esses cidadãos,
pelo Poder Judiciário através de ações pela via da Justiça comum, uma
vez que a feitura da lei é baseada nos princípios da abstração e da
generalização.



2.

4. Os recursos equivalentes ao valor das reparações já está previsto no Art. 39 do ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS da Constituição.

5. Finalizando, entendemos que apesar de ser apenas a expressão relativa da justiça, a única que ainda pode ser feita, esse Projeto de Lei, consequência de um dispositivo constitucional, representa, além de uma reparação, o repúdio da sociedade brasileira através do Congresso Nacional a uma clara violação ao mais sagrado dos Direitos do Homem que é o direito ao trabalho e ao atentado as Garantias Individuais do Cidadão, expressas nesta e na Constituição vigente quando as portarias reservadas foram baixadas.

Isto posto, opinamos favoravelmente quanto a sua constitucionalidade, juriscidade e tecnicidade.

SALA DAS COMISSÕES, em 10 DE AGOSTO DE 1989

JUTAHY MAGALHÃES

PRESIDENTE.
EVENTUAL

MÁRCIO LACERDA

CARLOS PATROCÍNIO

FRANCISCO ROLLEMBERG

NEY MARANHÃO

CHAGAS RODRIGUES

RELATOR.

MAURÍCIO CORREA

MARCO MACIEL

MAURO BENEVIDES

JOÃO MENEZES (C/RESTRICÇÕES)

ROBERTO CAMPOS (ABSTENÇÃO)



*Geisa
Argente*

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 1989

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, aeroviários e militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, em função das Portarias Reservadas nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus a reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º - A reparação prevista no artigo anterior será concedida mediante requerimentos do beneficiário, apresentados no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei, ao Ministro da Fazenda, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio e ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio.

Parágrafo único - Os requerimentos de que trata o caput deste artigo serão acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente pelo ato institucional ou complementar e a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica;

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao quadro de oficiais-aviadores ou aos quadros e subespecialidades referidos no art. 4º desta Lei, assim como a data em que este sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou a cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção.



X 10
Art. 3º - Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago, na data da publicação desta Lei, a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira, de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação até o dia do efetivo pagamento.

Art. 4º - Os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades Q-AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades, "Especialistas em Aviões", AT-CV, AT-RAMR, AT-SE, AT-HE, AT-AV, AT-CM, AT-SH, AT-IT, AT-CP, AT-PI, AT-MO, MR MEAU, MR SEAU, MR SHAU, MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-V0 e RT-TE, terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago respectivamente a Comissário, Mecânico de Vôo, Mecânico I e Despachante de Vôo na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação, até o dia do efetivo pagamento.

Art. 5º - A reparação prevista nos arts. 3º e 4º desta Lei estende-se aos herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, devendo ser calculada desde a data da sanção imposta ao beneficiário até a data de seu falecimento, e será recebida através do Ministério da Fazenda.

X
Art. 6º - São os beneficiários desta Lei, também, habilitados a receber uma aposentadoria a ser paga pela Previdência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo de seu domicílio, com vigência a partir da publicação desta Lei.



Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata o artigo anterior corresponderá, em número de salários mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário que serviu de base para o cálculo da reparação prevista nos artigos 3º e 4º desta Lei, ao beneficiário.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o art. 7º desta Lei, e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 9º - Os recursos para atendimento do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei serão adiantados em cotas trimestrais à Previdência Social, de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 10 - A aposentadoria de que trata o art. 6º desta Lei não poderá ser acumulada com nenhuma outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado exercer opção por aquela que desejar.

Art. 11 - Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta Lei, bem como estabelecerão normas internas que permitam aos beneficiários o recebimento da reparação a que fazem jus perante os órgãos em que a requeiram, e no prazo de sessenta dias a contar do requerimento previsto no art. 2º desta Lei.

Art. 12 - O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários informarão, dentro do prazo de dez dias da publicação desta Lei, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social, os valores dos salários de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei, neles incluídas as partes fixas e variáveis, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser incluída.

Art. 13 - Sobre a reparação econômica prevista nesta Lei, não incidirá tributo de qualquer natureza.



4.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o presente exercício.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.



Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, aeroviários e militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, em função das Portarias Reservadas nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º - A reparação prevista no artigo anterior será concedida mediante requerimentos do beneficiário, apresentados no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei, ao Ministro da Fazenda, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio e ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio.

Parágrafo único - Os requerimentos de que trata o **caput** deste artigo serão acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente pelo ato institucional ou complementar e a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica;

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao quadro de oficiais-aviadores ou aos quadros e subespecialidades referidos no art. 4º desta Lei, assim como a data em que este sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou a cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção.



Art. 3º - Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago, na data da publicação desta Lei, a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira, de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação até o dia do efetivo pagamento.

Art. 4º - Os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades Q-AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades, "Especialistas em Aviões", AT-CV, AT-RAMR, AT-SE, AT-HE, AT-AV, AT-CM, AT-SH, AT-IT, AT-CP, AT-PI, AT-MO, MR MEAU, MR SEAU, MR SHAU, MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-VO e RT-TE, terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago respectivamente a Comissário, Mecânico de Vôo, Mecânico I e Despachante de Vôo na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação, até o dia do efetivo pagamento.

Art. 5º - A reparação prevista nos arts. 3º e 4º desta Lei estende-se aos herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, devendo ser calculada desde a data da sanção imposta ao beneficiário até a data de seu falecimento, e será recebida através do Ministério da Fazenda.

Art. 6º - São os beneficiários desta Lei, também, habilitados a receber uma aposentadoria a ser paga pela Previdência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social



mais próximo de seu domicílio, com vigência a partir da publicação desta Lei.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata o artigo anterior corresponderá, em número de salários mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário que serviu de base para o cálculo da reparação prevista nos artigos 3º e 4º desta Lei, ao beneficiário.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o art. 7º desta Lei, e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 9º - Os recursos para atendimento do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei serão adiantados em cotas trimestrais à Previdência Social, de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 10 - A aposentadoria de que trata o art. 6º desta Lei não poderá ser acumulada com nenhuma outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiário exercer opção por aquela que desejar.

Art. 11 - Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta Lei, bem como estabelecerão normas internas que permitam aos beneficiários o recebimento da reparação a que fazem jus perante os órgãos em que a requeiram, e no prazo de sessenta dias a contar do requerimento previsto no art. 2º desta Lei.

Art. 12 - O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários informarão, dentro do prazo de dez dias da publicação desta Lei, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social, os valores dos salários de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei, neles incluídas as partes fixas e variáveis, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser incluída.

Art. 13 - Sobre a reparação econômica prevista nesta Lei, não incidirá tributo de qualquer natureza.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei



4.

correrão à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o presente exercício.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 06 DE SETEMBRO DE 1989


SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APROVA DO
em 04-10-89
Lurini Oliveira

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeremos URGÊNCIA para votação do Projeto de Lei nº 3.592/89, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1989

Fernando Santos
 Val Bando
 PDI
 Val Bando
 PDI
 206 E. 100 St.
 Val Bando
 PDI - PAP
 P + B



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS

Defiro. Em 05.12.89. Publique-se


Presidente


Of. nº 276/89

Brasília, 30 de novembro de 1989.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. para solicitar, nos termos do Art. 112 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as providências necessárias no sentido de que o PL 1329/88, que "Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das portarias reservadas S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica", de autoria do Deputado José Maria Eymael e anexos seja apensado ao PL 3592/89, que "Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo terceiro do artigo oitavo do ato das disposições constitucionais transitórias", de autoria do Senador Mauro Borges, por tratarem de matéria análoga.

Na oportunidade, reitero os protestos de estima e consideração.


Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado PAES DE ANDRADE
DD Presidente da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

3.592/89

Brasília, em 07 de dezembro de 1989

A COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Senhor Secretário

Em cumprimento ao despacho do Senhor Presidente no Of. nº 276/89, da Com. Finanças, em anexo,, solicito a V. Sª proceder a anexação do Projeto de Lei nº 1.329/88 ao de nº 3.592/89, juntando ao processo esta nota e devolvendo a esta Coordenação a cópia devidamente assinada.

Esclareço que o projeto a ser anexado en contra-se na Comissão de CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO, à qual já solicitamos enviá-lo a esse órgão técnico.

Atenciosamente


SILVIA BARROSO MARTINS

P/Diretora

ANEXADO EM 12/12/89


(Secretário)

maypide

SGM/P nº 350/91

Brasília, 17 de maio de 1991

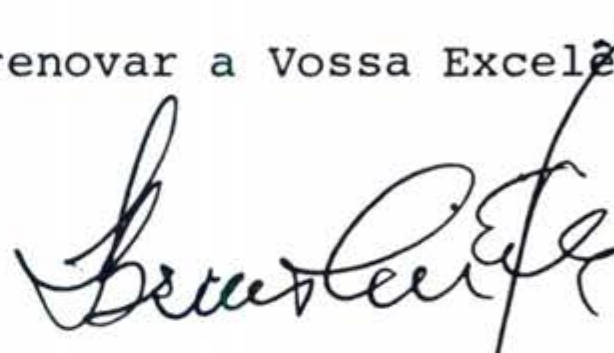
Senhor Presidente,

Tendo em vista que o Projeto de Lei nº 3.592, de 1989, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" tramita em regime de prioridade (R.I., art. 151, II, "a" e "b"), solicito o empenho de Vossa Excelência para que a Comissão sobre ele delibere no prazo de 05 (cinco) sessões, a contar do recebimento do presente ofício (R.I., art. 52, II), sugerindo, se for o caso, a utilização da prerrogativa prevista no parágrafo 3º, do artigo 52, do Regimento Interno.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AMAURY MÜLLER
Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e
Serviço Público

Além de prioritária, a proposição está sendo objeto de apreciação judicial (v. anexos), tendo a Mesa o máximo interesse em incluí-la, o mais rápido possível, na Ordem do Dia.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.



Deputado IBSEN PINHEIRO
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 8 MAI 1755 E 016942

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLADO CLERAI

SM/Nº 486

Em 8 de maio de 1991

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que através do Ofício nº 155/P, de 17 de abril do corrente ano, o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal informou ter aquela Corte deferido, em parte, o Mandado de Injunção nº 283-5, conforme os termos do voto do relator Ministro Sepúlveda Pertence, assinando o prazo de quarenta e cinco dias, mais quinze dias para a sanção presidencial, para que se ultime o processo legislativo a que se refere o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Encaminho a Vossa Excelência cópia do citado ofício.

Esclareço que o Senado Federal já aprovou os Projetos de Lei nºs 180, de 1989, e 129, de 1989, encaminhados a essa Casa em 9 de maio de 1990, e 30 de novembro de 1989, respectivamente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
RFR/.



Supremo Tribunal Federal

Of. nº 155/P

Em 17 de abril de 1991.

Impulso

- a) Prorrogar a decisão no sentido de
- b) Remeter a decisão ao Conselho de
- c) Conceder a decisão de acordo com

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada no dia 20 de março do corrente ano, julgando o Mandado de Injunção nº 283-5, impetrado por Alfredo Ribeiro Daudt, em face da inexistência de lei regulamentadora do § 3º, art. 8º, do ADCTs da Carta de 1988, deferiu em parte o mandamus, pelo voto médio, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator, Sepúlveda Pertence, abaixo transcritos:

"a) assino o prazo de 45 dias, mais 15 dias para a sanção presidencial, a fim de que se ultime o processo legislativo da lei reclamada pelo art. 8º, § 3º, ADCT;

b) ultrapassado o prazo acima, sem que esteja promulgada a lei, reconheço ao impetrante a faculdade de obter, contra a União, pela via processual adequada, sentença líquida de condenação à reparação constitucional devida, pelas perdas e danos que se arbitrem;

c) declaro que, prolatada a condenação, a superveniência de lei não prejudicará a coisa julgada, que, entretanto, não impedirá o impetrante de obter os benefícios da lei posterior, nos pontos em que lhe for mais favorável."

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

Ministro ALDIR PASSARINHO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador MAURO BENEVIDES
Presidente do Senado Federal
N E S T A
RBS/ec

OFÍCIO Nº 18/91-CG

Brasília, 6 de maio de 1991.

Senhor Presidente:

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, por seu Ofício nº 155/P, de 17 de abril do corrente, comunica que deferiu em parte o Mandado de Injunção nº 283-5, conforme os termos do voto do Senhor Ministro-Relator, SEPÚLVEDA PERTENCE, determinando se ultime no prazo de 45 dias o processo legislativo da lei referida no art. 8º, § 3º do ADCT, não votada até a presente data.

Sobre a matéria existem os seguintes projetos:

I - Projeto de Lei nº 1329/88 - Deputado JOSÉ MARIA EYMAER - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, desde o dia 05.12.89;

II - Projeto de Lei nº 2189/89 - Deputado PAULO RAMOS - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, desde o dia 16.05.89;

III - Projeto de Lei nº 2580/89 - Deputado FRANCISCO KOSTER - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, desde o dia 09.06.89;

IV - Projeto de Lei nº 180/89 - Senador MAURO BORGES - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, desde o dia 09.05.90;

Excelentíssimo Senhor
Senador MAURO BENEVIDES
MD Presidente do Senado Federal
N E S T A

129
V - Projeto de Lei nº 128/89 - Senador POMPEU
DI: SOUZA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, desde o dia 30.
11.89.

Diante da ordem do STF, sugerimos sejam tomadas providências de ordem regimental no sentido de retomar a discussão e votação da matéria com vistas a ultimar sua tramitação legislativa, no prazo de 45 dias, contados a partir de 18.04.91, fixados pela Suprema Corte.

Estas, Senhor Presidente, as informações que me cabe prestar.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.


ANTÔNIO MENDES CANALE
Consultor-Geral

SGM/P nº 351/91

Brasília, 17 de maio de 1991

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia do Ofício SGM/P nº 350 , de 17 do corrente, remetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a propósito da tramitação do Projeto de Lei nº 3.592, de 1989, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.



Deputado IBSEN PINHEIRO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BENITO GAMA
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação



DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 825/91: "Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".
AUTOR: PODER EXECUTIVO

Exclua-se, por ter sido incluído indevidamente, da apensação deferida ao Projeto supra, o Projeto de Lei nº 3592, de 1990, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo terceiro do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Brasília, em 12 de junho de 1991.

IBSEN PINHEIRO
Presidente

Recife, 4 de abril de 91

Exmo. Sr.,
Deputado, Ibsen Pinheiro,
Presidente da Câmara Federal,
Brasília-DF

o Senhor Secretário-Geral da Mesa.
Anexo-se ao processo referente ao
Projeto de Lei n.º 3.592 / 89.

Em, _____

Presidente da Câmara dos Deputados

Nobre Presidente:

Tendo lido no Diário de Pernambuco do dia 28 de março p. passado, que o Egregio Supremo Tribunal Federal, oficiou a essa Câmara / determinando que esse poder Legislativo, elabore e vote lei que regulamente a concessão de indenização para os anistiados, vimos, data venia, na qualidade de anistiados, apelar para V. Excia e toda Câmara Federal, no sentido de ser abreviado aquela determinação constante do Art. 8º das Disposições Constitucionais Transitorias da nossa Constituição, a tanto tempo esperado.

Somos anistiados, e fomos demitidos do ex-DCT, em Recife-Pe, pelo Ato Institucional, Nº 1, de 9/10/64, e ainda continuamos sofrendo as consequências morais e materiais, decorrente do referido Ato, principalmente te nossa família, durante mais de 15 anos, de 64 a 79, quando fomos anistiados.

Até as promoções que nos foi concedidas pela Emenda, 26, de 5 de novembro de 85, e confirmado pelo mesmo Art. 8º, ainda não recebemos, apesar deirmos lutando para obtê-las.

Portanto, esperamos e confiamos que esse poder Legislativo cumprirá a determinação do STF, em benefício dos pobres e humildes anistiados, conforme é de direito.

Com respeito e consideração,
Assinamos a presente.

Manuel Alves de Souza
Manuel Alves de Souza

Raimundo Alves Quental
Raimundo Alves Quental

Waldomiro Belchior

Eduíne Marques Borges

Hilton de Paula Santos

Gilvan Cosme
Gilvan Cosme

Sandoval Ferreira da Silva
Sandoval Ferreira da Silva

Haroldo Cícero de Moraes
Haroldo Cícero de Moraes-ex-ferroviário

End: Rua Barão de Tamandaré, 155-Cajueiro-Recife-Pe

52.121



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Brasília, 14 de junho de 1981

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Senhora Secretária

Cumprindo despacho do Senhor Presidente no Despacho da Presidência, em anexo,,
solicito a V. S^a a gentileza de desanexar o projeto de
Lei nº 3.592/89 do de nº 825/91,
encaminhando-o à Comissão de TRABALHO, DE ADM. E SERVI-
ÇO PÚBLICO a fim de continuar a tramitação ini-
cial.

Atenciosamente

Mri. Barroso
SILVIA BARROSO MARTINS
Diretora

PROVIDENCIADO EM 17/06/91

Seely
Secretário(a)



DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 825/91: "Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".
AUTOR: PODER EXECUTIVO

Exclua-se, por ter sido incluído indevidamente, da apensação deferida ao Projeto supra, o Projeto de Lei nº 3592, de 1990, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo terceiro do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Brasília, em 12 de junho de 1991.

IBSEN PINHEIRO
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro, mantendo-se apensados ao PL.
3592/89 os PLs 1727/89, 1735/89, 2189/89,
2580/89 e 3167/89.

Publique-se:

Em 22 / 10 / 91 .

Brasília, 8 de outubro de 1991


Presidente

Exmo. Sr.
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Venho através do presente solicitar a V.Exa. nos termos do artigo 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1329/88, ora anexado ao Projeto de Lei nº 3592/89 e arquivá-lo definitivamente.

Termos em que pede deferimento.


Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL
PDC - SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

2
2
publicar

PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1.989
(Anexos os de nºs 4.247/89,
1.329/88,
1.727/89,
1.735/89,
2.189/89,
2.580/89,
3.167/89)

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 2º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: DEPUTADO RENATO VIANNA

R E L A T Ó R I O

Este Projeto de Lei nº 3.592/89 foi apresentado na Câmara Alta pelo nobre Sen. MAURO BORGES, busca regulamentar o § 2º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelecendo:

- os aeronautas, aeroviários e militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, em função de Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica, farão jus a uma reparação de natureza econômica a ser concedida mediante requerimento do interessado, a ser apresentado dentro de sessenta dias da publicação da projetada lei;

- são discriminados os documentos que devem acompanhar o citado requerimento;

- os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão reparação econômica paga pela União cujo valor corresponderá a dois maiores salários pagos na data de publicação da



lei, a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira, de companhia de primeiro nível, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção e a data de publicação da lei, corrigido monetariamente de acordo com o índice oficial de inflação até o dia do efetivo pagamento;

- os demais aeronautas, os militares e aeroviários os que pertenciam a quadros mencionados especificamente, terão reparação econômica paga pela União cujo valor será igual a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago, conforme a hipótese, a Comissário, Mecânico de Vôo, Mecânico I e Despachante, na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção e a da publicação da lei, corrigida monetariamente, de acordo com o índice oficial de inflação até o dia do efetivo pagamento;

- essa reparação é extensiva aos herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, devendo ser calculada desde a data da punição até a do falecimento;

- os beneficiários são habilitados a receber, também, uma pensão previdenciária, a ser calculada em número de salários mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário que serviu de base para o cálculo da reparação;

- essa pensão é abrangida também os herdeiros e dependentes de beneficiários já falecidos;

- os recursos para atendimento dessas pensões serão adiantados, trimestralmente, à Previdência Social;

- essa aposentadoria previdenciária não poderá ser acumulada com qualquer outra, respeitada a opção;

- sobre essa reparação econômica não incidirá tributo de qualquer natureza;

- as despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações do Orçamento Geral da União.

Na forma regimental, por versarem matéria análoga, estão anexados os seguintes Projetos de Lei:



1- P.L. nº 4.247/89, do Senado Federal, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos que especifica";

2- P.L. nº 1.329/88, do Dep. José Maria Eymael, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas nºs S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica";

3- P.L. 1.727/89, do Dep. Francisco Amaral, que "regula a reparação econômica prevista no artigo oitavo, parágrafo terceiro, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (de vida aos cidadãos atingidos por Portarias Reservadas do MAER e impedidos de exercerem a profissão, regulamentando o disposto na nova Constituição Federal";

4- P.L. 1.735/89, do Dep. Jorge Arbage, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica";

5- P.L. 2.189/89, do Dep. Paulo Ramos, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica";

6- P.L. 2.580/89, do Dep. Francisco Küster, que "dispõe sobre a aplicação do parágrafo terceiro do artigo oitavo das Disposições Transitórias da Constituição Federal, promulgada a 05 de outubro de 1989";

7- P.L. 3.167/89, do Dep. Arnaldo Faria de Sá, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica".

É o relatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3592, DE 1989

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AUTOR : Senado Federal

RELATOR : Deputado SÍLVIO ABREU

R E L A T Ó R I O

Este projeto, apresentado na Câmara Alta pelo nobre Senador Mauro Borges, estabelece a sistemática a ser observada quanto à reparação econômica devida àqueles que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência de Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica.

A reparação consistirá em pagamento de quantia determinada e em concessão de benefícios previdenciários, estendendo-se a herdeiros e dependentes de quem há houver falecido, sobre ela não incidindo tributo de qualquer natureza.

V O T O

Os preceitos da Constituição Federal foram integralmente obedecidos quanto à legitimidade da iniciativa (art. 61, caput) e à competência legislativa da União (art. 22). A elaboração de lei ordinária (art. 59, inciso III) é feita pelo Congresso Nacional, com posterior manifestação do Presidente da República (art. 48, caput).

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto de Lei, nº 3592/89.

Sala da Comissão, em

22/1/89

Deputado SILVIO ABREU

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989

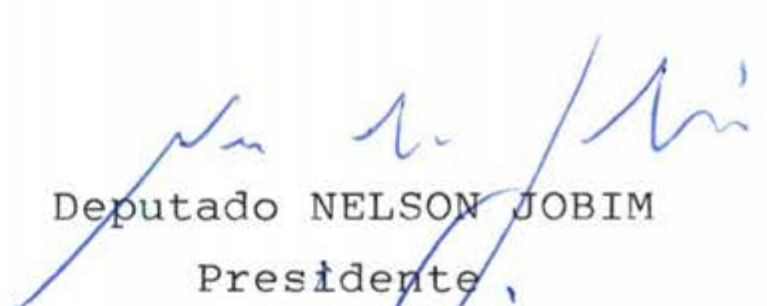
PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.592/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Hélio Manhães, Carlos Vinagre, Plínio Martins, Harlan Gadelha, José Dutra, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Leopoldo Souza, Theodoro Mendes, Mendes Ribeiro, Tito Costa, Aloysio Chaves, Michel Temer, Messias Góis, Dionísio Hage, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Juarez Marques Batista, Jorge Hage, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Gerson Peres, Silvio Abreu, Doutel de Andrade, José Genóino, Benedicto Monteiro, Roberto Torres, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Aluízio Campos, Afrísio Vieira Lima, Jesus Tajra, Alcides Lima, Gonzaga Patriota e Rodrigues Palma.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1989


Deputado NELSON JOBIM
Presidente


Deputado SILVIO ABREU
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PARECER

Projeto de Lei 3592/89 e seus apensos de nº 4247/89, 1329/88, 1727/89, 1735/89, 2189/89, 2580/89 e 3167/89.

Ementa: " Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 2º do art. 8º do ADGT da Constituição Federal.

Autor: SENADO FEDERAL.

Relator: Deputado JAIR BOLSONARO.

I - RELATÓRIO

Trata o presente PL de adequar o disposto no art. 8º do ADGT da Constituição, buscando de forma mínima, reparar erros crassos cometidos em passado próximo. Quando cidadãos militares cassados por diversos motivos; tiveram inclusive vedado o mais elementar direito, qual seja, o de trabalhar. E, note-se, que tal vedação se referia ao exercício de carreira civil, e não, ora relatado busca corrigir a injustiça flagrante, cumprindo dispositivo determinado na Constituição Federal.

II - VOTO DO RELATOR

É nosso Parecer que a matéria merece inteira acolhida. São oito PLs, versando sobre idêntico assunto. Em respeito a iniciativa do então Senador e hoje, ilustre Deputado Federal Mauro Borges, opinamos pela adequação contida no PL do também Oficial da Reserva do Exército Brasileiro, de nº 3592/89, no ensejo de apressarmos a solução da questão, rogando à Deus, que nunca mais direitos tão essenciais sejam violados de forma brutal, para que no futuro possamos nos orgulhar de nossos acertos e da igualdade da Democracia, sob o império da Lei e da Ordem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

É nosso Parecer.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 1992


JAIR BOLSONARO-PDC/RJ
RELATOR



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.592/89


PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, OPINOU, unanimemente, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.592/89, e dos de nºs 1.727, 1.735, 2.189, 2.580, 3.167 e 4.247 de 1989 e 2.131/91, apensos, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Carlos Alberto Campista - Presidente, Amaury Müller, e José Carlos Sabóia - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Aldo Rebelo, Marcos Lima, Maurici Mariano, Chico Vigilante, Beraldo Boaventura, Jabes Ribeiro, Mauro Sampaio, Paulo Rocha, Hugo Biehl, João de Deus Antunes, Maria Laura, Caldas Rodrigues, Jair Bolsonaro, Messias Góis, Sérgio Barcelos, Nilson Gibson, Augusto Carvalho e Ernesto Gradella.

Sala da Comissão, em 03 de junho de 1.992


Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA
Presidente


Deputado JAIR BOLSONARO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3592, DE 1989

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autor : Senador MAURO BORGES

Relator: Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL

RELATÓRIO

Através deste Projeto, o ilustre Senador Mauro Borges dá cumprimento ao disposto no § 3º do Art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias que determina que uma lei de iniciativa do Congresso Nacional, ao entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição, dará reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer atividades específicas na vida civil em função de Portarias Reservas das do Ministério da Aeronáutica.

Ao elaborar o Projeto, o nobre Senador Mauro Borges, sabiamente, baseou-se em duas verdades incontestáveis:

- 1º - Por terem sido proibidos de exercer a profissão durante 15 longos anos, os cidadãos atingidos pelas Portarias, tiveram suas carreiras encerradas de maneira inapelável.
- 2º - Para que a reparação seja justa, o Projeto terá que dar reparação, da maneira mais aproximada possível, a que o beneficiado teria recebido, se tivesse exercido a carreira que lhe foi impedida, e mais, esta reparação terá que ter forma globalizada e genérica, eis que, em matéria legislativa, é impossível praticar a análise singular de caso por caso.



Compreende, também, o autor que a reparação proposta é apenas a expressão relativa da justiça, a única que ainda pode ser feita, porque as carreiras ceifadas, os ideais castrados, os danos morais e econômicos havidos, que foram extensivos às suas esposas e filhos, não têm preço e jamais poderão ser resgatados.

VOTO DO RELATOR

O Projeto delimita rigorosamente o universo dos beneficiados, explicitando por categorias, quadros, especialidades e subespecialidades, de acordo com a Portaria de 29 de agosto de 1963, do Ministério da Aeronáutica, que estabelece as normas para a concessão de licença e de certificados á tripulantes de aeronave e pessoal da organização de terra.

Com propriedade e sabedoria, o parâmetro adotado é a carreira do cidadão na aviação comercial brasileira, em companhia de 1º nível e, finalmente estabelece em "quantum" a ser recebido até a promulgação da lei e uma aposentadoria a partir desta, estendendo os benefícios aos dependentes e herdeiros daqueles que já faleceram e que não tiveram oportunidade de ver corrigida a presente reparação de seus direitos humanos e de suas garantias individuais, assegurados pela Constituição vigente a época e reafirmada na atual.

Louvo, pois, a iniciativa do nobre autor, mas entendo que sob dois aspectos a matéria pode e deve ser aperfeiçoada. Buscando, então, este objetivo, ofereço à consideração deste Colegiado, um substitutivo que altera os seguintes pontos:

- Diminui o prazo dos beneficiados desta Lei para requererem os benefícios, a fim de que o Executivo possa providenciar, dentro do prazo previsto nesta Lei, os recursos para pagamento dos benefícios.
- Diminui o "quantum" a ser recebido pelos beneficiados para 12% do valor previsto originariamente, buscando-se com esta redução, compatibilizar a reparação proposta e necessária com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3 -

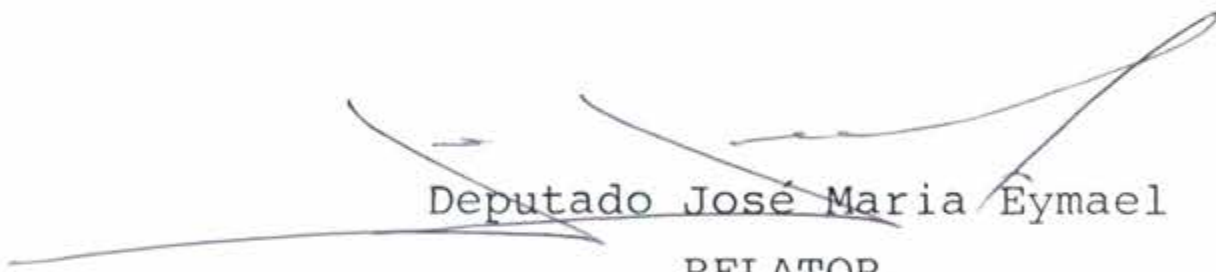
a realidade econômica e financeira da Nação.

Por outro lado, cabe-me declarar que, após exame que fiz dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados, sou pela prejudicialidade dos mesmos, visto que a matéria apresentada já se encontra plenamente contemplada no mencionado projeto de autoria do Senador Mauro Borges, bem como no Substitutivo que ora apresento.

Estou certo, ainda, de que os cidadãos beneficiados haverão de bem compreender essa necessidade de redução, dando mais uma vez prova inequívoca de sua acendrada brasilidade.

Diante do acima exposto, voto pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1992.


Deputado José Maria Eymael
RELATOR



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3592/89

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do Artigo 8º no Ato das Disposições Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 01 de sentembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus a reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º - A reparação de que trata o artigo anterior consistirá na:

I - indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais especificadas citadas na presente Lei;

II - concessão de aposentadoria que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º - A indenização de que trata o inciso I, supra, será calculada da seguinte forma:

I- Para os Pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores - engenheiros



CÂMARA DOS DEPUTADOS

corresponderá um salário de comandante de Boeing 737- equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorrido entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

II - Para as categorias, tais como, os de mais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Esp. AV. EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, - AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de vôo, os mecânicos I e os despachantes de vôo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

Parágrafo Único: O salário de que trata os incisos deste artigo serão fornecidos, por certidão, pelo Sindicato da categoria correspondente a que pertencer o beneficiário desta reparação.

Art. 4º - A aposentadoria de que trata o Inciso II do artigo 2º, supra, será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário desta reparação na forma do artigo 10, a ser paga pela Previdência Social, por conta da União, através de órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta Lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º - O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do artigo 3º, desta Lei, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 dias da data de sua promulgação, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário desta reparação, que indicará, no requerimento de que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

trata o artigo 10, a seguir, a Agência do Banco do Brasil S/A. Onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º - A reparação de que trata o Inciso I do Artigo 2º desta Lei será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do Artigo 3º até a data de seu falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior e ser paga de acordo com o quanto estabelece o artigo anterior.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata esta Lei corresponderá aos salários constantes do Art. 3º, incisos I e II, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos Sindicatos dos Aeronautas e Aeroviários, sempre, que ocorrerem.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio de requerimento na forma do disposto no Artigo 10 desta Lei, apresentando, mais, os documentos que façam prova de suas condições sucessórias.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 10º - Os beneficiários contemplados por esta Lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, através de simples requerimento, que comprovem esta condição, dirigidos ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para o quanto estabelecido no Inciso I e para o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social para os efeitos do Inciso II, ambos, do Artigo 2º, supra e entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo Único : Os documentos comprobatórios de que trata o caput deste artigo serão:

I - Para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente, pelo ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo Sindicato respectivo.

II - Para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais-Aviadores, Oficiais Aviadores Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta Lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria correspondente fornecido pelo Sindicato respectivo.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 30 de novembro
de 1992.

Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989

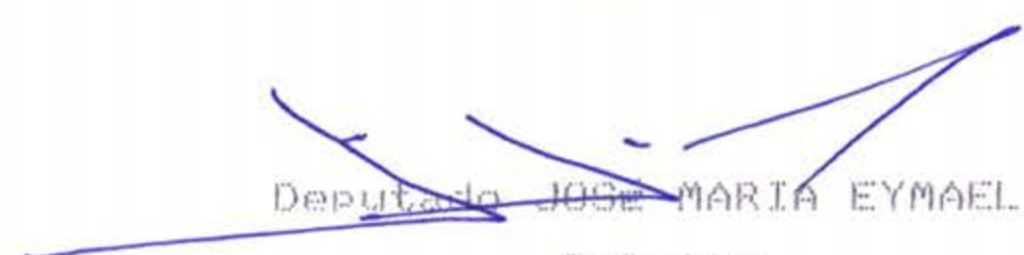
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária e, quanto ao mérito, pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.592/89, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Francisco Dornelles, Presidente; Manoel Castro, Vice-Presidente; Flávio Palmier da Veiga, José Falcão, Germano Rigotto, Carrion Júnior, Elio Dalla Vecchia, Sérgio Gaudenzi, Delfim Netto, José Lourenço, Jackson Pereira, Aloizio Mercadante, José Dirceu, Félix Mendonça, Pedro Novais, Nelson Bornier, Luiz Carlos Hauly, Fernando Freire, Hélio Rosas e José Maria Eymael.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 1992


Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente


Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Projeto de Lei nº 3.592, de 1989

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CFT

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 19 de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus a reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º A reparação de que trata o artigo anterior consistirá na:

I - indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais especificadas citadas na presente Lei;

II - concessão de aposentadoria que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º A indenização de que trata o inciso I, supra, será calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores - engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de



meses transcorrido entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

II - para as categorias, tais como, os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. AV, EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de voo, os mecânicos I e os despachantes de voo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

Parágrafo único. O salário de que trata os incisos deste artigo serão fornecidos, por certidão, pelo Sindicato da categoria correspondente a que pertencer o beneficiário desta reparação.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o inciso II do artigo 2º, supra, será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário desta reparação na forma do artigo 10, a ser paga pela Previdência Social, por conta da União, através de órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta Lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do artigo 3º, desta Lei, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 dias da data de sua promulgação, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário desta reparação, que indicará, no requerimento de que trata o artigo 10, a seguir, a Agência



do Banco do Brasil S/A. Onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º A reparação de que trata o inciso I do artigo 2º desta Lei será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do artigo 3º até a data de seu falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior e ser paga de acordo com o quanto estabelece o artigo anterior.

Art. 7º O valor da aposentadoria de que trata esta Lei corresponderá aos salários constantes do art. 3º, incisos I e II, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos Sindicatos dos Aeronautas e Aeroviários, sempre, que ocorrerem.

Art. 8º Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio de requerimento na forma do disposto no Artigo 10 desta Lei, apresentando, mais, os documentos que façam prova de sua condições sucessórias.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 10. Os beneficiários contemplados por esta Lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, através de simples requerimento, que comprovem esta condição, dirigidos ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para o quanto estabelecido no inciso I e para o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social para os efeitos do inciso II, ambos, do artigo 2º, supra e entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.



Parágrafo único. Os documentos comprobatórios de que trata o caput deste artigo serão:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposto ao requerente, pelo ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo Sindicato respectivo.

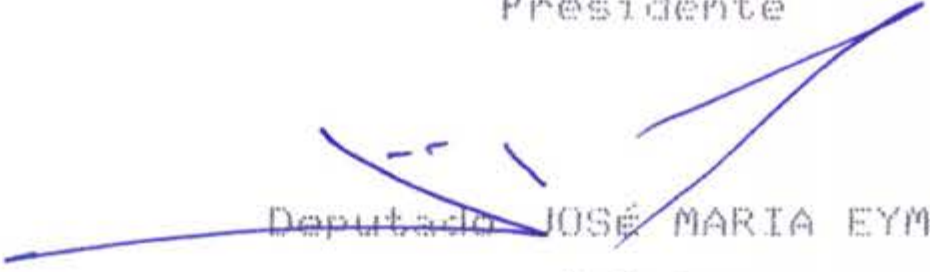
II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais-Aviadores, Oficiais Aviadores Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta Lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria correspondente fornecido pelo Sindicato respectivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 1992


Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente


Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 3.592-A, DE 1989
(DO SENADO FEDERAL)

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e dos de nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91 apensados; e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e pela prejudicialidade dos de nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91, apensados.

(PROJETO DE LEI Nº 3.592, de 1989, TENDO APENSADOS OS DE Nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91. A QUE SE REFEREM OS PARECERES)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

Nº 1.727, de 1989

(Do Sr. Francisco Amaral)

Regula a reparação econômica prevista no art. 8º, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os cidadãos atingidos pelas Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica, números S-50-G-M5, de 1964, e nº S-285-GM5 receberão, como reparação econômica, a integridade dos proventos auferidos no posto, cargo ou função que exerciam, contando essa indenização um quinquênio até 5 de julho de 1988.

Art. 5º Os que não hajam alcançado a idade para a aposentadoria compulsória retornarão ao serviço com as vantagens do artigo anterior, gozando as promoções por antiguidade.

Parágrafo único. Em caso de idade compulsória ou tempo para a expulsória, receberão os proventos do posto imediato, inadmitida a reversão de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 3º Os herdeiros dos cidadãos de que trata o art. 1º poderão reclamar, o cônjuge, as filhas solteiras e os filhos menores, a pensão equivalente ao provento a que o esposo ou pai tinha direito, facultado pleitear todas as indenizações de que trata esta lei.

Art. 4º Os anos superiores aos cinco contados na forma do art. 1º serão compensados com o acréscimo de cinco por cento por biênio nos vencimentos atualizados daqueles beneficiados pelo § 3º do art. 8º da Constituição.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

De todos os fatos decorrentes da Revolução de 1964, o mais ominoso se praticou no Ministério da Aeronáutica, onde alguns intolerantes oficiais abusaram da boa-fé do Brigadeiro Eduardo Gomes, levando-o a assinar dois atos discriminatórios, que impediam os ex-comandantes da FAB a obter qualquer tipo de emprego como aeronautas, no Brasil ou no exterior.

Muitos foram obrigados a praticar pequenos atos de comércio, corretagem, intermediação nas bolsas, para sobreviver com sua família.

Para corrigir a iniquidade, impõe-se, quanto antes, a regulamentação do § 3º do art. 8º da Constituição.

Sala das Sessões, 14 de março de 1989. — **Francisco Amaral.**

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.735, de 1989

(Do Sr. Jorge Arbage)

Concede reparação da natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(Anexe-se ao Projeto de Lei n.º 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os militares, aeronautas e aeroviários que, por força das Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5, foram impedidos de exercer suas profissões como tripulantes de aeronaves ou aeroviários farão jus à reparação de natureza econômica na forma desta lei.

Art. 2.º A reparação econômica a que se refere o art. 1.º será calculada da seguinte forma:

§ 1.º Aos tripulantes de aeronaves, pela maior remuneração mensal de sua carreira específica à data da promulgação desta lei, multiplicada pelo número de meses decorridos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (5 de outubro de 1988), até a data de promulgação da presente lei.

§ 2.º Idêntico procedimento será adotado para os aeroviários que possuírem Plano de Carreira; aos que não possuírem Plano de Carreira, o valor mensal estabelecido será correspondente à função em que o mesmo se encontrava à época de sua restrição à atividade.

§ 3.º Aqueles que desejarem benefícios da aposentadoria deverão ter deduzidos da reparação citada no art. 1.º, de uma só vez, os valores relativos à sua contribuição previdenciária para a aposentadoria pretendida.

Art. 3.º Os cidadãos abrangidos pela presente lei deverão requerer, ao órgão competente designado pelo Poder Executivo, o benefício aqui estabelecido, devendo nessa oportunidade:

§ 1.º Comprovar sua habilitação profissional, à época, para a atividade postulada.

§ 2.º Aos civis, comprovar ter sido efetivamente impedido de exercer sua profissão específica através da suspensão revogação da revalidação de seus certificados de habilitação ou orientação formal do DAC aos seus empregadores para demissão ou não admissão com base na Portaria S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 3.º Aos militares, comprovar ter feito solicitação ao órgão público competente para emissão de sua habilitação profissional e, por força das aludidas portarias, ter sido essa solicitação negada.

§ 4.º Informar se deseja enquadrar-se como beneficiário da Previdência apontando a aposentadoria pretendida, de conformidade com o § 3.º do art. 2.º e o art. 4.º desta lei.

Art. 4.º Ao Ministério da Aeronáutica, através do DAC, caberá:

§ 1.º Listar nominalmente os cidadãos que foram impedidos de exercer suas ati-

vidades específicas por força das Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 2.º Para os militares, a listagem apontada no § 1.º deste artigo será feita com base nas solicitações formais feitas pelos interessados ao DAC, à época, para obtenção de seus certificados de habilitação e que foram negados com base nas Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 3.º Para os civis, a listagem apontada no § 1.º deste artigo será feita com base nas revogações/suspensões de revalidações dos Certificados de Habilitação de aeronautas ou orientação formal do DAC às empresas de transporte aéreo para não admissão de aeroviários por força das Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 4.º Diligenciar junto às empresas de transporte aéreo e sindicatos dos aeronautas/aeroviários para definição dos valores salariais citados no art. 2.º, § 1.º, desta lei e dos respectivos Planos de Carreira.

Art. 5.º É vedada a acumulação de proventos de aposentadoria, devendo o interessado indicar, no ato de seu requerimento, sua opção pela aposentadoria que desejar.

Art. 6.º A presente lei é de exclusiva aplicação aos civis e militares formalmente atingidos por atos institucionais ou complementares.

Art. 7.º Aos herdeiros caberá o valor da reparação econômica citada no art. 2.º §§ 1.º e 2.

Art. 8.º O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 dias após publicação.

Art. 9.º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral da União para o corrente exercício.

Sala das Sessões, 14 de março de 1989. —
Jorge Arbage

Justificação

1. O texto constitucional, em seu § 3.º, art. 8.º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado, de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

2. No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5, respectivamente, de 15 de ju-

nho de 1964 e 1.º de setembro de 1986, atingindo pilotos militares e aeronautas civis.

3. Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada, forçando profissionais a buscarem outra atividade que não aquela para a qual foram formados.

4. Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível — que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

5. Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5 podem ser consideradas como tais) a reparação retroage à edição do texto constitucional, passando a vigor dessa data em diante.

6. Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembléia Nacional Constituinte que, sabidamente, incluiu o § 3.º no art. 8.º, que trata especificamente da Anistia a atos de exceção.

7. Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiriam o último posto das carreiras respectivas.

8. No intuito de resguardar a Administração e o Erário Público, entende-se ser necessário a prova do impedimento do exercício profissional a ser feito pelo interessado impedindo-se, de plano, possíveis solicitações de pessoas que não estejam enquadradas no amparo que a Lei Maior determina.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8.º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Le-

gislativo n.º 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei n.º 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecendo os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

.....

§ 3.º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas ao Ministério da Aeronáutica n.º S-50GM-5, de 19 de junho de 1964 e n.º S-285GM-5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.189, DE 1989

(Do Sr. Paulo Ramos)

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias reservadas S-50 GM-5 e S-285 GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(ANEXE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.329, DE 1988)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º De conformidade com o disposto no § 3º do Art. 8º do Ato das disposições transitórias da Constituição, os aeronautas, aeroviários e militares, atingidos por atos institucionais ou complementares, que na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário em função das Portarias Reservadas nºs. S-50 GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285 GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, desde que requeiram os benefícios estabelecidos nesta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação, farão jus a reparação de natureza econômica, prevista nesta lei, cujas despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta das dotações do orçamento geral da União para o corrente exercício.

Parágrafo Único - Os Militares da Força Aérea Brasileira, aeronautas e aeroviários, terão a seguinte reparação econômica:

A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao Ministério da Fazenda, pela maior remuneração mensal de sua carreira específica à data da promulgação desta lei, incluindo neste a parte fixa e variável, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data em que

o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, ficando também ca da beneficiado habilitado a requerer ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próxima do seu domicílio, uma aposenta doria com vigência a partir da publicação desta lei, que será pa ga pela Previdência Social por conta da União e cujos recursos ne cessários para o seu pagamento serão adiantados pela Previdência Social e restituídos a ela pela União em cotas trimestrais à con ta do orçamento da União, de acordo com sua programação financi ra compensadas as eventuais diferenças, aposentadoria esta cujo valor será correspondente em número do salário mínimo, calculados até a 2ª (segunda) casa decimal ao valor do salário fornecido pe lo Sindicato Nacional dos Aeronautas de que trata este parágrafo.

Art. 2º São documentos probatórios para fins de percepção dos benefícios estabelecidos no ~~§~~ § Único do art. 1º des ta lei, e deverão acompanhar os requerimentos aos órgãos competen tes, os seguintes:

1 - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucio nal ou complementar e a cópia da licença fornecida pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica.

2 - para os militares dos quadros e subespecialidades enquadrados no § Único do art. 1º desta lei, as folhas de al terações do histórico militar que prove, ter pertencido a esses quadros e subespecialidades e a data em que sofreram a sanção im posta pelo Ato Institucional ou Complementar, ou a cópia do Diá rio Oficial que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar.

Art. 3º Os herdeiros e dependentes dos cidadãos já falecidos, que seriam beneficiados por esta lei, terão a re paração econômica de que trata os §§ Único do art. 1º desta lei sendo que a quantia a ser recebida através do Ministério da Fa zenda será calculada da data em que o cidadão sofreu a sansão imposta pelo Ato Institucional ou Complementar até a do seu fa lecimento, e também farão jus a uma pensão, extensiva aqueles que vierem a ser herdeiros dependentes dos beneficiados por es ta lei, desde que assim sejam considerados pela Previdência So

cial, cujo cálculo terá por base o valor das aposentadorias de que trata os §§ Único do art. 1º e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 4º A aposentadoria de que trata os §§ Único do art. 1º, desta lei, não poderá ser acumulada com qualquer outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado optar por aquela que desejar.

Art. 5º Após a publicação desta lei:

1 - Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta lei, bem como providenciarão normas internas no âmbito de seus respectivos ministérios para que os beneficiados recebam a reparação a que fizerem jus nos órgãos em que a requereram e no prazo previsto por lei.

Art. 6º Sobre a reparação econômica de que trata os §§ único do art. 1º desta lei, não incidirá qualquer tributo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

1. O texto constitucional, em seu § 3º, art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

2. No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias nºs S-50GM-5 e S-285GM-5, respectivamente, de 15 de junho de 1964 e 1º de sentembro de 1966, atingindo militares e aeronautas civis.

3. Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada forçando profissionais a buscarem outra atividade que não aquela para a qual foram formados.

4. Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível - que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

5. Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias .. S-50GM-5 e S-285GM-5 podem ser consideradas como tais).

6. Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembléia Nacional Constituinte que, sabiamente, incluiu o § 3º no art. 8º, que trata especificamente da Anistia a atos de exceção.

7. Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiriam o último posto das carreiras respectivas.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1989.

Deputado PAULO RAMOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....
ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
.....

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

.....
§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5,

de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

.....
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.580, DE 1989

(Do Sr. Francisco Küster)

Dispõe sobre aplicação do § 3º do art. 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os cidadãos a que se refere o § 3º do art. 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, são os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares que foram impedidos do exercício da respectiva especialização na vida civil em decorrência das portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica de nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966.

Art. 2º A reparação de natureza econômica concedida de acordo com o estabelecido pelo § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referido no artigo anterior, será paga aos aeronautas, aeroviários e aos militares, pelo Ministério ao qual o beneficiário se encontra vinculado, no valor de 15 (quinze) vezes o total dos vencimentos, salários ou proventos, do mês do pagamento desta reparação, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data da promulgação da Constituição Federal e a data de entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único. A reparação de que trata o presente artigo, será paga ao beneficiário como "Gratificação Especial de Reparação Econômica", acumulável a partir do dia subsequente ao da vigência desta lei, no valor de 90% dos vencimentos, salários ou proventos fixados para o mesmo, devendo, no entanto, ser atualizada sempre que houver alteração da tabela de remuneração dos aeronautas, aeroviários e dos militares.

Art. 3º Os herdeiros e os dependentes dos aeronautas, aeroviários e dos militares beneficiados pelo § 3º do art. 8º das Disposições Constitucionais Tran-

sitórias da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, já falecidos, fazem jus também a **reparação** de natureza econômica concedida neste dispositivo constitucional, devendo a eles ser paga nos termos estabelecidos no art. 2º e parágrafo único desta lei.

Art. 4º A execução das disposições contidas nos arts. 2º e 3º da presente lei fica a cargo do órgão de origem do aeronauta, aeroviário e do militar, que deverá providenciar os meios necessários ao pagamento, num prazo máximo de até sessenta dias a contar da publicação desta lei, da reparação econômica, ora estabelecida.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral da União, para o corrente exercício.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

1. O texto constitucional, em seu § 3º art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

2. No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias nos S-50-GM-5 e S-285-GM-5, respectivamente, de 15 de junho de 1964 e 1º de setembro de 1966, atingindo militares e aeronautas civis.

3. Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada, forçando profissionais a buscar outra atividade que não aquela para a qual foram formados.

4. Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível — que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

5. Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias nos S-50-MG-5 e S-285-GM-5 podem ser consideradas com tais).

6. Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembleia Nacional Constituinte que, sabiamente, incluiu o § 3º no art. 8º que trata especificamente da anistia a atos de exceção.

7. Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiriam o último posto das carreiras respectivas.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1989. — **Francisco Küster.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

1988

.....
ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
.....

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

.....
§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM-5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM-5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.
.....

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELO AUTOR

PORTARIA Nº 77-A/GM-5, DE 3 DE MAIO DE 1979

Revoga as Portarias nº S/50-GM-5, de 19 de junho de 1964 e S-285/GM-5, de 1º de setembro de 1966.

O Ministro de Estado de Negócios da Aeronáutica, tendo em vista o disposto da Emenda Constitucional de nº 11, de 13 de outubro de 1978, resolve:

Art. 1º Revogar as Portarias sigilosas nº S/50/GM-5, de 19 de junho de 1964, que dispõe sobre "concessão de licenças e revalidação de certificados

de habilitação", e de nº S/285-GM-5, de 1º de setembro de 1966, que "suspende a concessão de licenças e a revalidação de certificados de habilitação".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. — Tenente-Brigadeiro-do-Ar Délio Jardim da Matos, Ministro da Aeronáutica.

PORTARIA MINISTERIAL RESERVADA

Nº S-50-GM-5 DE 19 DE JUNHO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, considerando as razões apresentadas pela Diretoria de Aeronáutica, resolve:

Suspender, até ulterior deliberação:

1. As concessões de licenças previstas na Portaria nº 896-A-HM-5, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares transferidos para a reserva por força do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

2. As revalidações de certificados de habilitação, também previstos na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários penalizados pelo referido ato.

a) Major-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavanere Wanderley, Ministro da Aeronáutica.

PORTARIA MINISTERIAL RESERVADA

Nº S-285-GM-5 DE 1º DE SETEMBRO DE 1966

Suspende a concessão de licenças e revalidação de certificados de habilitação.

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, considerando as razões apresentadas pela Diretoria da Aeronáutica Civil, resolve suspender, até ulterior deliberação:

1. As concessões de licença previstas na Portaria nº 869-A-GM-5, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares atingidos por atos institucionais ou complementares.

2. As revalidações de certificados de habilitação, também previstas na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários penalizados pelos referidos atos.

A presente portaria substituiu a de nº S-50-GM-5, de 19 de junho de 1964, e entra em vigor na data de sua publicação. — Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.167, DE 1989

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas S-50 GM-5 e S-285 GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º De conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, os aeronautas, aeroviários e militares, atingidos por atos institucionais ou complementares, que na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário em função das Portarias Reservadas nºs S-50 GM-5, de 19 de junho de 1966, e S-285 GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, desde que requeiram os benefícios estabelecidos nesta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação, farão jus a reparação de natureza econômica, prevista nesta lei, cujas despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta das dotações do orçamento geral da União para o corrente exercício.

Parágrafo único. Os militares da Força Aérea Brasileira, aeronautas e aeroviários, terão a seguinte reparação econômica:

A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao Ministério da Fazenda, pela maior remuneração mensal de sua carreira específica à data da promulgação desta lei, incluído neste a parte fixa e variável, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta lei, ficando também cada beneficiário habilitado a requerer ao Ministro da Previdência e Assistência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio, uma aposentadoria com vigência a partir da

publicação desta lei, que será paga pela Previdência Social por conta da União e cujos recursos necessários para o seu pagamento serão adiantados pela Previdência Social e restituídos a ela pela União em cotas trimestrais à conta do orçamento da União de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças, aposentadoria esta cujo valor será correspondente em número do salário mínimo, calculado até a 2ª (segunda) casa decimal, ao valor do salário fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas de que trata este parágrafo.

Art. 2º São documentos probatórios para fins de percepção dos benefícios estabelecidos no § 1º do art. 1º desta lei, e deverão acompanhar os requerimentos aos órgãos competentes, os seguintes:

1 - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou complementar e a cópia da licença fornecida pela diretoria de aeronáutica civil do Ministério da Aeronáutica;

2 - para os militares dos quadros subespecialidades enquadrados no parágrafo único do art. 1º desta lei, as folhas de alterações do histórico militar que provem ter pertencido a esses quadros e subespecialidades e a data em que sofreram a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar, ou a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar.

Art. 3º Os herdeiros e dependentes dos cidadãos já falecidos, que seriam beneficiados por esta lei, terão a reparação econômica de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, sendo que a quantia a ser recebida através do Ministério da Fazenda será calculada da data em que o cidadão sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar até a do seu falecimento, e também farão jus a uma pensão, extensiva àqueles que vierem a ser herdeiros dependentes dos beneficiados por esta lei, desde que assim sejam considerados pela Previdência Social, cujo cálculo terá por base o valor das aposentadorias de que trata o parágrafo único do art. 1º e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, não poderá ser acumulada com qualquer outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado optar por aquela que desejar.

Art. 5º Após a publicação desta lei:

1 - os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta lei, bem como providenciarão normas internas no âmbito de seus respectivos ministérios para que os beneficiados recebam a reparação a que fizerem jus nos órgãos em que a requereram e no prazo previsto por lei.

Art. 6º Sobre a reparação econômica de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, não incidirá qualquer tributo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O texto constitucional, em seu § 3º, art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado, de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias nos S-50 GM-5 e S-285 GM-5, respectivamente, de 19 de junho de 1966 e 1º de setembro de 1966, atingindo militares e aeronautas civis.

Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada, forçando profissionais a buscarem outra atividade de que não aquela para a qual foram formados.

Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível — que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias S-50 GM-5 e S-285 GM-5 podem ser considerados como tais).

Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembleia Nacional Constituinte que, sabiamente, incluiu o § 3º no art. 8º, que trata especificamente da anistia a atos de exceção.

Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiram o último posto das carreiras respectivas.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 1989. — Deputado **Arnaldo Faria de Sá**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
**ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

.....

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

.....

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

.....

.....

Lote: 65
 Caixa: 136
 PL Nº 3592/1989
 77



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.131, DE 1991

(Do Sr. Virmondes Cruvinel)

Regula a reparação da natureza econômica prevista no artigo 8º, parágrafo 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989).

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 1º Os cidadãos atingidos pelas Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica, número S-50 - GM-5, e S-285-GM5, de 1964, receberão, como reparação econômica, a integridade dos proventos auferidos no posto, cargo ou função que exerciam, contando essa indenização um quinquênio, até 5 de julho de 1988.

§ 1º - Os que não hajam alcançado a idade para a aposentadoria compulsória, retornarão ao serviço ativo com as vantagens deste artigo, gozando as promoções por antiguidade.

§ 2º - Em caso de idade para compulsória ou de tempo para a expulsória, os beneficiários desta lei receberão os proventos do posto imediato, inadmitida a reversão de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2º Os herdeiros dos cidadãos de que trata esta lei poderão reclamar, tanto o cônjuge, as filhas solteiras e os filhos

menores, pensão equivalente ao provento a que o esposo ou pai ti
nha direito, podendo pleitear todas as indenizações de que trata es
ta lei.

Art. 3º Os anos superiores aos cinco contados na forma
do Art. 1º serão compensados com o acréscimo de cinco por cento por
biênio dos vencimentos atualizados daqueles beneficiados pelo § 3º
do Art. 8º da Constituição.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Oportunamente, foi submetido a esta Casa, projeto de lei
regulamentando o § 3º do Art. 8º do Ato das Disposições Constitucio
nais Transitórias.

Em lugar de vigorar a partir de 5 de outubro de 1989, a
proposição terminou arquivada por decurso de legislatura.

Ao renová-la, esperamos que a Comissão de Constituição e
Justiça e de Redação aprove sua admissibilidade, à decisão do Plená
rio.

Sala das Sessões, em 22/10/91


Deputado VIRMONDES CRUVINEL

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação e a redação final. A matéria retorna ao Senado Federal.

Em 24 de março de 1993.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.592-A, DE 1989 (Do Senado Federal)

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e dos de nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91 apensados; e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e pela prejudicialidade dos de nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91, apensados.

(PROJETO DE LEI Nº 3.592, de 1989, TENDO APENSADOS OS DE Nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91. A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, aeroviários e militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário, em função das Portarias Reservadas nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º - A reparação prevista no artigo anterior será concedida mediante requerimentos do beneficiário, apresentados no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei, ao Ministro da Fazenda, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio e ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio.

Parágrafo único - Os requerimentos de que trata o caput deste artigo serão acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente pelo ato institucional ou complementar e a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica;

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao quadro de oficiais-aviadores ou aos quadros e subespecialidades referidos no art. 4º desta Lei, assim como a data em que este sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou a cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção.

Art. 3º - Os pilotos civis de qualquer categoria e os oficiais-aviadores terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago, na data da publicação desta Lei, a piloto de linha aérea da aviação comercial brasileira, de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a san-

ção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação até o dia do efetivo pagamento.

Art. 4º - Os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades Q-AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades, "Especialistas em Aviões", AT-CV, AT-RAMR, AT-SE, AT-HE, AT-AV, AT-CM, AT-SH, AT-IT, AT-CP, AT-PI, AT-MO, MR MEAU, MR SEAU, MR SHAU, MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-VO e RT-TE, terão reparação econômica paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Fazenda mais próxima do seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá a duas vezes a quantia correspondente ao maior salário pago respectivamente a Comissário, Mecânico de Vão, Mecânico I e Despachante de Vão na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação, até o dia do efetivo pagamento.

Art. 5º - A reparação prevista nos arts. 3º e 4º desta Lei estende-se aos herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, devendo ser calculada desde a data da sanção imposta ao beneficiário até a data de seu falecimento, e será recebida através do Ministério da Fazenda.

Art. 6º - São os beneficiários desta Lei, também, habilitados a receber uma aposentadoria a ser paga pela Previdência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo de seu domicílio, com vigência a partir da publicação desta Lei.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata o artigo anterior corresponderá, em número de salários mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário que serviu de base para o cálculo da reparação prevista nos artigos 3º e 4º desta Lei, ao beneficiário.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o art. 7º desta Lei, e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 9º - Os recursos para atendimento do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei serão adiantados em cotas trimestrais à Previdência Social, de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 10 - A aposentadoria de que trata o art. 6º desta Lei não poderá ser acumulada com nenhuma outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiário exercer opção por aquela que desejar.

Art. 11 - Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta

Lei, bem como estabelecerão normas internas que permitam aos beneficiários o recebimento da reparação a que fazem jus perante os órgãos em que a requeiram, e no prazo de sessenta dias a contar do requerimento previsto no art. 2º desta Lei.

Art. 12 - O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários informarão, dentro do prazo de dez dias da publicação desta Lei, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social, os valores dos salários de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei, neles incluídas as partes fixas e variáveis, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser incluída.

Art. 13 - Sobre a reparação econômica prevista nesta Lei, não incidirá tributo de qualquer natureza.

Art. 14 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o presente exercício.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 06 DE SETEMBRO DE 1989


SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5,

de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1989.

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Apresentado pelo Senhor Senador MAURO BORGES

Lido no expediente da sessão de 27/6/89 e publicado no DCN (Seção II) de 28/6/89. À CCJ (competência terminativa), onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 16/8/89, A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 42/89-CCJ, comunicando que a CCJ aprovou o Projeto. É aberto o prazo de 72 horas, após a publicação da decisão da CCJ no DCN (Seção II), para interposição de recurso para que o projeto seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

A Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº.534, de 06.09.89

SM/Nº 534

Em 06 de setembro de 1989

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 180, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.


SENADOR MENDES CANALE
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA
Em 06/09/89 - 20 Senhor
Secretário de Mesa

Deputado LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário
Deputado EDMÉ TAVARES
Segundo Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIZ HENRIQUE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

JF/.

PROJETO DE LEI

Nº 1.727, de 1989

(Do Sr. Francisco Amaral)

Regula a reparação econômica prevista no art. 8º, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os cidadãos atingidos pelas Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica, números S-50-GM5, de 1964, e nº S-285-GM5 receberão, como reparação econômica, a integridade dos proventos auferidos no posto, cargo ou função que exerciam, contando essa indenização um quinquênio até 5 de julho de 1988.

Art. 5º Os que não hajam alcançado a idade para a aposentadoria compulsória retornarão ao serviço com as vantagens do artigo anterior, gozando as promoções por antiguidade.

Parágrafo único. Em caso de idade compulsória ou tempo para a expulsória, receberão os proventos do posto imediato, inadmitida a reversão de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Os herdeiros dos cidadãos de que trata o art. 1º poderão reclamar, o cônjuge, as filhas solteiras e os filhos menores, a pensão equivalente ao provento a que o esposo ou pai tinha direito, facultado pleitear todas as indenizações de que trata esta lei.

Art. 4º Os anos superiores aos cinco contados na forma do art. 1º serão compensados com o acréscimo de cinco por cento por biênio nos vencimentos atualizados daqueles beneficiados pelo § 3º do art. 8º da Constituição.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

De todos os fatos decorrentes da Revolução de 1964, o mais ominoso se praticou no Ministério da Aeronáutica, onde alguns intolerantes oficiais abusaram da boa-fé do Brigadeiro Eduardo Gomes, levando-o a assinar dois atos discriminatórios, que impediam os ex-comandantes da FAB a obter qualquer tipo de emprego como aeronautas, no Brasil ou no exterior.

Muitos foram obrigados a praticar pequenos atos de comércio, corretagem, intermediação nas bolsas, para sobreviver com sua família.

Para corrigir a iniquidade, impõe-se, quanto antes, a regulamentação do § 3º do art. 8º da Constituição.

Sala das Sessões, 14 de março de 1989. — **Francisco Amaral.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**Ato das Disposições Constitucionais
Transitórias**

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação

da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

PROJETO DE LEI

Nº 1.735, de 1989

(Do Sr. Jorge Arbage)

Concede reparação da natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas nºs S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os militares, aeronautas e aeroviários que, por força das Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5, foram impedidos de exercer suas profissões como tripulantes de aeronaves ou aeroviários farão jus à reparação de natureza econômica na forma desta lei.

Art. 2º A reparação econômica a que se refere o art. 1º será calculada da seguinte forma:

§ 1º Aos tripulantes de aeronaves, pela maior remuneração mensal de sua carreira específica à data da promulgação desta lei, multiplicada pelo número de meses decorridos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (5 de outubro de 1988), até a data de promulgação da presente lei.

§ 2º Idêntico procedimento será adotado para os aeroviários que possuírem Plano de Carreira; aos que não possuírem Plano de Carreira, o valor mensal estabelecido será correspondente à função em que o mesmo se encontrava à época de sua restrição à atividade.

§ 3.º Aqueles que desejarem benefícios da aposentadoria deverão ter deduzidos da reparação citada no art. 1.º, de uma só vez, os valores relativos à sua contribuição previdenciária para a aposentadoria pretendida.

Art. 3.º Os cidadãos abrangidos pela presente lei deverão requerer, ao órgão competente designado pelo Poder Executivo, o benefício aqui estabelecido, devendo nessa oportunidade:

§ 1.º Comprovar sua habilitação profissional, à época, para a atividade postulada.

§ 2.º Aos civis, comprovar ter sido efetivamente impedido de exercer sua profissão específica através da suspensão revogação da revalidação de seus certificados de habilitação ou orientação formal do DAC aos seus empregadores para demissão ou não admissão com base na Portaria S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 3.º Aos militares, comprovar ter feito solicitação ao órgão público competente para emissão de sua habilitação profissional e, por força das aludidas portarias, ter sido essa solicitação negada.

§ 4.º Informar se deseja enquadrar-se como beneficiário da Previdência apontando a aposentadoria pretendida, de conformidade com o § 3.º do art. 2.º e o art. 4.º desta lei.

Art. 4.º Ao Ministério da Aeronáutica, através do DAC, caberá:

§ 1.º Listar nominalmente os cidadãos que foram impedidos de exercer suas atividades específicas por força das Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 2.º Para os militares, a listagem apontada no § 1.º deste artigo será feita com base nas solicitações formais feitas pelos interessados ao DAC, à época, para obtenção de seus certificados de habilitação e que foram negados com base nas Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 3.º Para os civis, a listagem apontada no § 1.º deste artigo será feita com base nas revogações/suspensões de revalidações dos Certificados de Habilitação de aeronautas ou orientação formal do DAC às empresas de transporte aéreo para não admissão de aeroviários por força das Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5.

§ 4.º Diligenciar junto às empresas de transporte aéreo e sindicatos dos aeronautas/aeroviários para definição dos valores salariais citados no art. 2.º, § 1.º, desta lei e dos respectivos Planos de Carreira.

Art. 5.º É vedada a acumulação de proventos de aposentadoria, devendo o interessado indicar, no ato de seu requerimento, sua opção pela aposentadoria que desejar.

Art. 6.º A presente lei é de exclusiva aplicação aos civis e militares formalmente atingidos por atos institucionais ou complementares.

Art. 7.º Aos herdeiros caberá o valor da reparação econômica citada no art. 2.º §§ 1.º e 2.º.

Art. 8.º O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 dias após publicação.

Art. 9.º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral da União para o corrente exercício.

Sala das Sessões, 14 de março de 1989. —
Jorge Arbage

Justificação

1. O texto constitucional, em seu § 3.º, art. 8.º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado, de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

2. No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5, respectivamente, de 15 de junho de 1964 e 1.º de setembro de 1986, atingindo pilotos militares e aeronautas civis.

3. Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada, forçando profissionais a buscarem outra atividade que não aquela para a qual foram formados.

4. Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível — que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

5. Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias S-50GM-5 e S-285GM-5 podem ser consideradas como tais) a reparação retroage à edição do texto constitucional, passando a vigor dessa data em diante.

6. Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembleia Nacional Constituinte que, sabidamente, incluiu o § 3.º no art. 8.º, que trata especificamente da Anistia a atos de exceção.

7. Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiram o último posto das carreiras respectivas.

8. No intuito de resguardar a Administração e o Erário Público, entende-se ser necessário a prova do impedimento do exercício profissional a ser feito pelo interessado impedindo-se, de plano, possíveis solicitações de pessoas que não estejam en-

quadradas no amparo que a Lei Maior determina.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

Art. 8.º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Le-

gislativo n.º 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei n.º 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecendo os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3.º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas ao Ministério da Aeronáutica n.º S-50GM-5, de 19 de junho de 1964 e n.º S-285GM-5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

PROJETO DE LEI Nº 2.189, DE 1989

(Do Sr. Paulo Ramos)

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias reservadas S-50 GM-5 e S-285 GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(ANEXE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.329, DE 1988)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º De conformidade com o disposto no § 3º do Art. 8º do Ato das disposições transitórias da Constituição, os aeronautas, aeroviários e militares, atingidos por atos institucionais ou complementares, que na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário em função das Portarias Reservadas n.ºs. S-50 GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285 GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, desde que requeiram os benefícios estabelecidos nesta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação farão jus a reparação de natureza econômica, prevista nesta lei, cujas despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta das dotações do orçamento geral da União para o corrente exercício.

Parágrafo Único - Os Militares da Força Aérea Brasileira, aeronautas e aeroviários, terão a seguinte reparação econômica:

A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao Ministério da Fazenda pela maior remuneração mensal de sua carreira específica à data de promulgação desta lei, incluindo neste a parte fixa e variável bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data de

beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta Lei, ficando também cada beneficiário habilitado a requerer ao Ministro da Previdência e Assistência Social, através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próxima do seu domicílio, uma aposentadoria com vigência a partir da publicação desta lei, que será paga pela Previdência Social por conta da União e cujos recursos necessários para o seu pagamento serão adiantados pela Previdência Social e restituídos a ela pela União em cotas trimestrais à conta do orçamento da União, de acordo com sua programação financeira compensadas as eventuais diferenças, aposentadoria esta cujo valor será correspondente em número do salário mínimo, calculados até a 2ª (segunda) casa decimal ao valor do salário fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas de que trata este parágrafo.

Art. 2º São documentos probatórios para fins de percepção dos benefícios estabelecidos no § Único do art. 1º desta lei, e deverão acompanhar os requerimentos aos órgãos competentes, os seguintes:

1 - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou complementar e a cópia da licença fornecida pela Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica.

2 - para os militares dos quadros e subespecialidades enquadrados no § Único do art. 1º desta lei, as folhas de alterações do histórico militar que prove, ter pertencido a esses quadros e subespecialidades e a data em que sofreram a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar, ou a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar.

Art. 3º Os herdeiros e dependentes dos cidadãos já falecidos, que seriam beneficiados por esta lei, terão a reparação econômica de que trata os §§ Único do art. 1º desta lei sendo que a quantia a ser recebida através do Ministério da Fazenda será calculada da data em que o cidadão sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar até a do seu falecimento, e também farão jus a uma pensão, extensiva aqueles que vierem a ser herdeiros dependentes dos beneficiados por esta lei, desde que assim sejam considerados pela Previdência Social, cujo cálculo terá por base o valor das aposentadorias de que trata os §§ Único do art. 1º e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 4º A aposentadoria de que trata os §§ Único do art. 1º, desta lei, não poderá ser acumulada com qualquer outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado optar por aquela que desejar.

Art. 5º Após a publicação desta lei:

1 - Os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação des

ta lei, bem como providenciarão normas internas no âmbito de seus respectivos ministérios para que os beneficiados recebam a reparação a que fizeram jus nos órgãos em que a requereram e no prazo previsto por lei.

Art. 6º Sobre a reparação econômica de que tra os §§ único do art. 1º desta lei, não incidirá qualquer tributo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

1. O texto constitucional, em seu § 3º, art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

2. No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias nºs S-50GM-5 e S-285GM-5, respectivamente, de 15 de junho de 1964 e 1º de sentembro de 1966, atingindo militares e aeronautas civis.

3. Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada forçando profissionais a buscarem outra atividade que não aquela para a qual foram formados.

4. Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível - que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

5. Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias .. S-50GM-5 e S-285GM-5 podem ser consideradas como tais).

6. Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembléia Nacional Constituinte que, sabiamente, incluiu o § 3º no art. 8º, que trata especificamente da Anistia a atos de exceção.

7. Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiriam o último posto das carreiras respectivas.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1969

Deputado PAULO RAMOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5,

de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

PROJETO DE LEI Nº 2.580, DE 1989

(Do Sr. Francisco Küster)

Dispõe sobre aplicação do § 3º do art. 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os cidadãos a que se refere o § 3º do art. 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, são os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares que foram impedidos do exercício da respectiva especialização na vida civil em decorrência das portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica de nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966.

Art. 2º A reparação de natureza econômica concedida de acordo com o estabelecido pelo § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referido no artigo anterior, será paga aos aeronautas, aeroviários e aos militares, pelo Ministério ao qual o beneficiário se encontra vinculado, no valor de 15 (quinze) vezes o total dos vencimentos, salários ou proventos, do mês do pagamento desta reparação, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data da promulgação da Constituição Federal e a data de entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único. A reparação de que trata o presente artigo, será paga ao beneficiário como "Gratificação Especial de Reparação Econômica", acumulável a partir do dia subsequente ao da vigência desta lei, no valor de 90% dos vencimentos, salários ou proventos fixados para o mesmo, devendo, no entanto, ser atualizada sempre que houver alteração da tabela de remuneração dos aeronautas, aeroviários e dos militares.

Art. 3º Os herdeiros e os dependentes dos aeronautas, aeroviários e dos militares beneficiados pelo § 3º do art. 8º das Disposições Constitucionais Transitórias da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, já falecidos, fazem jus também a reparação de natureza econômica concedida neste dispositivo constitucional, devendo a eles ser paga nos termos estabelecidos no art. 2º e parágrafo único desta lei.

Art. 4º A execução das disposições contidas nos arts. 2º e 3º da presente lei fica a cargo do órgão de origem do aeronauta, aeroviário e do militar, que deverá providenciar os meios necessários ao pagamento, num prazo máximo de até sessenta dias a contar da publicação desta lei, da reparação econômica, ora estabelecida.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral da União, para o corrente exercício.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

1. O texto constitucional, em seu § 3º art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

2. No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias nos S-50-GM-5 e S-285-GM-5, respectivamente, de 15 de junho de 1964 e 1º de setembro de 1966, atingindo militares e aeronautas civis.

3. Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada, forçando profissionais a buscar outra atividade que não aquela para a qual foram formados.

4. Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível — que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

5. Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias n^{os} S-50-MG-5 e S-285-GM-5 podem ser consideradas com tais).

6. Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembleia Nacional Constituinte que, sabiamente, incluiu o § 3^o no art. 8^o que trata especificamente da anistia a atos de exceção.

7. Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiriam o último posto das carreiras respectivas.

Sala das Sessões, 1^o de junho de 1989. — **Francisco Küster.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

1988

.....
ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
.....

Art. 8^o É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo n^o 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei n^o 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.
.....

§ 3^o Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica n^o S-50-GM-5, de 19 de junho de 1964, e n^o S-285-GM-5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.
.....

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELO AUTOR

PORTARIA N^o 77-A/GM-5, DE 3 DE MAIO DE 1979

Revoga as Portarias n^o S/50-GM-5, de 19 de junho de 1964 e S-285/GM-5, de 1^o de setembro de 1966.

O Ministro de Estado de Negócios da Aeronáutica, tendo em vista o disposto da Emenda Constitucional de n^o 11, de 13 de outubro de 1978, resolve:

Art. 1^o Revogar as Portarias sigilosas n^o S/50/GM-5, de 19 de junho de 1964, que dispõe sobre "concessão de licenças e revalidação de certificados

Caixa: 136
Lote: 65
PL N^o 3592/1989
84

de habilitação", e de nº S/285-GM-5, de 1º de setembro de 1966, que "suspende a concessão de licenças e a revalidação de certificados de habilitação".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. — Tenente-Brigadeiro-do-Ar Délio Jardim da Matos, Ministro da Aeronáutica.

PORTARIA MINISTERIAL RESERVADA

Nº S-50-GM-5 DE 19 DE JUNHO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, considerando as razões apresentadas pela Diretoria de Aeronáutica, resolve:

Suspender, até ulterior deliberação:

1. As concessões de licenças previstas na Portaria nº 896-A-HM-5, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares transferidos para a reserva por força do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

2. As revalidações de certificados de habilitação, também previstos na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários penalizados pelo referido ato.

a) Major-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavanere Wanderley, Ministro da Aeronáutica.

PORTARIA MINISTERIAL RESERVADA

Nº S-285-GM-5 DE 1º DE SETEMBRO DE 1966

Suspende a concessão de licenças e revalidação de certificados de habilitação.

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, considerando as razões apresentadas pela Diretoria da Aeronáutica Civil, resolve suspender, até ulterior deliberação:

1. As concessões de licença previstas na Portaria nº 869-A-GM-5, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares atingidos por atos institucionais ou complementares.

2. As revalidações de certificados de habilitação, também previstas na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários penalizados pelos referidos atos.

A presente portaria substituiu a de nº S-50-GM-5, de 19 de junho de 1964, e entra em vigor na data de sua publicação. — Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica.

PROJETO DE LEI Nº 3.167, DE 1989

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas S-50 GM-5 e S-285 GM-5 do Ministério da Aeronáutica.

(Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.329, de 1988.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º De conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Consti-

tuição, os aeronautas, aeroviários e militares, atingidos por atos institucionais ou complementares, que na vida civil foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário em função das Portarias Reservadas nºs S-50 GM-5, de 19 de junho de 1966, e S-285 GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, desde que requeiram os benefícios estabelecidos nesta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação, farão jus a reparação de natureza econômica, prevista nesta lei, cujas despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta das dotações do orçamento geral da União para o corrente exercício.

Parágrafo único. Os militares da Força Aérea Brasileira, aeronautas e aeroviários, terão a seguinte reparação econômica:

A União pagará a cada beneficiário, até 60 (sessenta) dias após o requerimento do mesmo ao Ministério da Fazenda, pela maior remuneração mensal de sua carreira específica à data da promulgação desta lei, incluído neste a parte fixa e variável, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser instituída, multiplicado pelo número de meses decorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e a data de publicação desta lei, ficando também cada beneficiário habilitado a requerer ao Ministro da Previdência e Assistência Social através do órgão de concessão de benefícios da Previdência Social mais próximo do seu domicílio, uma aposentadoria com vigência a partir da publicação desta lei, que será paga pela Previdência Social por conta da União e cujos recursos necessários para o seu pagamento serão adiantados pela Previdência Social e restituídos a ela pela União em cotas trimestrais à conta do orçamento da União de acordo com sua programação financeira, compensadas as eventuais diferenças, aposentadoria esta cujo valor será correspondente em número do salário mínimo, calculado até a 2ª (segunda) casa decimal, ao valor do salário fornecido pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas de que trata este parágrafo.

Art. 2º São documentos probatórios para fins de percepção dos benefícios estabelecidos no § 1º do art. 1º desta lei, e deverão acompanhar os requerimentos aos órgãos competentes, os seguintes:

1 - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo Ato Institucional ou complementar e a cópia da licença fornecida pela diretoria de aeronáutica civil do Ministério da Aeronáutica;

2 - para os militares dos quadros subespecialidades enquadrados no parágrafo único do art. 1º desta lei, as folhas de alterações do histórico militar que provem ter pertencido a esses quadros e subespecialidades e a data em que sofreram a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar, ou a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar.

Art. 3º Os herdeiros e dependentes dos cidadãos já falecidos, que seriam beneficiados por esta lei, terão a reparação econômica de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, sendo que a quantia a ser recebida através do Ministério da Fazenda será calculada da data em que o cidadão sofreu a sanção imposta pelo Ato Institucional ou Complementar até a do seu falecimento, e também farão jus a uma pensão, extensi-

va àqueles que vierem a ser herdeiros dependentes dos beneficiados por esta lei, desde que assim sejam considerados pela Previdência Social, cujo cálculo terá por base o valor das aposentadorias de que trata o parágrafo único do art. 1º e nas mesmas condições da pensão previdenciária.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, não poderá ser acumulada com qualquer outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiado optar por aquela que desejar.

Art. 5º Após a publicação desta lei:

1 - os Ministros da Fazenda e da Previdência e Assistência Social providenciarão os recursos para aplicação desta lei, bem como providenciarão normas internas no âmbito de seus respectivos ministérios para que os beneficiados recebam a reparação a que fizeram jus nos órgãos em que a requereram e no prazo previsto por lei.

Art. 6º Sobre a reparação econômica de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, não incidirá qualquer tributo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O texto constitucional, em seu § 3º, art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, determina, com justiça, a reparação econômica daqueles que foram impedidos, por ato de força do Estado, de exercerem atividades para as quais estavam profissionalmente habilitados.

No âmbito do Ministério da Aeronáutica essa arbitrariedade configurou-se na edição das Portarias nos S-50 GM-5 e S-285 GM-5, respectivamente, de 19 de junho de 1966 e 1º de setembro de 1966, atingindo militares e aeronautas civis.

Torna-se patente a impossibilidade do resgate pleno do dano sofrido, pelo caráter subjetivo da pena aplicada, forçando profissionais a buscarem outra atividade de que não aquela para a qual foram formados.

Assim, dentro do disposto no preceito constitucional, a reparação econômica é a alternativa possível que, no presente projeto de lei, pretende-se oferecer.

Guardando uma similaridade com a anistia concedida àqueles atingidos por atos de exceção (e as Portarias S-50 GM-5 e S-285 GM-5 podem ser considerados como tais).

Isso atende, inclusive, ao espírito da Assembleia Nacional Constituinte que, sabiamente, incluiu o § 3º no art. 8º, que trata especificamente da anistia a atos de exceção.

Na base de reparação foi considerado o valor do maior salário da carreira, entendido que todos atingiram o último posto das carreiras respectivas.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 1989. — Deputado Arnaldo Faria de Sá.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....
Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

.....
§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

.....
.....

PROJETO DE LEI Nº 4.247, DE 1989
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 129/89

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos que específica.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - De conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, os aeronautas, aeroviários e militares atingidos por atos institucionais ou complementares que, na vida civil, foram impossibilitados de exercer atividades específicas de aeronauta e aeroviário em decorrência das Portarias Reservadas nº S-50 GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285 GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, têm direito a reparação de natureza econômica, na forma desta Lei.

Art. 2º - A reparação econômica de que trata esta Lei condiciona-se a requerimento do interessado ou de legítimo representante.

§ 1º - Os requerimentos serão recebidos, no Ministério da Fazenda, até sessenta dias após esta Lei entrar em vigor.

§ 2º - As reparações econômicas serão efetuadas até cento e vinte dias da data da apresentação dos requerimentos.

§ 3º - Os requerimentos serão instruídos com publicações oficiais da sanção, prova do vínculo funcional e, no caso de óbito do ex-servidor, prova da legitimidade sucessória do interessado.

Art. 3º - A reparação econômica compreenderá o período da data da proibição da atividade na vida civil à de entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único - No caso de óbito do ex-servidor, contar-se-á o período até essa data.

Art. 4º - A base de cálculo da reparação econômica será a maior remuneração da categoria, grupo ou patente do ex-servidor, atualizada monetariamente e multiplicada pelo número de meses do período.

Art. 5º - Conceder-se-á aposentadoria ao ex-servidor, pela Previdência Social, no mês subsequente ao da reparação econômica, observada a base de cálculo do artigo precedente.

Parágrafo único - Faculta-se opção ao ex-servidor com direito a mais de uma aposentadoria pela Previdência Social, proibida a acumulação.

Art. 6º - Aos sucessores dos ex-servidores de que trata esta Lei conceder-se-á pensão na forma da legislação previdenciária.

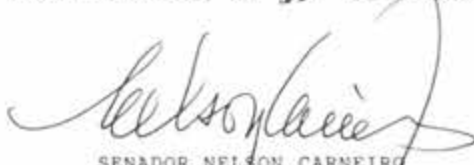
Art. 7º - Aplicam-se à reparação econômica de que trata esta Lei as legislações fiscais e previdenciárias.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da União.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor no dia 5 de outubro de 1989.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1989


SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO

DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5,

de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1989.

Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos que específica.

Apresentado pelo Senador POMPEU DE SOUSA

Lido no expediente da sessão de 1/6/89, e publicado no DCN (Seção II) de 2/6/89.

Em 2/6/89, distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame da matéria.

Em 17/10/89, o Relator emite Parecer favorável ao projeto e contrário às emendas nºs. 1 e 2, aprovado pela Comissão em votação nominal por 12 (doze) votos favoráveis.

Em 20/10/89, a Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 22/89, do Presidente da CAE (anexo ao processado), comunicando a aprovação da matéria na reunião de 17.10.89. É aberto o prazo de 72 horas para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário, após publicada a decisão da Comissão no Diário do Congresso Nacional.

Em 14/11/89, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo sem apresentação do recurso previsto no art. 91, § 4º, do Regimento Interno, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário. À Câmara dos Deputados com o Ofício nº SM/Nº 789, de 23.11.89.

SM/Nº 789

Em 23 de novembro de 1989

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 129, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "concede reparação de natureza econômica aos cidadãos que especifica".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

SENADOR POMPEU DE SOUSA
Primeiro Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA
Em 23/11/89 ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa
Deputado LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIZ HENRIQUE
DD, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JV/

PROJETO DE LEI Nº 2.131, DE 1991 (Do Sr. Virmondês Cruvinel)

Regula a reparação da natureza econômica prevista no artigo 8º, parágrafo 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989).

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 1º Os cidadãos atingidos pelas Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica, número S-50 - GM-5, e S-285-GM5, de 1964, receberão, como reparação econômica, a integridade dos proventos auferidos no posto, cargo ou função que exerciam, contando essa indenização um quinquênio, até 5 de julho de 1988.

§ 1º - Os que não hajam alcançado a idade para a aposentadoria compulsória, retornarão ao serviço ativo com as vantagens deste artigo, gozando as promoções por antiguidade.

§ 2º - Em caso de idade para compulsória ou de tempo para a expulsória, os beneficiários desta lei receberão os proventos do posto imediato, inadmitida a reversão de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2º Os herdeiros dos cidadãos de que trata esta lei poderão reclamar, tanto o cônjuge, as filhas solteiras e os filhos menores, pensão equivalente ao provento a que o esposo ou pai tinha direito, podendo pleitear todas as indenizações de que trata esta lei.

Art. 3º Os anos superiores aos cinco contados na forma do Art. 1º serão compensados com o acréscimo de cinco por cento por biênio dos vencimentos atualizados daqueles beneficiados pelo § 3º do Art. 8º da Constituição.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Oportunamente, foi submetido a esta Casa, projeto de lei regulamentando o § 3º do Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em lugar de vigorar a partir de 5 de outubro de 1989, a proposição terminou arquivada por decurso de legislatura.

Ao renová-la, esperamos que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprove sua admissibilidade, à decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 22/10/89
Deputado VIRMONDÊS CRUVINEL

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

Este projeto, apresentado na Câmara Alta pelo nobre Senador Mauro Borges, estabelece a sistemática a ser observada quanto à reparação econômica devida àqueles que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência de Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica.

A reparação consistirá em pagamento de quantia determinada e em concessão de benefícios previdenciários, estendendo-se a herdeiros e dependentes de quem há houver falecido, sobre ela não incidindo tributo de qualquer natureza.

II - VOTO DO RELATOR:

Os preceitos da Constituição Federal foram integralmente obedecidos quanto à legitimidade da iniciativa (art. 61, caput) e à competência legislativa da União (art. 22). A elaboração de lei ordinária (art. 59, inciso III) é feita pelo Congresso Nacional, com posterior manifestação do Presidente da República (art. 48, caput).

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto de Lei nº 3592/89.

Sala da Comissão, em 22/10/89
Deputado SILVIO ABREU
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.592/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Hélio Magalhães, Carlos Vinagre, Plínio Martins, Harlan Gadelha, José Dutra, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Leopoldo Souza, Theodoro Mendes, Mendes Ribeiro, Tito Costa, Aloysio Chaves, Michel Temer, Messias Góis, Dionísio Hage, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jurez Marques Batista, Jorge Hage, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Gerson Peres, Silvio Abreu, Doutel de Andrade, José Genofino, Benedicto Monteiro, Roberto Torres, José Maria Eymael, Mar-

Caixa: 136

Lote: 65
PL Nº 3592/1989
87

com Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Aluizio Campos, Afri-
sio Vieira Lima, Jesus Tajra, Alcides Lima, Gonzaga Patriota e
Rodrigues Palma.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1989

Deputado NELSON JOBIM

Presidente,

Deputado SILVIO ABREU

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO:

I - RELATÓRIO

Trate o presente PL de adequar o disposto no art. 8º do ADCT da Constituição, buscando de forma mínima, reparar erros crassos cometidos em passado próximo. Quando cidadãos militares cassados por diversos motivos; tiveram inclusive vedado o mais elementar direito, qual seja, o de trabalhar. E, note-se, que tal vedação se referia ao exercício de carreira civil, e não, ora relatado busca corrigir a injustiça flagrante, cumprindo dispositivo determinado na Constituição Federal.

II - VOTO DO RELATOR

É nosso Parecer que a matéria merece inteira escolha. São oito PLs, versando sobre idêntico assunto. Em respeito a iniciativa do então Senador e hoje, ilustre Deputado Federal Mauro Borges, opinamos pela adequação contida no PL do também Oficial da Reserva do Exército Brasileiro, de nº 3592/89, no ensejo de apressarmos a solução da questão, rogando à Deus, que nunca mais direitos tão essenciais sejam violados de forma brutal, para que no futuro possamos nos orgulhar de nossos feitos e da igualdade da Democracia, sob o império da Lei e da Ordem.

É nosso Parecer.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 1992

JAIR BOLSONARO-POC/RJ
RELATOR

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, OPINOU, UNANIMEMENTE, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.592/89, e dos de nºs 1.727, 1.735, 2.189, 2.580, 3.167 e 4.247 de 1989 e 2.131/91, apensados nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Alberto Campista - Presidente, Amaury Muller, e José Carlos Sabóia - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Aldo Rebelo, Marcos Lima, Maurício Mariano, Chico Vigilante, Beraldo Boaventura, Jakes Ribeiro, Mauro Sampaio, Paulo Rocha, Hugo Dill, João de Deus Antunes, Maria Laura, Carlos Rodrigues, Jair Bolsonaro, Rosinei Góes, Sérgio Barcelos, Nilson Gibson, Augusto Carvalho e Ernasto Bradelle.

Sala da Comissão, em 03 de junho de 1992

Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA
Presidente

Deputado JAIR BOLSONARO
Relator

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I - RELATÓRIO

Através deste Projeto, o ilustre Senador Mauro Borges dá cumprimento ao disposto no § 3º do Art. 8º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determina que uma lei de iniciativa do Congresso Nacional, ao entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição, dará reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer atividades específicas na vida civil em função de Portarias Reserva das do Ministério da Aeronáutica.

Ao elaborar o Projeto, o nobre Senador Mauro Borges, sabiamente, baseou-se em duas verdades incontestáveis:

- 1º - Por terem sido proibidos de exercer a profissão durante 15 longos anos, os cidadãos atingidos pelas Portarias, tiveram suas carreiras encerradas de maneira inapelável.
- 2º - Para que a reparação seja justa, o Projeto terá que dar reparação, da maneira mais aproximada possível, a que o beneficiado teria recebido, se tivesse exercido a carreira que lhe foi impedida, e mais, esta reparação terá que ter forma globalizada e genérica, eis que, em matéria legislativa, é impossível praticar a análise singular de caso por caso.

Compreende, também, o autor que a reparação proposta é apenas a expressão relativa da justiça, a única que ainda pode ser feita, porque as carreiras ceifadas, os ideais castrados, os danos morais e econômicos havidos, que foram extensivos às suas esposas e filhos, não têm preço e jamais poderão ser resgatados.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto delimita rigorosamente o universo dos beneficiados, explicitando por categorias, quadros, especialidades e subespecialidades, de acordo com a Portaria de 29 de agosto de 1963, do Ministério da Aeronáutica, que estabelece as normas para a concessão de licença e de certificados a tripulantes de aeronave e pessoal da organização de terra.

Com propriedade e sabedoria, o parâmetro adotado é a carreira do cidadão na aviação comercial brasileira, em companhia de 1º nível e, finalmente estabelece em "quantum" a ser recebido até a promulgação da lei e uma aposentadoria a partir desta, estendendo os benefícios aos dependentes e herdeiros daqueles que já faleceram e que não tiveram oportunidade de ver corrigida a presente reparação de seus direitos humanos e de suas garantias individuais, assegurados pela Constituição vigente a época e reafirmada na atual.

Louvo, pois, a iniciativa do nobre autor, mas entendo que sob dois aspectos a matéria pode e deve ser aperfeiçoada. Buscando, então, este objetivo, ofereço à consideração deste Colegiado, um substitutivo que altera os seguintes pontos:

- Diminui o prazo dos beneficiados desta Lei para requererem os benefícios, a fim de que o Executivo possa providenciar, dentro do prazo previsto nesta Lei, os recursos para pagamento dos benefícios.
- Diminui o "quantum" a ser recebido pelos beneficiados para 12% do valor previsto originariamente, buscando-se com esta redução, compatibilizar a reparação proposta e necessária com a realidade econômica e financeira da Nação.

Por outro lado, cabe-me declarar que, após exame que fiz dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados, sou pela prejudicialidade dos mesmos, visto que a matéria apresentada já se encontra ple-

namente contemplada no mencionado projeto de autoria do Senador Mauro Borges, bem como no Substitutivo que ora apresento.

Estou certo, ainda, de que os cidadãos beneficiados haverão de bem compreender essa necessidade de redução, dando mais uma vez prova inequívoca de sua acendrada brasilidade.

Diante do acima exposto, voto pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1992

Deputado José Maria Eymael
RELATOR

SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 01 de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus a reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º - A reparação de que trata o artigo anterior consistirá na:

I - indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais especificadas citadas na presente Lei;

II - concessão de aposentadoria que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º - A indenização de que trata o inciso I, supra, será calculada da seguinte forma:

I- Para os Pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores - engenheiros

corresponderá um salário de comandante de Boeing 737- equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorrido entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

II - Para as categorias, tais como, os de mais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Esp. AV, EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV, AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MD, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-II, - AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TÉ, RT-VQ e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de voo, os mecânicos I e os despachantes de voo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

00001/0

Parágrafo Único: O salário de que trata os incisos deste artigo serão fornecidos, por certidão, pelo Sindicato da categoria correspondente a que pertencer o beneficiário desta reparação.

Art. 4º - A aposentadoria de que trata o inciso II do artigo 2º, supra, será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário desta reparação na forma do artigo 10, a ser paga pela Previdência Social, por conta da União, a través de órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º - O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do artigo 3º, desta lei, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 dias da data de sua promulgação, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário desta reparação, que indicará, no requerimento de que trata o artigo 10, a seguir, a Agência do Banco do Brasil S/A. Onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º - A reparação de que trata o inciso I do Artigo 2º desta Lei será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do Artigo 3º até a data de seu falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior e ser paga de acordo com o quanto estabelece o artigo anterior.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata esta Lei corresponderá aos salários constantes do Art. 3º, incisos I e II, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos Sindicatos dos Aeronautas e Aeroviários, sempre, que ocorrerem.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio de requerimento na forma do disposto no Artigo 10 desta Lei, apresentando, mais, os documentos que façam prova de suas condições sucessórias.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 10º - Os beneficiários contemplados por esta Lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, através de simples requerimento, que comprovem esta condição, dirigidos ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para o quanto estabelecido no Inciso I e para o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social para os efeitos do Inciso II, ambos, do Artigo 2º, supra e entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo Único: Os documentos comprobatórios de que trata o caput deste artigo serão:

I - Para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente, pelo ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo Sindicato respectivo.

II - Para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais-Aviadores, Oficiais Aviadores Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta Lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria correspondente fornecido pelo Sindicato respectivo.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 30 de novembro de 1992.

Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária e, quanto ao mérito, pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.592/89, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Francisco Dornelles, Presidente; Manoel Castro, Vice-Presidente; Flávio Palmier da Veiga, José Falcão, Germano Rigotto, Carrion Júnior, Elio Dalla Vecchia, Sergio Gaudenzi, Delfim Netto, José Lourenço, Jackson Pereira, Aloizio Mercadante, José Dirceu, Félix Mendonça, Pedro Novais, Nelson Bornier, Luiz Carlos Hauly, Fernando Freire, Hélio Rosas e José Maria Eymael.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 1992.

Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente

Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL
Relator

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CFT

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 19 de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus a reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º A reparação de que trata o artigo anterior consistirá na:

I - indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais especificadas citadas na presente Lei;

II - concessão de aposentadoria que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º A indenização de que trata o inciso I, supra, será calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores - engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de

meses transcorrido entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

II - para as categorias, tais como, os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de EspI, AV, EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV, AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MD, AT-SE, AT-CN, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de voo, os mecânicos I e os despachantes de voo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou tal impedimento.

Parágrafo único. O salário de que trata os incisos deste artigo serão fornecidos, por certidão, pelo Sindicato da categoria correspondente a que pertencer o beneficiário desta reparação.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o inciso II do artigo 2º, supra, será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário desta reparação na forma do artigo 10, a ser paga pela Previdência Social, por conta da União, através de órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta Lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do artigo 3º, desta Lei, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 dias da data de sua promulgação, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário desta reparação, que indicará, no requerimento de que trata o artigo 10, a seguir, a Agência do Banco do Brasil S/A, onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º A reparação de que trata o inciso I do artigo 2º desta Lei será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do artigo 3º até a data de seu falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior e ser paga de acordo com o quanto estabelece o artigo anterior.

Art. 7º O valor da aposentadoria de que trata esta Lei corresponderá aos salários constantes do art. 3º, incisos I e II, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos Sindicatos dos Aeronautas e Aeroviários, sempre, que ocorrerem.

Art. 8º Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio de requerimento na forma do disposto no Artigo 10 desta Lei, apresentando, mais, os documentos que façam prova de sua condições sucessórias.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 10. Os beneficiários contemplados por esta Lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, através de simples requerimento, que comprovem esta condição, dirigidos ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para o quanto estabelecido no inciso I e para o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social para os efeitos do inciso II, ambos, do artigo 2º, supra e entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios de que trata o caput deste artigo serão:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente, pelo ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo Sindicato respectivo.

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provejam ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais-Aviadores, Oficiais Aviadores Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta Lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de

sua categoria correspondente fornecido pelo Sindicato respectivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 1992

Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente

Deputado JOSÉ MARIA FRYMEL
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 3592, DE 1989

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autor - Senador **Mauro Borges**
Relator - Deputado **Francisco KUSTER**

RELATÓRIO

Através deste Projeto, o ilustre Senador **Mauro Borges** dá cumprimento ao disposto no § 3º do Art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias que determina que uma lei de iniciativa do Congresso Nacional, ao entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição, dará reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer atividades específicas na vida civil em função de Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica.

Ao elaborar o Projeto, o nobre Senador **Mauro Borges**, sabiamente, baseou-se em duas verdades incontestáveis:

- 1º - Por terem sido proibidos de exercer a profissão durante 15 longos anos, os cidadãos atingidos pelas Portarias, tiveram suas carreiras encerradas de maneira inapelável.



2º - Para que a reparação seja justa, o Projeto terá que dar reparação, da maneira mais aproximada possível, a que o beneficiado teria recebido, se tivesse exercido a carreira que lhe foi impedida, e mais, esta reparação terá que ter forma globalizada e genérica, eis que, em matéria legislativa, é impossível praticar a análise singular de caso por caso.

Compreende, também, o autor que a reparação proposta é apenas a expressão relativa da justiça, a única que ainda pode ser feita, porque as carreiras ceifadas, os ideais castrados, os danos morais e econômicoa havidos, que foram extensivos às suas esposas e filhos, não têm preço e jamais poderão ser resgatados.

VOTO DO RELATOR

O Projeto delimita rigorosamente o universo dos beneficiados, explicitando por categorias, quadros, especialidades e subespecialidades, de acordo com a Portaria de 29 de agosto de 1963, do Ministério da Aeronáutica, que estabelece as normas para a concessão da licença e de certificados á tripulantes de aeronave e pessoal da organização de terra.

Com propriedade e sabedoria, o parâmetro adotado é a carreira do cidadão na aviação comercial brasileira, em companhia de 1º nível e, finalmente estabelece um "quantum" a ser recebido até a promulgação da lei e uma aposentadoria a partir desta, estendendo os benefícios aos dependentes e herdeiros daqueles que já faleceram e que não tiveram oportunidade de ver corrigida a presente reparação de seus direitos humanos e de suas garantias individuais, assegurados pela Constituição vigente à época e reafirmada na atual.



Louvo, pois, a iniciativa do nobre autor, mas entendendo que sob dois aspectos a matéria pode e deve ser aperfeiçoada. Buscando, estão, este objetivo, ofereço à consideração deste Colegiado, um substitutivo que altera os seguintes pontos:

- Diminui o prazo dos beneficiados desta Lei para requererem os benefícios, a fim de que o Executivo possa providenciar, dentro do prazo previsto nesta Lei, os recursos para pagamento dos benefícios.
- Diminui o "quantum" a ser recebido pelos beneficiadados para 9,12% do valor previsto originariamente, buscando-se, com esta redução, compatibilizar a reparação proposta e necessária com a realidade econômica e financeira da Nação.

Por outro lado, cabe-me declarar que os demais projetos de lei sobre esta mesma matéria, de autoria dos ilustres Deputados Federais, **José Maria Eymael** (1.329/89), **Francisco Amaral** (1.727/89), **Jorge Arbage** (1.735/89), **Paulo Ramos** (2.189/89), **Francisco Küster** (2.580/89) e **Arnaldo Faria de Sá** (3.167/89), todos a pensados ao Projeto do ilustre Senador **Mauro Borges** (3592/89), este já aprovado no senado, após exame que fiz destes projetos acima, sou pela prejudicialidade dos mesmos, visto que a matéria apresentada já se encontra plenamente contemplada no já mencionado projeto de autoria do Senador Mauro Borges, bem como no substitutivo que ora apresento.

Estou certo, ainda, de que os cidadãos beneficiados haverão de bem compreender essa necessidade de redução, dando mais uma vez prova inequívoca de sua acendrada brasilidade.



Diante do acima exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3592, de autoria do ilustre Senador Mauro Borges, na forma do substitutivo que apresento.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1990.


Deputado FRANCISCO KUSTER

RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3592, DE 1989.

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas nºs S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM 5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta Lei, formada por quantia em moeda nacional, e aposentadoria.

Art. 2º - A quantia e a aposentadoria prevista no artigo anterior serão concedidas mediante requerimentos do beneficiário, apresentados no prazo de trinta dias da publicação desta Lei, ao Ministro da Economia, através da Delegacia Regional (Ex-Fazenda) mais próxima do seu domicílio e ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, através do órgão de concessão de benefícios de previdência social mais próximo de seu domicílio.

Parágrafo Único - Os requerimentos de que trata o "caput" deste artigo, serão acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:



- I - Para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente pelo ato institucional ou complementar e a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica.
- II - Para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que provem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais-Aviadores, Oficiais-Aviadores Engenheiros ou aos quadros e subespecialidades referidos no art. 4º desta Lei, assim como a data em que este sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar, ou cópia do Diário oficial que publicou a referida sanção.

Art. 3º - Os pilotos civis de qualquer categoria, os Oficiais Aviadores e os Oficiais-Aviadores Engenheiros, receberão a quantia prevista no artigo 1º, isenta de qualquer tributo, paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Economia (Ex-Fazenda), mais próxima de seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no artigo 2º, cujo valor corresponderá ao maior salário pago a comandante de Boeing 737, e equipamento básico da aviação comercial brasileira, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou complementar e o mes de agosto de 1979, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial de inflação do governo até o dia do efetivo pagamento, mesmo que este ultrapasse o prazo fixado nesta Lei,



como também ficam habilitados a receber, até sessenta dias após a apresentação do requerimento previsto no artigo 2º, aposentadoria calculada na forma do artigo 6º, e a ser paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo de seu domicílio, com vigência a partir da publicação desta Lei, com os recursos adiantados em cotas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 4º - As categorias:

- I - Os demais aeronautas;
- II - os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Esp. AV, Esp. COM e Q-AV;
- III - os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV, AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU; e
- IV - os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV,

terão direito à reparação da quantia prevista no art. 1º, isenta de qualquer tributo, que será paga pela União, através da Delegacia Regional do Ministério da Economia (ex-Fazenda), mais próxima de seu domicílio, até sessenta dias após a formulação do requerimento referido no art. 2º, cujo valor corresponderá à quantia correspondente a 50% (cinquenta por cento) do maior salário pago, considerando-se os incisos deste artigo, respectivamente a Comissário de bordo, Mecânico de Vôo, Mecânico I e Despachante de Vôo na aviação comercial brasileira de companhia de aviação de primeiro nível, multiplicada pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário sofreu a sanção imposta pelo ato institucional ou com



plementar e o mes de agosto de 1979, e corrigida monetariamente de acordo com o índice oficial da inflação até o dia do efetivo pagamento, mesmo que este ultrapasse o prazo fixado nesta Lei, como também ficam habilitados a receber, até sessenta dias após a apresentação do requerimento previsto no artigo 2º, aposentadoria calculada na forma do artigo 6º, e a ser paga pela Previdência Social, por conta da União, através de órgão de pagamento de benefícios mais próximo de seu domicílio, com vigência a partir da publicação desta Lei, com os recursos adiantados em cotas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º - A quantia prevista nos artigos 3º e 4º desta Lei, estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada desde a sanção imposta ao beneficiário até a data de seu falecimento ou o mes de agosto de 1979, se o seu falecimento for posterior a esta data, e será recebida através do Ministério da Economia através de processo idêntico ao dos beneficiários e nos mesmos prazos.

Art. 6º - O valor da aposentadoria de que tratam os artigos 3º e 4º, corresponderá, em número de salários mínimos, calculados até a segunda casa decimal, ao valor do salário que serviu de base para o cálculo da quantia prevista nos artigos 3º e 4º desta Lei.

Art. 7º - Os herdeiros e os dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo 6º desta Lei e nas mesmas condições da pensão previdenciária, e seu requerimento será feito através de processo idêntico ao dos beneficiários desta Lei.



Art. 8º - A aposentadoria de que trata o artigo 6º, bem como a pensão do artigo 7º, desta Lei que não poderá ser acumulada com nenhuma outra proveniente da Previdência Social, devendo o beneficiário exercer opção por aquela que desejar.

Art. 9º - Os ministros da Economia e do Trabalho e Previdência Social, providenciarão os recursos necessários para o cumprimento desta Lei, bem como estabelecerão normas internas que permitam aos beneficiários o recebimento, nos prazos previstos nos artigos 3º e 4º da quantia e da aposentadoria a que fazem jus perante os órgãos em que as requereram.

Art 10º - O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários informarão, dentro do prazo de dez dias da publicação desta Lei, aos Ministérios da Economia e do Trabalho e Previdência Social, os valores dos salários de que tratam os artigos 3º, 4º e 6º desta Lei, neles incluídas as partes fixas e variáveis, bem como qualquer outra gratificação que venha a ser incluída.

Art 11º - As despesas decorrentes de aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o presente exercício.

Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de Abril de 1990.


Deputado FRANCISCO KUSTER

RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Item 17

PROJETO DE LEI Nº 3.592-A, DE 1989
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 3.592, DE 1989, QUE DISPÕE SOBRE A REPARAÇÃO DE NATUREZA ECONÔMICA PREVISTA NO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. SILVIO ABREU); DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO DESTA E DAS DE NºS 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 E 2.131/91, APENSADOS (RELATOR: SR. JAIR BOLSONARO); E DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, E NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO, DESTA E PELA PREJUDICIALIDADE DAS DE NºS 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 E 2.131/89, APENSADOS (RELATOR: SR. JOSÉ MARIA EYMAEL).

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

PASSA-SE À VOTAÇÃO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

(SE APROVADO)

ESTÁ PREJUDICADA A PROPOSIÇÃO INICIAL E OS DEMAIS PROJETOS APENSADOS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(SE APROVADO O SUBSTITUTIVO)

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA RETORNA AO SENADO FEDERAL) .



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(SE REJEITADO)

EM VOTAÇÃO O PROJETO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

(SE APROVADO)

ESTÃO PREJUDICADOS OS PROJETOS DE LEI APENSADOS.

EMENTA Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
(Concedendo o benefício aos aeronautas, aeroviários, militares, oficiais aviadores e pilotos civis atingidos por atos de exceção, regulamentando dispositivos da Nova Constituição Federal).

SENADO FEDERAL
(Sen. Mauro Borges)
(PDC - GO)
(PLS 180/89)
(27/6/89)

ANDAMENTO

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

ANEXO: PL Nº 4.247/39 ✓
1.727/89
1.735/89
2.189/89
3.580/89
3.167/89
2.131/91

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, de Serviço Público e de Finanças.

PLENÁRIO

20.09.89 É lido e vai a imprimir.

DCN 21.09.89, pág. 9973, col. 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

22.09.89 Distribuído ao relator, Dep. MIRO TEIXEIRA.

DCN 26.09.89, pág. 10342, col. 02.

PLENÁRIO

04.10.89 Aprovado requerimento dos Dep. Fernando Santana, na qualidade de líder do PCB; Vivaldo Barbosa, líder do PDT; Plínio Arruda Sampaio, líder do PT; Roberto Balestra, líder do PDC; Adhemar de Barros Filho, líder do PRP; Gastone Righi, líder do PTB; Virgildásio de Senna, na qualidade de líder do PSDB; e Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, solicitando URGÊNCIA para este projeto.

DCN 05.10.89, pág. 11049, col. 01

VIDE-VERSO:.....

COMISSÃO DE FINANÇAS
05.10.89 Distribuído ao relator, Dep. FRANCISCO KUSTER.
DCN 07.10.89, pág. 11130, col. 03.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
11.10.89 Distribuído ao relator, Dep. FRANCISCO KUSTER.
DCN 14.10.89, pág. 11524, col. 03.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
12.10.89 Redistribuído ao relator, Dep. NOSSER ALMEIDA.
DCN 14.10.89, pág. 11525, col. 01.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
19.10.89 Redistribuído ao relator, Dep. RENATO VIANNA.
DCN 21.10.89, pág. 11894, col. 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
24.10.89 Redistribuído ao relator, Dep. SILVIO ABREU.
DCN 25.11.89, pág. 13758, col. 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
29.11.89 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. SÍLVIO ABREU, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
DCN 03.03.90, pág. 938, col. 01.

MESA

APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 4.247, DE 1989.

CONTINUA...

ANDAMENTO

MESA

05.12.89

Deferido Of. 276/89-CF, solicitando apensar a este o PL. 1.329/88. (RETIRADO PELO AUTOR).

COMISSÃO DE FINANÇAS

05.12.89

Parecer favorável do relator, Dep. FRANCISCO KUSTER, com substitutivo.

DCN

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

09.05.90

Concedida vista ao Dep. José Maria Eymael.

Parecer favorável do relator, Dep. FRANCISCO KUSTER, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos apensados.

DCN 17.05.90, pág. 5156, col. 02. ✓

PLENÁRIO

16.05.90

Aprovado requerimento dos Dep. Fernando Santana, na qualidade de líder do PCB; Ibsen Pinheiro, líder do PMDB; Afif Domingos, líder do PL; José Lins, na qualidade de líder do PFL; Nelson Sabrá, na qualidade de líder do PRN; Haroldo Lima, líder do PC do B; Eduardo Siqueira Campos, líder do PDC; Paulo Paim, na qualidade de líder do PT; Euclides Scalco, líder do PSDB; e Brandão Monteiro, na qualidade de líder do PDT, solicitando, nos termos do art. 156, combinado com o art. 104, do R.I., a extinção da urgência concedida a este projeto.

DCN 17.05.90, pág. 5144, col. 03.

*

MESA

17.05.91

Ofício nº SGM/350/91, à CTASP, solicitando a deliberação deste comissão no prazo máximo de 05 (cinco) sessões sobre este projeto.

DCN

DCN ____/____/____, pág. ____ col. ____

ANDAMENTO

*

29.04.91

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Distribuído ao relator, Dep. JAIR BOLSONARO.

DCN ____/____/____. pag. _____. col. _____

23.05.91

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Parecer favorável do relator, Dep. JAIR BOLSONARO, e seus apensados.

DCN ____/____/____. pag. _____. col. _____

22.05.91

MESA

Deferido requerimento do Dep. Arnaldo Faria de Sá, solicitando a apensação deste ao PL. 825/91.

12.06.91

MESA

Despacho da Presidência, excluindo, por ter sido incluído indevidamente, a apensação deste ao PL. 825/91.

22.10.91

MESA

Deferido requerimento do Dep. José Maria Eymael, solicitando a apensação dos PIs. 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89 e 3.167/89, a este.

29.11.91

MESAAPENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 2.131/91.

CONTINUA.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AO PROJETO DE LEI Nº 3.592-B, DE 1989, DO SENADO FEDERAL

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.592-B, de 1989, do Senado Federal, que "Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta lei.

Art. 2º - A reparação de que trata o artigo anterior consistirá:

I - na indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais específicas citadas nesta lei;

II - na concessão de aposentadoria a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º - A indenização de que trata o inciso I do artigo anterior será calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores-engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento;

ANDAMENTO

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

02.12.92 Parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados. Concedida vista ao Dep. JOSÉ DIRCEU.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

04.12.92 O Dep. JOSÉ DIRCEU, que pedira vista, devolve o projeto sem se manifestar. Parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e, pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs. 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, e 4.247/89, apensados.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

09.12.92 Aprovado unânimemente, o parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

21.12.92 É lido e vai a imprimir, tendo parêceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e dos de nºs: 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91 apensados; e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e pela prejudicialidade dos de nºs 1.727/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91, 1.735/89, apensados.

(PL. Nº 3.592-A/89)

ANDAMENTO

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

27.05.92 Parecer favorável do relator, Dep. JAIR BOLSONARO, a este e seus apensados. Concedida vista ao Dep. MESSIAS GÓIS.

DCN 10/06/92, pág. 12731 col. 01

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

03.06.92 O Dep. MESSIAS GÓIS, que pedira vista, devolve o Projeto sem se manifestar. Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, JAIR BOLSONARO, a este e seus apensados.

DCN 04/08/92, pág. 17700 col. 01

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

23.06.92 Distribuído ao relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL.

DCN 25/8/92, pág. 14566, col. 02

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

30.11.92 Parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e pela prejudicialidade dos apensados: 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89.

vide verso.....



II - para os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. Av. EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de vôo, os mecânicos I e os despachantes de vôo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento.

Parágrafo único - O valor do salário de que tratam os incisos deste artigo será fornecido por certidão pelo sindicato da categoria a que pertencer o beneficiário da reparação.

Art. 4º - A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário da reparação na forma do art. 10, e paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º - O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 (sessenta) dias da data da promulgação desta lei, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário da reparação, que indicará, no requerimento a que se refere o art. 10, a Agência do Banco do Brasil S.A. onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º - A reparação de que trata o inciso I do art. 2º será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do art. 3º até a data do falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata esta lei corresponderá aos salários constantes dos incisos I e II do art. 3º, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos sindicatos dos aeronautas e aeroviários, sempre que ocorrerem.



Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio do requerimento a que se refere o art. 10, devendo apresentar os documentos que façam prova de sua condição sucessória.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 10 - Os beneficiários contemplados por esta lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada mediante simples requerimento que comprove esta condição, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda no caso do disposto no inciso I do art. 2º, e ao Ministro de Estado da Previdência Social para os efeitos do inciso II, também do art. 2º, entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único - Os documentos comprobatórios de que trata o **caput** deste artigo serão:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente, por ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo sindicato respectivo.

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que comprovem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores-Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta por ato institucional ou complementar, ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria fornecida pelo sindicato respectivo.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993.

Dió
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AO PROJETO DE LEI Nº 3.592-B, DE 1989, DO SENADO FEDERAL

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.592-B, de 1989, do Senado Federal, que "Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta lei.

Art. 2º - A reparação de que trata o artigo anterior consistirá:

I - na indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais específicas citadas nesta lei;

II - na concessão de aposentadoria a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º - A indenização de que trata o inciso I do artigo anterior será calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores-engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento;



II - para os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. Av. EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de vôo, os mecânicos I e os despachantes de vôo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento.

Parágrafo único - O valor do salário de que tratam os incisos deste artigo será fornecido por certidão pelo sindicato da categoria a que pertencer o beneficiário da reparação.

Art. 4º - A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário da reparação na forma do art. 10, e paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º - O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 (sessenta) dias da data da promulgação desta lei, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário da reparação, que indicará, no requerimento a que se refere o art. 10, a Agência do Banco do Brasil S.A. onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º - A reparação de que trata o inciso I do art. 2º será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do art. 3º até a data do falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata esta lei corresponderá aos salários constantes dos incisos I e II do art. 3º, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos sindicatos dos aeronautas e aeroviários, sempre que ocorrerem.



Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio do requerimento a que se refere o art. 10, devendo apresentar os documentos que façam prova de sua condição sucessória.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 10 - Os beneficiários contemplados por esta lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada mediante simples requerimento que comprove esta condição, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda no caso do disposto no inciso I do art. 2º, e ao Ministro de Estado da Previdência Social para os efeitos do inciso II, também do art. 2º, entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único - Os documentos comprobatórios de que trata o **caput** deste artigo serão:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente, por ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo sindicato respectivo.

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que comprovem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores-Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta por ato institucional ou complementar, ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria fornecida pelo sindicato respectivo.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993.


Relator

PS-GSE/ 110 /93

Brasília, em 05 de abril de 1993.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei dessa Casa nº 3.592-B, de 1989 (nº 180, de 1989, na origem) , que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias",

Atenciosamente,



Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador JÚLIO CAMPOS
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S, T A

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.592-B, de 1989, do Senado Federal, que "Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta lei.

Art. 2º - A reparação de que trata o artigo anterior consistirá:

I - na indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais específicas citadas nesta lei;

II - na concessão de aposentadoria a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º - A indenização de que trata o inciso I do artigo anterior será calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores-engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado



pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento;

II - para os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. Av. EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de voo, os mecânicos I e os despachantes de voo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento.

Parágrafo único - O valor do salário de que tratam os incisos deste artigo será fornecido por certidão pelo sindicato da categoria a que pertencer o beneficiário da reparação.

Art. 4º - A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário da reparação na forma do art. 10, e paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º - O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 (sessenta) dias da data da promulgação desta lei, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário da reparação, que indicará, no requerimento a que se refere o art. 10, a Agência do Banco do Brasil S.A. onde pretende seja realizado o depósito.



Art. 6º - A reparação de que trata o inciso I do art. 2º será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do art. 3º até a data do falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Art. 7º - O valor da aposentadoria de que trata esta lei corresponderá aos salários constantes dos incisos I e II do art. 3º, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos sindicatos dos aeronautas e aeroviários, sempre que ocorrerem.

Art. 8º - Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio do requerimento a que se refere o art. 10, devendo apresentar os documentos que façam prova de sua condição sucessória.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 10 - Os beneficiários contemplados por esta lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada mediante simples requerimento que comprove esta condição, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda no caso do disposto no inciso I do art. 2º, e ao Ministro de Estado da Previdência Social para os efeitos do inciso II, também do art. 2º, entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único - Os documentos comprobatórios de que trata o **caput** deste artigo serão:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ao requerente, por ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certi-



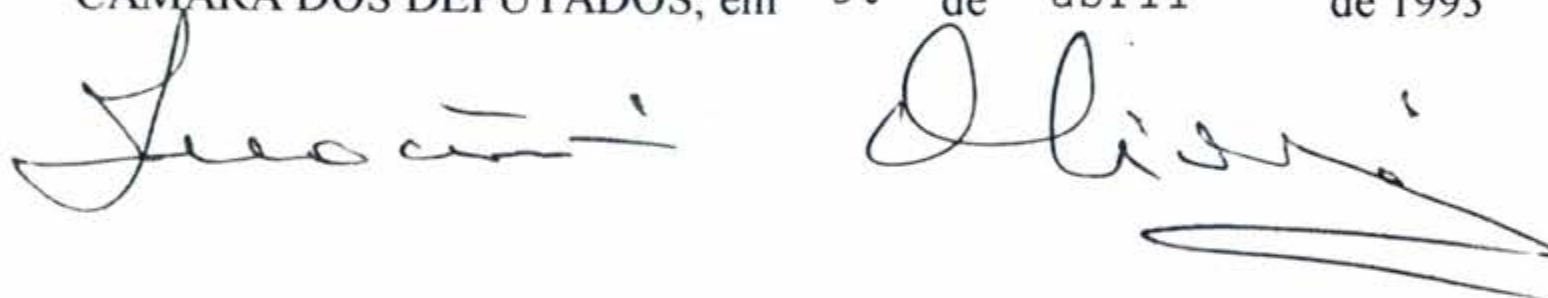
ficado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo sindicato respectivo.

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que comprovem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores-Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta por ato institucional ou complementar, ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria fornecida pela sindicato respectivo.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 05 de abril de 1993



EMENTA Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
(Concedendo o benefício aos aeronautas, aeroviários, militares, oficiais aviadores e pilotos civis atingidos por atos de exceção, regulamentando dispositivos da Nova Constituição Federal).

SENADO FEDERAL
(Sen. Mauro Borges)
(PDC - GO)
(PLS 180/89)
(27/6/89)

ANDAMENTO

Sancionado ou promulgado

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, de Serviço Público e de Finanças.

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

PLENÁRIO
20.09.89 É lido e vai a imprimir.

DCN 21.09.89, pág. 9973, col. 01.

ANEXO: PL Nº 4.247/39

1.727/89

1.735/89

2.189/89

3.580/89

3.167/89

2.131/91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
22.09.89 Distribuído ao relator, Dep. MIRO TEIXEIRA.

DCN 26.09.89, pág. 10342, col. 02.

PLENÁRIO
04.10.89 Aprovado requerimento dos Dep. Fernando Santana, na qualidade de líder do PCB; Vivaldo Barbosa, líder do PDT; Plínio Arruda Sampaio, líder do PT; Roberto Balestra, líder do PDC; Adhemar de Barros Filho, líder do PRP; Gastone Righi, líder do PTB; Virgildásio de Senna, na qualidade de líder do PSDB; e Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, solicitando URGÊNCIA para este projeto.

DCN 05.10.89, pág. 11049, col. 01

VIDE-VERSO:.....

- COMISSÃO DE FINANÇAS
05.10.89 Distribuído ao relator, Dep. FRANCISCO KUSTER.
DCN 07.10.89, pág. 11130, col. 03.
- COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
11.10.89 Distribuído ao relator, Dep. FRANCISCO KUSTER.
DCN 14.10.89, pág. 11524, col. 03.
- COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
12.10.89 Redistribuído ao relator, Dep. NOSSER ALMEIDA.
DCN 14.10.89, pág. 11525, col. 01.
- COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
19.10.89 Redistribuído ao relator, Dep. RENATO VIANNA.
DCN 21.10.89, pág. 11894, col. 01.
- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
24.10.89 Redistribuído ao relator, Dep. SILVIO ABREU.
DCN 25.11.89, pág. 13758, col. 01.
- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
29.11.89 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. SÍLVIO ABREU, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
DCN 03.03.90, pág. 938, col. 01.

MESA

APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 4.247, DE 1989.

ANDAMENTO

MESA

05.12.89 Deferido Of. 276/89-CF, solicitando apensar a este o PL. 1.329/88. (RETIRADO PELO AUTOR).

COMISSÃO DE FINANÇAS

05.12.89 Parecer favorável do relator, Dep. FRANCISCO KUSTER, com substitutivo.

DCN

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

09.05.90 Concedida vista ao Dep. José Maria Eymael.

Parecer favorável do relator, Dep. FRANCISCO KUSTER, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos apensados.

DCN 17.05.90, pág. 5156, col. 02.

PLENÁRIO

16.05.90 Aprovado requerimento dos Dep. Fernando Santana, na qualidade de líder do PCB; Ibsen Pinheiro, líder do PMDB; Afif Domingos, líder do PL; José Lins, na qualidade de líder do PFL; Nelson Sabrá, na qualidade de líder do PRN; Haroldo Lima, líder do PC do B; Eduardo Siqueira Campos, líder do PDC; Paulo Paim, na qualidade de líder do PT; Euclides Scalco, líder do PSDB; e Brandão Monteiro, na qualidade de líder do PDT, solicitando, nos termos do art. 156, combinado com o art. 104, do R.I., a extinção da urgência concedida a este projeto.

DCN 17.05.90, pág. 5144, col. 03.

MESA

17.05.91 Ofício nº SGM/350/91, à CTASP, solicitando a deliberação deste comissão no prazo máximo de 05 (cinco) sessões sobre este projeto.

DCN

DCN ____/____/____, pág. ____ col. ____

ANDAMENTO

*
29.04.91 COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Distribuído ao relator, Dep. JAIR BOLSONARO.
DCN ____/____/____. pág. _____. col. _____

23.05.91 COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Parecer favorável do relator, Dep. JAIR BOLSONARO, e seus apensados.
DCN ____/____/____. pág. _____. col. _____

22.05.91 MESA
Deferido requerimento do Dep. Arnaldo Faria de Sá, solicitando a apensação deste ao PL. 825/91.

12.06.91 MESA
Despacho da Presidência, excluindo, por ter sido incluído indevidamente, a apensação deste ao PL. 825/91.

22.10.91 MESA
Deferido requerimento do Dep. José Maria Eymael, solicitando a apensação dos Pls. 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89 e 3.167/89, a este.

29.11.91 MESA
APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 2.131/91.

CONTINUA.....

ANDAMENTO

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

27.05.92 Parecer favorável do relator, Dep. JAIR BOLSONARO, a este e seus apensados. Concedida vista ao Dep. MESSIAS GÓIS.

DCN 10/06/92, pág. 12731 col. 01

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

03.06.92 O Dep. MESSIAS GÓIS, que pedira vista, devolve o Projeto sem se manifestar. Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, JAIR BOLSONARO, a este e seus apensados.

DCN 04/06/92, pág. 17700 col. 01

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

23.06.92 Distribuído ao relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL.

DCN 25/8/92, pág. 14566 col. 02

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

30.11.92 Parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e pela prejudicialidade dos apensados: 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89.

DCN 12/12/92, pág. 26689 col. 01

vide verso.....

ANDAMENTO

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

02.12.92 Parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados. Concedida vista ao Dep. JOSÉ DIRCEU.

DCN 05/12/92, pág. 26087 col. 02

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

04.12.92 O Dep. JOSÉ DIRCEU, que pedira vista, devolve o projeto sem se manifestar. Parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e, pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs. 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, e 4.247/89, apensados.

DCN ____/____/____, pág. ____ col. ____

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

09.12.92 Aprovado unânimemente, o parecer do relator, Dep. JOSÉ MARIA EYMAEL, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.727/89, 1.735/89, 2.131/91, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89 e 4.247/89, apensados.

DCN ____/____/____, pág. ____ col. ____

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

21.12.92 É lido e vai a imprimir, tendo parêceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e dos de nºs: 1.727/89, 1.735/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91 apensados; e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e pela prejudicialidade dos de nºs 1.727/89, 2.189/89, 2.580/89, 3.167/89, 4.247/89 e 2.131/91, 1.735/89, apensados.

DCN ____/____/____, pág. ____ col. ____

(PL. Nº 3.592-A/89)

ANDAMENTO

PLENÁRIO

24.03.93

Discussão em Turno Único.

Encerrada a discussão.

Encaminhamento da votação pelo Dep. Roberto Freire.

Em votação o substitutivo da CFT: APROVADO.

Prejudicados a proposição inicial e os PL.4.247/89, PL. 1.727/89, PL. 1.735/89, PL. 2.189/89, PL. 3.167/89 e PL. 2.131/89, apensados.

Vai à Redação Final.

PLENÁRIO

24.03.93

Em votação a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. Vital do Rêgo :APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 3.592-B/89)

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.



SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO

1- REAÇÃO FINAL DO

Projeto de Lei nº 3.592-B, de 1989, do SENADO FEDERAL

2- substituir o projeto pelo seguinte:

SUBSTITUTIVO ANOTADO
disponível sobre a reparação
de natureza econômica
prevista etc...

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Substituição da Câmara dos
Deputados ao Projeto de
Lei nº 3.592-B, de 1989, do
Senado Federal, que
dispõe sobre a reparação
de natureza econômica
prevista no § 3º do Art.
das Disposições Constitucionais
das Transições.

Art. 1º Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 19 de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º A reparação de que trata o artigo anterior consistirá:

I - ~~Indenização~~ ^{Indenização} pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais especificadas ^{com} citadas ^{nesta} na ~~presente~~ Lei;

II - ~~concessão~~ ^{concessão} de aposentadoria ^a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º A indenização de que trata o inciso I ~~será~~ ^{será} calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores - engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de

~~do~~ ^{do} antip
autuís.



meses transcorridos⁵ entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou ~~o~~^o impedimento.

II - para ~~as categorias, tais como~~ os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. AV, EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV, AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, ² respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de voo, os mecânicos I e os despachantes de voo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou ~~o~~^o impedimento.

Parágrafo único. O ^{valor do} salário de que trata^{os} os incisos deste artigo serão ~~forne~~^{forne}cidos por certidão pelo Sindicato da categoria ~~corresponderá~~ a que pertencer o beneficiário ~~desta~~^{da} reparação.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º, ~~será~~ será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário ~~da~~^{da} reparação na forma do artigo 10, ~~ser~~² paga pela Previdência Social, por conta da União, através ^{do} do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta Lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, ~~da Lei~~ isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 dias da data ~~da~~^{da} promulgação ^{desta Lei} através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário ~~da~~^{do} reparação, que indicará, no requerimento ^{a que se refere} ~~de que trata o artigo 10~~ ^{art. 10,} a seguir, a Agência



S. A. onde
do Banco do Brasil ~~onde~~ pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º A reparação de que trata o inciso I do artigo 2º ~~desta Lei~~ será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do artigo 3º até a data ^{do} ~~de~~ falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o ^{estabelecido} ~~quanto estabelecido~~ artigo anterior.

Art. 7º O valor da aposentadoria de que trata esta Lei corresponderá aos salários constantes do ^{mesmo I e II do} art. 3º, incisos I e II, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos Sindicatos dos Peronistas e Aeroviários, sempre que ocorrerem.

Art. 8º Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio ^{do} ~~do~~ requerimento ^{o que se refere} ~~na forma do disposto no~~ ^{o art.} artigo 10 ~~desta Lei~~, ^{devido a} ~~apresentando~~ ^{os} documentos que façam prova de sua condição ^{de} ~~de~~ sucessória.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do, [Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.] ^{Idem verificar}

Art. 10. Os beneficiários contemplados por esta Lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, ^{mediante} ~~através de~~ simples requerimento que comprovem esta condição, dirigidos ao ^{no caso de} ~~ao~~ Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento ^{de acordo com o disposto} ~~para o quanto estabelecido no~~ inciso I e para o ^{de acordo com o disposto} ~~Ministro da Previdência Social~~ ^{da} ~~Ministro da Previdência Social~~ para os efeitos do inciso II, ^{de acordo com o disposto} ~~artigo 12º~~ ^{de acordo com o disposto} ~~em~~ entregue nas ^{respectivas} ~~Delegacias Regionais~~ mais próximas dos seus domicílios.



Parágrafo único. Os documentos comprobatórios de que trata o caput deste artigo serão:


I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial que publicou a sanção imposta ^{por} ~~pelo~~ ao requerente, ~~pelo~~ ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo Sindicato respectivo.

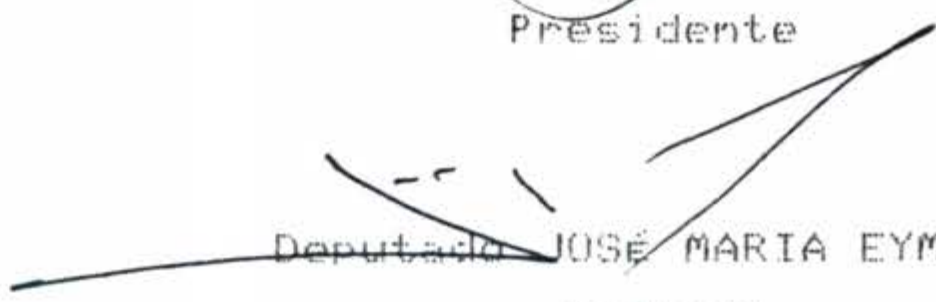
II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar ^{que} ~~que~~ ^{proven} ~~proven~~ ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta Lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta ^{por} ~~pelo~~ ato institucional ou complementar, ou cópia do Diário Oficial que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria ~~correspondente~~ fornecida pelo Sindicato respectivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 1992


Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente


Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 4 JUN 09 37 88 023684

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

SM/Nº 377

Em 3 de junho de 1993

Senhor Primeiro-Secretário

Comunico a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal aprovou o substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1989 (PL nº 3.592-B, de 1989, nessa Casa), que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


SENADOR LUCÍDIO PORTELLA

Primeiro Secretário, em exercício

ARQUIVE-SE

Em 08/06/93


Secretário - Geral da Mesa

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 04/06/93 Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.


Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS

DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
rfr/.

Recife, 25 de agosto de 92

W

Acha-se tramitando na Camara Federal, Projeto, 129/89, aprovado pelo Senado, apensado ao Projeto, 3.592/89, do senador, Mauro Benevides, e outros, Nº 1.329/89 do deputado, José Maria Eymael; Nº 2.580/89 do deputado, Francisco Kuster; Nº 1.735/89 do ex-deputado, Jorge Arbage; Nº 1.727/89 do deputado, Francisco Amaral; Nº 3.167/89 do deputado, Farias de Sá, e Nº 2.189/89 do deputado Paulo Ramos, todos regulamentando o Art. 8º e seus paragrafos das Disposições Constitucionais Transitorias, que manda conceder reparação de natureza economica a todos funcionarios civis e militares atingidos pelos Atos Institucionais e de excessão, na forma que dispuser Lei de iniciativa do Congresso Nacional, cuja lei deveria entrar em vigor um ano depois da vigencia da atual Constituição de 5/10/88.

Anistiados pela Lei 6683/28/8/79, muitos já faleceram, e outros sofreram e vem sofrendo vexames juntos com suas familias, tendo prejuizo moral e material, sem poderem educar seus filhos, e darem conforto material aos mesmos que ainda hoje sofrem as consequencias dos referidos Atos.

Portanto, vimos apelar para V.Excia. no sentido da aprovação imediata do referido projeto, já tão protelado, e com atraso de quasi 4 anos, desde a vigencia da Constituição, e com a inclusão da Emenda anexa, que define a participação dos funcionarios civis atingidos pelos Atos Institucionais, conforme determina o parag. 5º do referido Artigo 8º, e não incluídos nos referidos projetos, embora seja o mesmo autoaplicavel.

É o que pedem a V.Excia. os signatarios da presente.

Esperam ser atendidos.

Manuel Alves de Souza
Manuel Alves de Souza

Raimundo Alves Quental
Raimundo Alves Quental

Waldomiro Belchior
Waldomiro Belchior

Eduine Marques Borges
Eduine Marques Borges

Haroldo Cicero de Moraes
Haroldo Cicero de Moraes

Hilton de Paula Santos

Projeto 2580 / 1989
Em 19 / 04 / 93.

[Assinatura]
Diretor do Departamento de Documentação e
Assuntos Jurídicos

End: Rua Barão de Tamandaré, 155 - Cajueiro - Recife
52.121

Outrossim, anexa a presente, copia Xerox da reclamação dos anistiados do Banco do Brasil, que também exigem a regulamentação do / Art. 8º das Disposições Constitucionais Transitorias, para serem beneficiados, o que vem reforçar nossa justa pretensão.

Emenda a ser apresentada ao Projeto de Lei, 129/89, de autoria do ex-Senador, Pompeu de Souza, apensado ao Projeto, 3592/89 do Senador, Mauro Benedites, onde couber:

É extensivo os efeitos financeiros e econômico desta lei, aos funcionários civis da União, que foram demitidos pelos Atos Institucionais, e que durante seu afastamento do serviço público ficaram preteridos automaticamente e implicitamente de exercerem na vida pública e privada sua atividade profissional específica em decorrência dos referidos Atos.

Justificação:

É lamentável que dentre os projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional, atualmente, inclusive o Projeto de Lei, 129/89 oriundo do Senado, todos referentes a regulamentação do Art. 8º e seus parágs. das Disposições Constitucionais Transitórias que manda conceder reparação de natureza econômica a todos os cidadãos que foram impedidos de exercerem na vida civil atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica, Nº S-50-GM 5 de 19 de junho de 1964, e 3-250, GM 5, não inclua os servidores públicos civis da União, cujo direito está explícito no parágs. 5º do mesmo Artigo, quando afirma que a Anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores civis, etc...

Por ventura, desconhecem os nobres deputados e Senadores que humildes e indefesos funcionários públicos foram demitidos sumariamente sem direito a defesa, pelos referidos Atos da Revolução de 64, e foram impedidos de exercerem na vida pública suas atividades profissionais específicas, como por exemplo: O telegrafista, postalista, agente administrativo e outros do antigo Correios e Telegrafos, a exemplo do que aconteceu com os aeronautas, aeroviários e militares da Força Aérea Brasileira?

Estes, em decorrência das referidas portarias, e aqueles por terem sido demitidos como subversivos (comunistas) cujo estigma naquela época lhes acompanhou até serem anistiados, e ainda por não poderem tirar folha corrida da polícia ou atestado de ideologia, exigidos pelas empresas para ingresarem no seu serviço naquela época.

Os servidores Públicos civis demitidos sofreram os mesmos prejuízos materiais e moral, e tiveram os mesmos vexames dos funcionários da aeronáutica, atingidos pelas referidas portarias.

Muitos já faleceram em decorrência de traumas morais que tiveram, cujas famílias ainda hoje sofrem as consequências da demissão injusta de seus chefes.

Até as promoções a que tem direito como manda o parágs. 1º do referido Artigo, e a Emenda Constitucional, Nº 26 de 27/11/85, como se em exercício efetivo estivessem, abrangendo civis e militares, a maioria ainda não as obteve, razão pela qual na sua regulamentação deve determinar que todos que foram demitidos pelos Atos Constitucionais devem ser promovidos para o último nível / sua carreira, pois a atingiriam se em exercício efetivo estivessem, o que infelizmente ainda não aconteceu.

Ora, senhores deputados e senhores senadores, se o Art. 8º e seus parágs. manda promover civis e militares anistiados, por que excessão com relação as vantagens de natureza econômica? Até por analogia os civis tem o mesmo direito, pois todos são iguais perante a lei!

Aliás, são os próprios legisladores que reconhecem ter sido as referidas portarias similares aos Atos Institucionais e de excessão, os quais também proibiram automaticamente e implicitamente aos funcionários civis de exercerem suas funções específicas em qualquer repartição pública e privada.

Portanto, seria a maior injustiça não incluir os ex-funcionários públicos civis demitidos injustamente pela Revolução de 64, a terem a mesma reparação de natureza econômica que se pretende dar apenas aos funcionários civis e militares da aeronáutica.

Outrossim, o Projeto de Lei 129/89 aprovado pelo Senado, estabelece no seu artigo 3º e 4º que a reparação de natureza econômica abranja o período / da data da proibição da atividade da vida civil à entrada em vigor da lei, e será multiplicada pelo número de meses do período, o que contraria o parágs. 3º do Art. 8º das Disposições Transitórias, que determina a entrada da lei em vigor no prazo de 12 meses a contar da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer natureza em caráter retroativo, o que o torna inconstitucional, salvo melhor juízo de V. Excia. e cabe a douta Câmara Federal corrigir.

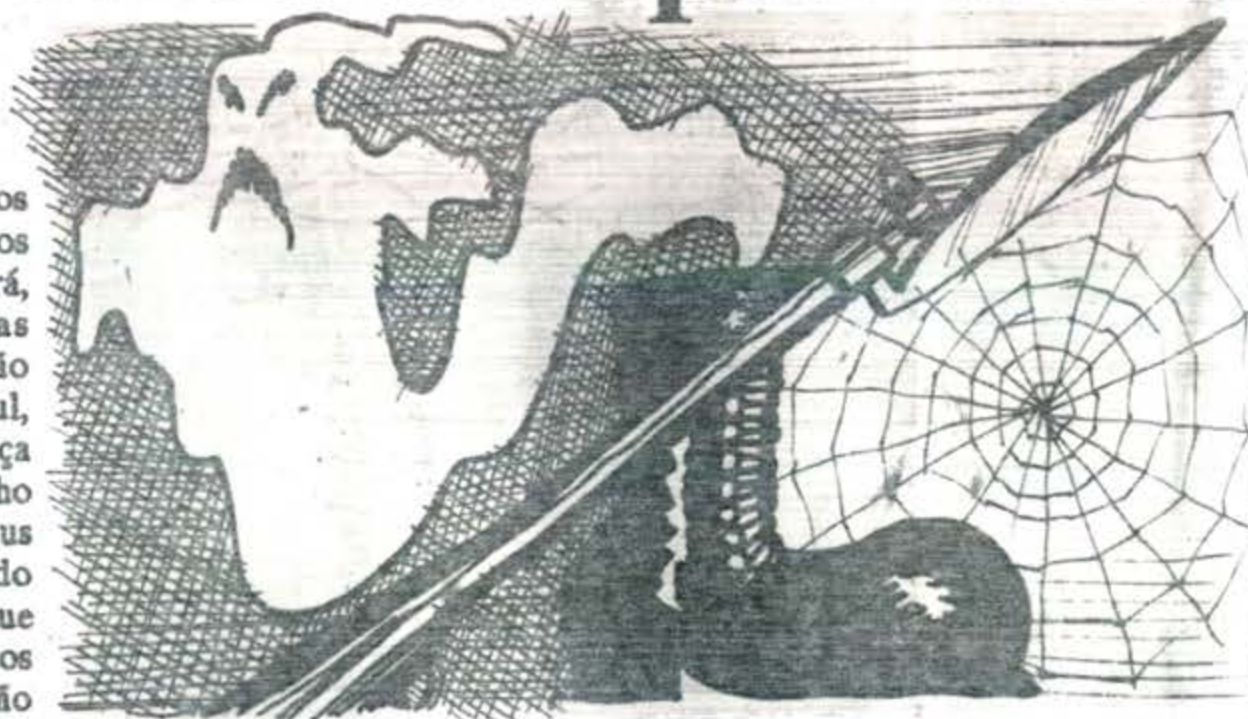
Este é o apelo que fazem a V. Excia. dez ex-funcionários públicos civis do antigo DCT e Rede Ferroviária Federal, em Recife-Pe

28/2/98

Bancários anistiados e perseguidos políticos lutam por direitos confiscados

Os bancários perseguidos pelo regime militar e anistiados de diversos estados, como Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, ingressaram com ações na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho para exigir o pagamento dos seus direitos trabalhistas do período de 1964 a 1979, época em que foram arbitrariamente demitidos por justa causa, por determinação dos militares, sem que houvesse a realização de inquéritos judiciais trabalhistas para os estáveis. Esses bancários, na maioria funcionários de bancos federais, sindicalistas e militantes de esquerda, foram demitidos sem qualquer indenização.

Decorridos 15 anos do golpe militar, esses bancários foram beneficiados pela Lei da Anistia, retornando às suas atividades nos bancos, porém, com prejuízos não corrigidos em seus vencimentos. Por isso, os anistiados e perseguidos políticos também exigem o cumprimento do Art. 8º das Disposições Constitucionais Transitórias, que lhes dá o direito a "aposentadoria excepcional de



anistiado", ou seja, a União deve pagar 100% dos salários dessas pessoas, como se elas estivessem na ativa. Para isso, cabe aos bancos, feita a reclassificação, informar ao INSS, o valor total a ser pago. Segundo o ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco no período de 1959 a 1961, Gilberto Azevedo, as pessoas que ainda não entraram na Justiça, aqui em Pernambuco, devem fazê-lo até o dia 05 de outubro deste ano, data em que ocorre a prescrição quinquenal.

"Mas enquanto ainda não temos uma definição da Justiça, estamos procurando os bancos para dialogar" - afirmou Gil-

berto Azevedo. No último dia 08, por exemplo, uma Comissão, representando diversos estados, esteve reunida com o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, quando foi entregue um documento que expunha a situação e as reivindicações dos demitidos, punidos de qualquer forma ou perseguidos dentro do banco por razões políticas. Pernambuco foi representado por Gilberto Azevedo e Rui Alencar, que também foi dirigente sindical, no período de 1963 a 1965. Darcy Leite, ex-presidente do Sindicato, cassado pelo golpe militar em 64 e funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil, também participa da Comissão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

E M E N D A

(Ao Projeto de Lei nº 3.592/89)

Suprimir no Art. 3º o termo "maior" antes da expressão "salário pago" e no art. 4º a expressão "à quantia correspondente a 50% (cinquenta por cento) do maior salário pago", após a palavra "corresponderá" acrescentando "ao salário de Boeing 737 pago".

J U S T I F I C A T I V A

O artigo 10 do mesmo diploma diz que os valores de que tratam os art. 3º e 4º serão informados pelos respectivos Sindicatos, de Aeronautas e Aeroviário, o que dispensa a indicação qualificativa do termo "maior" ao mesmo tempo em que exige a explicitação que se compreende na expressão "ao salário de Boeing 737 pago".

Sala de Comissões, em


~~JOSE MARA EYMAEL~~
Deputado Federal

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1 JUL 09 17 026435

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

CN/Nº 332

Em 30 de junho de 1993

Roberto - R
Em 30/6/93
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado a Mensagem nº 349, de 1993, na qual comunica haver vetado o Projeto de Lei do Senado nº 180, 1989 (PL nº 3.592-B, de 1989, na origem), que "dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Esta Presidência, devendo convocar sessão conjunta para leitura da Mensagem e demais formalidades previstas no art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que integrarão a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto, remetendo, para tanto, em anexo, autógrafo do Projeto vetado, cópia do seu estudo e da Mensagem Presidencial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

[Signature]
SENADOR HUMBERTO LUCENA
PRESIDENTE



A Sua Excelência o Senhor
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
vpl/.

não esta

56 MP's 586 a 589

Caixa: 136

Lote: 65
PL Nº 3592/1989

133

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1ª SEÇÃO -

RECEBIDO

1989

SECRETARIA - GERAL DA MESA

Recebido

Órgão *Presid* n.º *2169*

Data: *01/7/93* Hora: *16:52*

Ass: Ponto:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1 JUL 09 17 026435

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*Logo abaixo pels
lejos constantes de Pausa -
24/06/93
GZ*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas nºs S-50-GM-5, de 19 de junho de 1964, e S-285-GM-5, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta Lei.

Art. 2º A reparação de que trata o artigo anterior consistirá:

I - na indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais específicas citadas nesta Lei;

II - na concessão de aposentadoria a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º A indenização de que trata o inciso I do artigo anterior será calculada da seguinte forma:

I - para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores-engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 - equipamento básico da aviação brasileira - vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento;

II - para os demais aeronautas, os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. Av. EspCom e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV, AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO, AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de vôo, os mecânicos I e os despachantes de vôo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento.

GZ

Parágrafo único. O valor do salário de que tratam os incisos deste artigo será fornecido por certidão pelo sindicato da categoria a que pertencer o beneficiário da reparação.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º será concedida após a apresentação de requerimento, firmado pelo beneficiário da reparação na forma do art. 10, e paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta Lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, isento de qualquer tributo, far-se-á em até sessenta dias da data da promulgação desta Lei, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário da reparação, que indicará, no requerimento a que se refere o art. 10, a Agência do Banco do Brasil S.A. onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º A reparação de que trata o inciso I do art. 2º será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do art. 3º até a data do falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Art. 7º O valor da aposentadoria de que trata esta Lei corresponderá aos salários constantes dos incisos I e II do art. 3º, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais serão informados pelos sindicatos dos aeronautas e aeroviários, sempre que ocorrerem.

Art. 8º Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio do requerimento a que se refere o art. 10, devendo apresentar os documentos que façam prova de sua condição sucessória.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 10. Os beneficiários contemplados por esta Lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão à reparação econômica a eles destinada, mediante simples requerimento que comprove esta condição, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, no caso do disposto no inciso I do art. 2º, e ao Ministro de Estado da Previdência Social para os efeitos do inciso II, também do art. 2º, entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios de que trata o *caput* deste artigo serão:

I - para os aeronautas e aeroviários, a cópia do Diário Oficial da União que publicou a sanção imposta ao requerente, por ato institucional ou complementar, a cópia



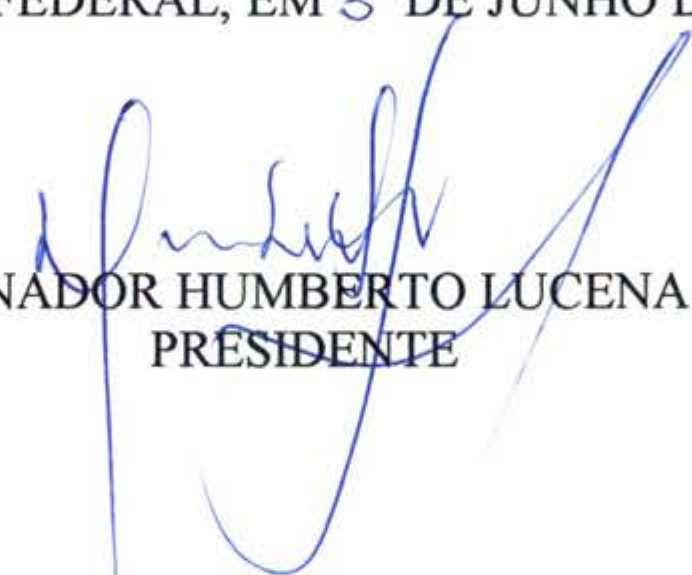
da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo sindicato respectivo;

II - para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que comprovem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores-Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta Lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta por ato institucional ou complementar, ou cópia do Diário Oficial da União que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria fornecida pelo sindicato respectivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 3 DE JUNHO DE 1993



SENADOR HUMBERTO LUCENA
PRESIDENTE

rfr/.

Mensagem nº 349

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, resolvi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 180, de 1989 (nº 3.592/89 na Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Sobre o assunto assim se manifestou o Ministério da Aeronáutica, através do parecer do seu Consultor Jurídico, Dr. Ronaldo Rebello de Britto Poletti:

"O projeto pretende desdobrar a reparação econômica prevista na Lei Maior em uma indenização e em uma aposentadoria.

Essa não parece ser a melhor leitura do texto constitucional, uma vez que ele, não permitindo a concessão de aposentadoria **intuitu personae** (como se verá adiante), torna inviável jurídica e logicamente a acumulação, aliás não prevista.

A Lei Maior fala em reparação econômica, competindo à lei ordinária dispor sobre o conteúdo dessa reparação, consoante se projeta no texto em exame. No entanto, a aposentadoria seria incabível em relação aos servidores civis e militares punidos e anistiados, já beneficiários do **caput** do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Seria inconstitucional se, além daqueles benefícios da anistia, tivessem esses

Fl. 2 da Mensagem nº 349, de 24.6.93.

militares e civis, os do § 3º do dispositivo, direito a uma aposentadoria não prevista constitucionalmente.

Assim sendo, o desdobramento da reparação em duas rubricas, indenização e aposentadoria, não se compatibiliza, a meu ver, com o texto constitucional, que frisa deva haver uma reparação econômica disciplinada pela lei, sem fazer qualquer referência a benefícios de caráter previdenciário.

Não apenas pela impossibilidade de desdobramento da reparação, a aposentadoria projetada é impossível juridicamente, pois, consubstanciando a integralidade dos proventos, ela não se harmoniza com o princípio da isonomia.

Na verdade, os trabalhadores em geral, contratados pelo regime da CLT, incluindo os profissionais de igual atividade dos beneficiários pelo art. 8º, § 3º, do ADCT em pauta, não fazem jus a uma aposentadoria integral, sujeitos às regras previdenciárias do salário de contribuição e do salário benefício, consoante determina o art. 202 da Constituição.

Além disso, a aposentadoria acenada no projeto não se conforma com o princípio constitucional de relacionar o benefício previdenciário às contribuições. (Art. 201 da Constituição.)

O projeto de lei em exame fixa indenização, partindo de um pressuposto que é, na verdade, uma ficção, qual seja a de que os beneficiários do art. 8º, § 3º, do ADCT, todos eles, independentemente de quaisquer circunstâncias, teriam nas suas vidas profissionais alçado ao maior **status** possível. Assim, os aviadores teriam chegado a comandante de Boeing 737 e os demais acronautas ao topo de suas categorias.

Inobstante a lei possa estabelecer ficções absolutas, ditas presunções **iure et de iure**, por mais irreais e ilógicas que sejam, ela não poderá deixar de respeitar os ditames constitucionais, pena de nulidade e de absoluta ineficácia por inconstitucionalidade.

No caso, a lei em tela não pode deixar de considerar o **caput** do art. 8º do ADCT, bem como o seu § 2º (trabalhadores do setor privado), até porque o diploma legal estará disciplinando uma reparação econômica prevista em outro parágrafo daquele artigo.

Neste ponto, como nos demais do presente parecer, deve-se considerar a lição de CARLOS MAXIMILIANO: "O jurisconsulto serve-se do conjunto das disposições no sentido de construir, com os materiais esparsos em centenas de artigos, um todo orgânico, metódico." (*Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 11. ed. Rio, Forense, 1991, p. 46); e

Fl. 3 da Mensagem nº 349, de 24.6.93.

noutro passo, "... preferir o conjunto ao dispositivo isolado, o Direito à regra, a ciência revelada por um Código inteiro, ou por diversos, a um artigo só, distinto, com um raio de ação limitado, restrito" (*idem, ibidem*, p. 49).

A reparação não há de ser arbitrária, ainda que prevista na lei, uma vez que a cabeça do dispositivo estabelece parâmetros a serem observados. Se os anistiados têm, **in verbis** do art. 8º cit., "asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos", e se esses benefícios estão assegurados aos trabalhadores do setor privado, como poderá a lei presumir que aqueles cidadãos que foram impedidos de exercer atividade civil chegariam ao topo - comandante de Boeing 737 - e desde o primeiro momento daquela sanção?

Há limites para as presunções legais. Nesse sentido, o eg. Supremo Tribunal Federal tem decidido na aplicação do mencionado art. 8º do ADCT em relação à anistia em geral. Diz a ementa do acórdão no julgamento do Recurso Extraordinário nº 140616 - Distrito Federal, Rel. M. Paulo Brossard: "O art. 8º do A.D.C.T. assegura, aos que foram atingidos por atos de exceção, em decorrência de motivação exclusivamente política, as promoções "a que teriam direito se estivessem em serviço ativo." Não assegura as promoções possíveis, como as por merecimento. Direito e expectativa de direito". (Grifei.) Leciona o ilustre Relator, em seu voto: "Quer dizer, observados os respectivos regimes jurídicos, respeitadas as características e peculiaridade das carreiras dos servidores civis e militares, observados os prazos de permanência em atividade, ser-lhes-iam asseguradas as promoções a que teriam direito se em serviço ativo. As promoções a que teriam direito. Ora, a nem todas as promoções o servidor militar de que cuida a espécie tem direito; a algumas o servidor tem direito; a outras, tem expectativa de direito; em relação a algumas ele há de ser promovido, em relação a outras, ele pode vir a ser promovido. Num caso ele tem direito, noutro ele não tem, embora tenha expectativa de direito.

Em igual sentido o julgamento do Recurso Extraordinário nº 140125-7 Distrito Federal, Rel. Ministro Octávio Gallotti, em cuja ementa se lê: "Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, as promoções asseguradas pelo art. 8º do ADCT são somente aquelas a que haveriam tido direito os militares, se houvessem permanecido em atividade. Não as sujeitas a critérios subjetivos ou competitivos, como da avaliação de merecimento ou o do aproveitamento em cursos que não chegaram a concluir. Precedentes; RMS 21 565 e RE 134 686, 1ª Turma."

Ora, se é assim que a Corte a quem compete a guarda da Constituição interpreta o art. 8º do ADCT, como será possível à lei ordinária, prevista no § 3º deste dispositivo, certo que o artigo de lei é um todo. presumir, sem qualquer critério, que todos os beneficiários seriam Comandantes de Boeing 737? Na aviação comercial há, também, uma longa e

Fl. 4 da Mensagem nº 349, de 24.6.93.

demorada carreira, regida igualmente por critérios rígidos, que envolvem, com razão, aspectos de segurança, condicionados às aptidões e conhecimentos dos pilotos.

Acrescente-se, também, que a lei projetada não pode privilegiar aqueles impedidos de exercer atividade civil mais do que o fez em relação aos funcionários civis e militares, como eles punidos com fundamento na legislação contida nos Atos Institucionais e Complementares. Afinal, o princípio da isonomia não consiste somente na igualdade perante a lei, como também no imperativo de a lei tratar a todos igualmente. Na hipótese, a justiça comutativa, regida pela igualdade absoluta, é necessária. Todos são iguais perante a lei, que a todos tratará igualmente. Os anistiados do art. 8º do ADCT, incluindo tanto os servidores militares e civis, como os cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, devem ser colocados em posição de absoluta igualdade, a partir da qual será possível estabelecer as desigualdades circunstanciais: posto ou graduação a que teriam direito.

Se a lei tratar aos do § 3º diferentemente do que a própria Constituição tratou os do **caput** do art. 8º, ela será, a meu ver, inconstitucional, porque ferirá a garantia constitucional da igualdade.

A lei projetada estabelece que a indenização integradora da reparação corresponderá ao pagamento de um salário multiplicado pelo número de meses entre a sanção (1964 e 1966) e o momento em que cessou o impedimento (1979).

Esse propósito do texto projetado não se adequa ao disposto no § 1º do mesmo art. 8º, o qual reza: "O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo", vale dizer, a partir de outubro de 1988.

Estabelecer a reparação econômica com base na remuneração presumida e ficta anterior à data da promulgação da Carta de 88 nada mais é do que, por vias transversas e mesmo de maneira dissimulada, desrespeitar o disposto naquele parágrafo primeiro, o que acarreta, também por isso, a nulidade por inconstitucionalidade.

Em mais de uma vez o projeto de lei em tela atribui valor de documento público e com fé de ofício a certidão fornecida por sindicatos, art. 3º, parágrafo único, e art. 10, parágrafo único, I e II, atribuindo aos sindicatos uma função que a Lei Maior não lhe cometeu, além de implicitamente afastá-la: "vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical" (Art. 8º, I, da Constituição Federal.)

Fl. 5 da Mensagem nº 349, de 24.6.93.

Se as coisas são assim, como é possível a lei determinar o valor projetado às certidões dos sindicatos? O Poder Público as receberia sem questioná-las? Ou não poderia agir se fossem negadas?

Nessa parte o projeto não está, também, de acordo com a Constituição.

Temerário do ponto de vista constitucional é, ainda, a lei projetada isentar a reparação econômica, indenização e aposentadoria, de qualquer tributo, por que isso não se concilia com a proibição de tratamento desigual entre contribuintes e distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida (art. 150, II).

A Constituição precisa ser cumprida e faz-se necessária uma lei dispondo sobre a reparação econômica prevista no art. 8º, § 3º, do ADCT.

O projeto em exame, todavia, não se conforma, em vários de seus passos, com a Lei Maior, conforme acima se expôs, razão pela qual S. Exª o Presidente da República, fiel a seu compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, não tem outra alternativa, segundo estamos convencidos, senão a de, com fundamento no art. 66, § 1º, daquela Carta, considerá-lo inconstitucional e, usando de seu direito-dever, vetá-lo totalmente, em face da inviabilidade de veto parcial, o qual poderia desnaturar completamente a lei pretendida e, aí sim, causar prejuízo maior à ordem constitucional.

O projeto fere, dada a vênia, inúmeros princípios constitucionais explícitos e implícitos, notadamente, o conteúdo do próprio art. 8º do ADCT (desdobramento da reparação econômica em indenização e aposentadoria, efeitos financeiros anteriores à Carta de 88, presunção incompatível com a interpretação dada ao **caput** pelo Supremo Tribunal), o art. 202 (aposentadoria), o art. 201 (equilíbrio entre custo e benefício previdenciários), o art. 150, II (igualdade tributária), o art. 8º, I (proibição de intervenção na organização sindical) e o art. 5º (isonomia).

Considere-se, por fim, que não se trata de um juízo de inconstitucionalidade de lei, mas de evitar a lei incompatível com a Lei Maior e, portanto, não merecendo o projeto as iguais regalias da lei no tocante à sua presunção de constitucionalidade.

Tenho sustentado que o juiz, na dúvida, deve concluir pela constitucionalidade, por força dos clássicos ensinamentos da hermenêutica aplicados ao Direito Constitucional, mas que o Presidente da República ou quem participar do processo legislativo deve, na dúvida, considerar a inconstitucionalidade. Assim já escrevi (cf. *Controle da Constitucionalidade*


Fl. 6 da Mensagem nº 349, de 24.6.93.

das Leis. Rio, Forense, 1985, p. 108), exatamente sobre o problema do veto por inconstitucionalidade):

"...um dos requisitos básicos para que a ordem jurídica cumpra as suas finalidades de bem estritamente comum é a segurança jurídica, a certeza do direito, revelada, no sistema brasileiro, pela positividade da lei. Se o projeto é passível de dúvida quanto à sua constitucionalidade, no momento em que passa a integrar o direito positivo, isto é, por ocasião da sanção pelo Presidente da República, o Supremo Magistrado não estará ajudando a ordem jurídica, vale dizer, a ordem constitucional, se aderir com sua vontade ao decidido pelo Congresso. Assim, parece que não se deve dar ao projeto de lei, já aprovado pelo Congresso, porém ainda não sancionado, portanto ainda não lei, o tratamento merecido pela lei no exame de sua compatibilidade com a Lei Maior. Idêntico raciocínio se aplica no trâmite dos projetos de lei no Congresso, por ocasião do exame pelas Comissões de Constitucionalidade e Justiça. A lei é presumida de acordo com a Constituição, o projeto de lei está no limbo das indefinições. Se houver dúvida, não se deve julgar uma lei inconstitucional, mas, no caso de um projeto, mesmo que aprovado pelo Congresso, ele deve ser vetado, para um reexame da situação, uma vez não ser aconselhável inserir-se no ordenamento jurídico um diploma sobre o qual se irá polemizar a respeito da sua adequação à Lei Fundamental. Aliás, o método decorrente da presunção de constitucionalidade, que resolve a dúvida em favor da lei, não se aplica ao Poder Legislativo, quando se trata de aprovar uma lei proposta, COOLEY diz expressamente: "Este método é o oposto ao que se exige do Poder Legislativo quando trata de aprovar uma lei proposta." (COOLEY, Thomas. *Princípios Gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América do Norte*. 2. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1982, p. 180".

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de junho de 1993.



PROJETO DE LEI

Nº 180/89, NO SENADO FEDERAL
Nº 3.592/89, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

EMENTA: Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividade específica, em decorrência das portarias reservadas S-50/GM-5 e S-285/GM-5, do Ministério da Aeronáutica.

AUTOR: SENADOR MAURO BORGES

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:
LEITURA: 27.06.89 - DCN (Seção II) de 28.06.89

COMISSÕES:

Constituição e Justiça

RELATORES:

Sen. Márcio Lacerda

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Através do ofício SM Nº 534, de 06.09.89

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 20.09.89 - DCN (Seção I) de 21.09.89

COMISSÕES:

Constituição, Just. e Redação
Finanças e Tributação

Trabalho, Adm., e Serviço Público
Redação Final

RELATORES:

Dep. Silvio Abreu
Dep. Francisco Küster
Dep. José Maria Eymael
Dep. Jair Bolsonaro
Dep. Vital do Rêgo

ENCAMINHAMENTO DO SUBSTITUTIVO AO SENADO::

Através do ofício PS/GSE/110/93, de 05.04.93

TRAMITAÇÃO DO SUBSTITUTIVO, NO SENADO

LEITURA: 07.04.93 - DCN(SeçãoII) de 08.04.93

COMISSÕES

Constituição, Justiça e Cidadania

CDIR - Redação Final

RELATORES

Sen. Pedro Teixeira
(Parecer nº 145/93)
Sen. Nabor Junior
(Parecer nº 163/93)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Através da Mensagem SM /nº 101/93, de 03.06.93

VETO TOTAL - Mens/ /93-CN
(nº 349/93, na origem)

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:
SENADORES DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

NELIO ROBERTO SEIDL MACHADO
ADVOGADO

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Egrégio Supremo
Tribunal Federal

1. SÉRGIO CAVALLARI, Major Aviador
2. RUI BARBOZA MOREIRA LIMA, Coronel Aviador
3. PAULO MALTA REZENDE, Coronel Aviador
4. RICARDO NICOLL, Ten. Brig. do Ar
5. PAULO DE MELLO MALTA, Ten. Cel. Aviador
6. HÉLIO DE CASTRO ALVES ANIZIO, Cel. Aviador
7. HERNANI HILÁRIO FITTIPALDI, Cel. Aviador
8. FORTUNATO CÂMARA DE OLIVEIRA, Cel. Aviador
9. FERNANDO MURILLO PEREIRA PEIXOTO, Cel. Aviador
10. FERNANDO DURVAL DE LACERDA, Cel. Aviador
11. FAUSTO AMÉLIO DA SILVEIRA GERPE, Cel. Aviador
12. EUDO CANDIOTA DA SILVA, Cel. Aviador
13. CARLOS ALBERTO MARTINS ALVAREZ, Cel. Aviador
14. CARLOS ALBERTO DA FONSECA, Cel. Aviador
15. ARY SAYÃO CALDEIRA BASTOS FILHO, Cel. Aviador
16. ARTHUR TUBERTINI MACAGI, Cap. Aviador
17. ANTÔNIO BATISTA NEIVA DE FIGUEIREDO FILHO, Cel. Aviador
18. JAYME MARTINS, Cel. Aviador
19. JOSÉ RODRIGUES DA COSTA, Maj. Aviador
20. MAURÍCIO MARTIN SEIDL, Cel. Aviador
21. MATHIAS BALIÚ, Cel. Aviador
22. MUCIO SCEVOLA RAMOS SCORZELLI, Cel. Aviador
23. ODAIR FERNANDES AGUIAR, Ten. Cel
24. ADÃO DA SILVA SILVEIRA, 1º Ten. Especialista
25. OSCAR FERREIRA DE SOUZA, Cel. Aviador
26. PAULO DE SANT' ANNA MACHADO, Com. de Aviação Civil
27. RAIMUNDO IATAGAN BARRETO FALCÃO, Cel. Aviador
28. ROBERTO FERNANDO DE CARVALHO, Maj. Aviador
29. WALTER HUMBERTO MONTE, Cel. Aviador

todos, através dos advogados que constituíram, que são os firmatários dessa petição, com fulcro no art. 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal, impetram

MANDADO DE INJUNÇÃO,

contra a omissão do Congresso Nacional, no que pertine à elaboração da Lei a que se refere o parágrafo 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aduzindo, para tanto, quanto se vê:

A matéria é extremamente simples, a partir do enfoque indispensável que se deve dar ao preceito contido nas disposições transitórias, o qual, remarcado acima, estabelece:

"Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da constituição".

Como se vê, promulgada a Magna Carta em 5 de outubro de 1988, inobstante a clareza do dispositivo contido no art. 8º § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, certo é que a Lei cuja elaboração deveria ocorrer, no máximo, em um ano, não foi editada, desrespeitando-se a determinação que emanou do Poder Constituinte.

Os impetrantes, tanto quanto puderam, aguardaram, a despeito de vários já se acharem em idade avançada, mas, a rigor, não podem, sobretudo na altura da vida em que se encontram, depois de tanto sofrimento, inúmeras perseguições, tendo passado inenarráveis agruras, quedar-se inertes, especialmente se consi-

derado que no elenco dos direitos e garantias fundamentais, na conformidade da Constituição, consta, no inciso LXXI, precisamente, o denominado Mandado de Injunção.

Deixando de lado maiores digressões teóricas a respeito do instituto, vale destacar, para alinhavo de outras considerações, que serão mais adiante apresentadas, que

"conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania";

tal o preceito contido em nossa Lei Maior.

Percebe-se, assim, desde já, que nenhum cidadão, de acordo com as normas destacadas até agora, será privado de direito dimanante da Constituição em razão da eventual omissão de autoridades, na formulação desta ou daquela norma regulamentadora, facultando-se, em tais condições, ao interessado a utilização do remédio consubstanciado na injunção.

No particular, em prol da serventia do Mandado de Injunção, que não veio à lume com o fito que existir para constatar, vale destacar o magnífico artigo publicado pelo Jornal do Brasil, no dia 11 de setembro de 1990, da lavra do Desembargador e Professor José Carlos Barbosa Moreira, cujo título, bastante feliz, foi consubstanciado através da seguinte frase:

"S.O.S. para o mandado de injunção".

Com efeito, com a profundidade e a argúcia que caracterizam as colocações desse emérito estudioso do Direito, foram anotadas as soluções adequadas para o desate de questões suscitadas com respaldo nesse novo tipo de mandamus.

Dentre as alternativas, sublinhou o grande processualista que o melhor caminho seria aquele que identificou através da letra a, do indigitado artigo, alvitando-se:

"O órgão judicial formula "a norma regulamentadora" que falta, e aplica-a ao caso concreto, assegurando assim - nos estritos limites deste - o exercício do direito ou liberdade constitucional, ou da prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania".

Em abono dessa interpretação, que nos parece a mais coerente, lógica e razoável, destacou o Professor Barbosa Moreira, ainda em sua lúcida contribuição à exegese do novo instituto, que "o melhor modo de compreender um remédio processual é aquele que leve a atribuir-lhe o máximo possível de eficácia". Ainda, para robustecer seu posicionamento, aduziu o articulista, destacando o óbvio, que "conceber o mandado de injunção como simples meio de apurar a inexistência da "norma regulamentadora" e comunicá-la ao órgão competente para a edição (o qual, diga-se entre parênteses, presumivelmente conhece mais do que ninguém suas próprias omissões...) é reduzir a inovação a um sino sem badalo. Afinal, para dar ciência de algo a quem quer que seja, servia - e bastava - a boa e velha notificação".

Outras tantas lições, de outros autores, poderiam ser citadas, porém os impetrantes não desejam tornar a justa pretensão que formulam perante o Colendo Supremo Tribunal Federal em academicismo, o que seria inteiramente despropositado, além de desnecessário, quer pelo saber dos eminentes Ministros, quer pela circunstância de que o escopo dos requerentes seja tão somente o de alcançar a reparação, cujo significado fala por si, a que alude o art. 8º, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os impetrantes, homens da aviação, foram impedidos de trabalhar. Não raro, dentre eles, muitos conheceram as mesmas

ras, tendo sido comum a privação da liberdade sem a observância do devido processo legal, embora, num ou noutro caso, se tenham instaurado inquéritos policiais militares. Ainda assim, como a diante será esclarecido, na consideração pessoal de cada um dos impetrantes, especialmente pela documentação acostada, poucos foram os denunciados, e, quando o foram, verificou-se, posteriormente, a absolvição, tudo realçando a ilegalidade da perseguição intentada.

Homens já encanecidos, esse o perfil dos Requerentes. Gente sofrida, que conheceu os horrores das punições sem causa justa, ou, melhor dizendo, sem causa alguma. Dentre os pilotos que foram alvo das sandices que tomaram conta, em certo período obscuro de nossa história, da gloriosa Força Aérea Brasileira, houve quem se suicidasse, do mesmo modo que não poucos foram os momentos em que pareciam já atingidos os umbrais do desespero e da desesperança.

Além dos diversos documentos acostados, os advogados firmatários se permitem assinalar o opúsculo publicado pelo Senador José Paulo Bisol, em 1987, com o título "CRIMINOSOS PERPÉTUOS".

A publicação em questão, datada de 1987, como é curial, antecede a promulgação da Constituição Federal de 1988. Verifica-se, em verdade, o histórico de um caso, a saber o do então Tenente Aviador Fernando Peixoto, que é, em face da anistia de 1979, hoje, Coronel Aviador. Acrescente-se, dado que diferenças de relevo não há, por oportuno, que a sina de Fernando Peixoto, foi, em boa verdade, também a de outros tantos seres humanos voltados ao ideal e à mística do voo, impedidos que foram, ao arrepio da Lei - se é que havia - de exercer a profissão para a qual eram habilitados, comandar aeronaves, pilotá-las, ou mesmo praticar qualquer função correlata a esse tipo de especialização, que orna, em conjunto, e de per si, cada um dos impetrantes.

O historiador Hélio Silva, na contracapa do opúsculo, permitiu-se anotar, defrontando a pluralidade de injustiças

detectadas, os seguintes fatos, que nos permitimos reproduzir:

"O tenente Fernando Peixoto estava em seu posto no dia 31 de março e aí permaneceu quando os novos mandantes revolucionários se apossaram da base. Dias depois, foi preso sem ser ouvido; destituído de suas funções; demitido da Aeronáutica; embora excluído do Inquérito Policial Militar em que depôs, porque nada foi apurado contra ele, proclamando assim a sua inocência e o absurdo jurídico da prisão e da demissão. Por curioso que pareça, a conclusão do inquérito não valeu de nada. O tenente deixou de ser tenente; o avião teve a sua caderneta de vôo cassada; o cidadão, impedido de exercer a profissão para a qual se habilitara, quer no país, quer no estrangeiro, porque correspondia a proibi-lo de trabalhar, de ganhar o seu sustento".

Em realidade, repetindo as palavras de Hélio Silva, ao se deparar com o caso do nono impetrante desse Mandado de Injunção, pode-se dizer, mirando a situação dos outros companheiros da aviação, que aqui se identificam também como postulantes da reparação que lhes é devida, como estatuído no art. 89, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"É triste mas, na verdade, o caso do tenente Fernando Peixoto é um, entre muitos".

O jornalista Jânio de Freitas, apresentando o livro, objeto de comento, disse, à página 9, verbis:

"Quando penso que a vida é só uma e me ocorre o que neste país foi feito com a vida de tantos Fernando Peixoto, não sei o que é maior em mim, se a indignação ou a repugnância".

Outro dos impetrantes, o Coronel Aviador Paulo Malta Rezende, experimentou, no longínquo ano de 1968, a desagradável constatação de que o Poder Executivo daquela época desconsiderava o que determinavam os Tribunais. Assim é que, a despeito do julgamento do Recurso de Mandado de Segurança 17461-DF, em que figurava como recorrente o aviador acima nominado, cuja ementa, em alto e bom som, assinalava

"Aviador, que teve sua patente de Tenente Coronel da FAB cassada por decreto baseado no Ato Institucional nº I, não está incapacitado de exercer a profissão de piloto de linha aérea comercial. Reconhece-se sua habilitação técnica. Para a obtenção da licença junto à Diretoria da Aeronáutica Civil, deverá preencher todos os outros requisitos legais. Recurso em Mandado de Segurança parcialmente provido",

ter reconhecido, como se viu, o direito reclamado, ainda assim, negada foi a lúdima e inquestionável pretensão, traduzida tão somente numa vontade, que não pode ser negada a nenhum ser humano - a vontade de trabalhar.

Muitos anos depois, o Diretor Geral do DAV, que depois veio a ser, destacando-se na função, Ministro do Superior Tribunal Militar, Tenente Brigadeiro do Ar, Deoclécio Lima de Siqueira, dirigiu ofício ao Chefe do CISA - Centro de Informações da Aeronáutica - relativo a assunto, que se permitiu destacar, identificando-o como: "exercício da profissão de piloto por oficial da FAB cassado", cujo texto, expressando o desrespeito à decisão da Suprema Corte, ainda que de forma indireta, assim se viu vazado:

"Esta Direção Geral tem a informar a V.Exa. que todas as pretensões relativas à obtenção de licença de pilotos por parte de ex-oficiais da FAB, atingidos por Ato Institucional, tem sido negadas com amparo no disposto na Portaria Reservada nº S.285/GM-5 de 19 Set 1966.

Ainda em 05 Jun 1974, o Exmo. Sr. Min., negou a concessão das referidas licenças aos Srs. Ruy Barbosa Moreira Lima e Ary Sayão Caldeira Bastos Filho com fundamento na mesma Portaria.

Considerando a existência de decisão do Supremo Tribunal Federal (exarada em 15 Ago 1968 pelo Informe nº 033/ZONAER-3 e em 14 Set 1968 pelo requerimento do Sr. Malta) acredita esta Direção Geral que deva caber à Consultoria Jurídica do Ministério da Aeronáutica solucionar a incompatibilidade entre a decisão da justiça e o Aviso ministerial citado". (doc. encontrado à pág. 59 do livro "Criminosos Perpétuos", do Senador José Paulo Bisol, Editora Codpoe, 1987).

Certamente que o teor do documento fala por si, evidenciando o absurdo, a inenarrável e incrível desobediência à determinação do Supremo Tribunal Federal, criando-se, de derradeiro, inimaginável instância, acima da Colenda Corte, qual seja, a douta consultoria jurídica do Ministério da Aeronáutica.

Averbe-se, desde já, que Ruy Barbosa Moreira Lima e Ary Sayão Caldeira Bastos Filho, como se vê desta impetração, também requerem a injunção, identificados pelos números dois e quinze, na primeira fôlha desta petição.

A punição totalmente ilegal, traduzida na negação de licença para que os requerentes pudessem se dedicar à aviação civil, remonta ao contexto inquisitivo que permeou a vida do país, num quadro de obscurantismo, praza aos céus, já surpassado.

O primeiro esteio, para levar a efeito a odiosa proibição de trabalhar, se situa na Portaria Ministerial Reservada, nº S-50-GM5 de 19 Jun 1966, cujo enunciado, pavoroso, é o que se segue:

"O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica

ca, considerando as razões apresentadas pela Diretoria de Aeronáutica Civil, resolve: Suspende, até ulterior deliberação:

1. As concessões de licenças previstas na Portaria nº 869-A-HM5, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares transferidos para a reserva por força do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.
2. As revalidações de certificados de habilitação, também previstos na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários penalizados pelo referido ato. a) Major-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavanere Wanderley, Ministro da Aeronáutica".

Desnecessário dizer que não houve, ao que se tem notícia, nenhuma ulterior deliberação, permanecendo todos os im-
petrantes proibidos de trabalhar, proibidos de voar, proibidos de praticar as atividades próprias de suas especialidades, perdurando esta situação, a partir da aplicação do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, por cerca de 15 (quinze) anos, quando por força da anistia, em tese, tornou-se possível a obtenção da licença, encontrando, essa a verdade, os requerentes desta injunção, já ultrapassados, afastados que estiveram por cerca de três lustros dos céus que percorriam, alguns deles tendo conhecido inclusive o heroísmo e o desprendimento, combatentes que foram, na 2ª Guerra Mundial.

Houve uma outra Portaria, em tudo e por tudo igual a anterior, sendo de se indagar qual a razão de sua edição. Trata-se da Portaria Ministerial Reservada nº S-285-GM5 de 19 de setembro de 1966, cujo texto, rigorosamente igual, assinalava, o que já fora estatuído na sinistra ordenação anterior. Para que não pareça simples argumento, sujeito a eventual oposição ou contra argumento, pecando pelo excesso, porém expondo ao ridículo a ininteligível repetição, veja-se o texto da perversa Portaria:

"O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, considerando as razões apresentadas pela

Diretoria de Aeronáutica Civil, resolve sus
pender, até ulterior deliberação:

1. As concessões de licenças previstas na
Portaria nº 869-A-GM5, de 29 de agosto de
1963, a todos os militares atingidos por atos
institucionais ou complementares.

2. As revalidações de certificados de habili
tação, também previstas na portaria acima ci
tada, a todos os aeronautas e aeroviários pe
nalizados pelos referidos atos.

A presente portaria substitui a de nº S-50-GM5,
de 19 de junho de 1964, e entra em vigor na
data de sua publicação. a) Eduardo Gomes, Mi
nistro da Aeronáutica."

Nota-se, desta forma, cabalmente que a proibição
foi reiterada, estigmatizando-se pessoas de conduta ilibada, co
mo os impetrantes desse Mandado de Injunção, negando-se-lhes di
reitos elementares, dentre estes, e de modo que deixa nódos i
napagáveis, talvez o mais sagrado, o de trabalhar, o de prover,
condignamente, ao próprio sustento. O que pretendiam os algozes?
O que desejavam com tanta violência? Não cabe aos impetrantes a
resposta, talvez nunca a tenham, ou ela, caso apresentada, a na
da conduzirá, restando-lhes, quando muito e tão somente a repa
ração que lhes é devida, com respaldo na determinação da Consti
tuição Federal, que buscou estancar a ferida, reconhecendo o de
ver da União de dar uma resposta, ainda que traduzida de forma
material, mercê da restituição de tanto quanto lhes foi tomado,
coarctada a carreira, fechados os horizontes, que jamais se abri
rão completamente, pois as marcas ficaram tanto quanto a idade
chegou.

Há septuagenários, sexagenários, outros envelhe
cidos precocemente, situação diante da qual se colocará, nos
termos mais consentâneos com a Justiça, o Supremo Tribunal Fe
deral, que, na esteira da pretensão deduzida, agirá de forma dis
cricionária, como se o legislador, para o caso concreto, fosse
suprindo a imperdoável omissão já verificada, do Congresso Naci

nal, que desatendeu à própria norma que editou, desrespeitando o prazo estabelecido, já vencido pelo dobro, como se os impetrantes não pudessem bater, como o fazem, às portas do Poder Judiciário, para que este, renovado, através do instrumento da Injunção, dê, de fato, e não no mundo da fantasia, a cada um o que é seu.

Uma pergunta se põe, e é natural que surja a indagação. Como dirimir-se a questão, de que maneira se poderia dar aos requerentes a reparação que lhes é devida, de forma inquestionável?

Há notícia de que no Congresso Nacional, a despeito da omissão havida, alguns deputados e um senador tenham se manifestado sobre a matéria, oferecendo projetos de lei, cujos enunciados servem como paradigma para o enfrentamento da questão.

Claro está que estas iniciativas isoladas não se confundem com a determinação do art. 8º § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, porém não se pretende negar a existência da tardinha ação de alguns poucos parlamentares, ou, senão deles, de seus pares, colhendo-se, de toda sorte, nos documentos do legislativo, subsídios para o julgamento deste Mandato de Injunção.

É razoável pedir-se. É justo fazê-lo. O remédio, de que se valem os impetrantes, placita a pretensão de que, a cada um, na conformidade de sua habilitação — são todos pilotos de escol, com formação invejável — se reconheça qualificação necessária para pilotar e, ou, comandar uma aeronave padrão da aviação civil comercial, que é, sabidamente, e de forma incontroversa, o equipamento identificado como Boeing 737.

Nessas condições, haveria que se computar, examinando-se cada situação específica, os anos que corresponderam a

tamente à proibição para a concessão de licença de piloto civil, ou para revalidação de certificado de habilitação, quando for o caso, inferindo-se daí o tempo em que os impetrantes se viram, efetivamente, impedidos de trabalhar na aviação.

Desde já se afirma, e os documentos positivam a assertiva, que a maior parte dos impetrantes, ficou 15 (quinze) anos sem possibilidade de voar ou de exercer funções inerentes a esta especialização. Vários puseram-se a vender livros, roupas, lecionar matemática, enfim, fizeram o que foi possível fazer, sobrevivendo, lutando por um dia melhor, que parece chegado, desde que com justiça seja dirimido o pedido que é objeto deste Mandado de Injunção.

Cabe, assim, alvitrar, que se observe como parâmetro a remuneração de um piloto da aeronave Boeing 737, projetando-se pelos meses e anos em que esse ofício deixou de ser exercido, em razão da absurda proibição, traduzida nas sigilosas e abomináveis portarias ministeriais.

De toda sorte, tendo-se em conta o tempo possível para esse tipo de atividade, assinala-se a questão da seguridade social, de tal maneira que a título de pensão, a partir de determinado momento, considerando-se a faixa etária, passasse a ser considerada uma importância a ser paga, a título de pecúlio, efetivamente desfrutado por todos quantos tenham labor semelhante, o qual, imotivadamente, foi negado reiteradamente ao impetrantes.

Independentemente das referências acima apresentadas, diante de um Tribunal como o Supremo, seria fastidioso que nos alongássemos nessas considerações, pois a Corte saberá, com equidade, com Justiça, determinar o que for efetivamente razoável, tendo em conta todo o constrangimento imposto aos impetrantes, e levando em conta o sentido claro e indubitado do preceito constitucional, que lhes garantiu, verbis:

"....."

Será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição".

Ora, a palavra reparação fala por si. Reparar é corrigir. Reparar é também retificar. É fazer justiça. É restituir. Do festejado Aurélio, extrai-se o exemplo, ao explicitar o sentido do verbo, valendo-se da frase:

"O pedreiro reparou o muro parcialmente destruído".

Outras tantas acepções encontram-se nos dicionários. Remediar, corrigir, emendar, indenizar, compensar, ressarcir. Outra frase, colhida de Aurélio Buarque de Holanda, em seu dicionário, vem à lume:

"O governo reparará os prejuízos".

Assim como a frase acima, se ajustam à hipótese, aquela em que se lê, ainda no Aurélio, "o comerciante reparou-se das perdas", ou, de derradeiro, outra em que se assinala, verbi:

"O ofensor tentou reparar as calúnias".

Os prejuízos sofridos pelos impetrantes são de toda ordem, moral e material, incomensuráveis, sob certo ângulo. Foram considerados como criminosos, sem crime, sem pena, sem julgamento, sem Tribunal, impedidos todos de exercer a profissão para a qual se achavam habilitados. Como reparar tudo isso?

O Supremo Tribunal Federal não irá reduzir a algo de inexpressivo tanto quanto se deve aos impetrantes, e à qual

de mensuração desse compromisso constitucional, legal, moral e cívico, passaremos agora, e com a maior brevidade possível, a destacar a situação de cada um dos impetrantes, juntando a documentação pertinente, positivando que foram destinatários das odiosas portarias que acabaram por ser referidas, tão repulsivas foram, no momento do reordenamento nacional, através do art. 8º, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

1. SÉRGIO CAVALLARI

Quanto a esse impetrante, procede-se à juntada do instrumento de procuração, e de sua carta patente, em cujo verso consta a anotação de que fora reformado, com base no Ato Institucional de 09 de abril de 1964.

De igual modo, se anexa, por cópia, exemplar do Diário Oficial, datado de 07 de outubro de 1964, positivando sua situação pessoal, vítima que foi, a exemplo de tantos outros, de atos de exceção, impedindo-se-lhe de praticar atos ligados à aviação, sobrevivendo como vendedor e professor.

2. RUI BARBOZA MOREIRA LIMA

Herói da 2ª Guerra Mundial, o Cel. Aviador Rui Moreireveu página memorável da participação brasileira dentre as forças aliadas. Esse impetrante, como se infere de sua fôlha de operações, em 18.05.64, foi atingido pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964, por deliberação do chamado Comando Supremo da Revolução.

Cabe reiterar o ofício mencionado à página 7 desta petição, cujo teor evidencia que formalmente, em 05 de junho de 1974, o então Ministro da Aeronáutica negou licença de piloto para o Cel. Aviador Rui Moreira Lima.

3. PAULO MALTA REZENDE

Os documentos anexados evidenciam a violência praticada contra esse impetrante, o qual chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal Mandado de Segurança, no ano de 1968, o qual, embora deferido em parte (RMS 17461 de 14.09.68), foi desatendido pela autoridade administrativa.

O mandamus mencionado visava a obtenção da carteira de piloto civil, sendo certo que foi atingido pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964, e chegou a ser processado, perante a 1ª Auditoria de Aeronáutica, sendo no entanto absolvido por unanimidade de votos, transitada a sentença em julgado em 14 de outubro de 1965.

4. RICARDO NICOLL

O impetrante em questão tem 79 anos de idade, sendo certo que é Ten. Brig. do Ar reformado, em face de decisão judicial prolatada nesse sentido. Tem esse oficial mais de 8 (oito) mil horas de voo, situação que não sensibilizou os que o perseguiram, atingido que foi pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964, ficando desde então inteiramente impossibilitado de exercer qualquer atividade relacionada com a aviação, em razão das malsinadas portarias secretas.

5. PAULO DE MELLO BASTOS

Documento emitido pelo SNI, o qual se anexa, informa que esse requerente foi punido, com demissão do serviço ativo, em razão do Ato Institucional de 09 de abril de 1964. Com a anistia, retornou ao quadro de oficiais da reserva remunerada, tendo ficado, no entanto, desde a revolução, até a ocorrência da Lei 6683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84143, excluído de qualquer tipo de atividade que, direta ou indiretamente, tivesse a ver com a aviação, em face de sua arbitrária exclusão, e também em razão das questionadas portarias, que foram objeto, mirando a reparação que se persegue, do art. 8º § 3º da Dis-

posições Transitórias do texto constitucional. Submetido a ação penal, como positiva o documento do SNI, foi absolvido, por unanimidade, em face de acusações de que teria praticado atos subversivos durante o governo João Goulart.

6. HÉLIO DE CASTRO ALVES ANIÃO

O Diário Oficial de 11 de abril de 1964, sábado, publicou o nome de vários oficiais que foram transferidos compulsoriamente para a reserva, com base no Ato Institucional de 09 de abril do mesmo ano.

No dia 31 de março de 1964, vale destacar, esse impetrante sequer se achava no país, estando em Lisboa, em viagem do CAN - Correio Aéreo Nacional, de Suez.

Retornando da Europa, no dia 5 de abril foi preso, em Recife, transferido depois para a Base Aérea do Galeão, e posteriormente, ainda esteve detido no navio Ana Neri e no QG da III Zona Aérea. Quando parou de voar possuía quase 8 (oito) mil horas de voo, tendo sido instrutor de comandantes da aviação comercial, exercendo também as atribuições de checador, o que permitiu-lhe, no passado, a obtenção da licença de piloto de linha aérea, de resto a mais alta das qualificações, que restou cassada e não renovada, em razão das portarias de 1964 e 1966.

7. HERNANI HILÁRIO FITTIPALDI

Homem com quase 70 anos, o Cel. Aviador Fittipaldi foi reformado pelo Ato Institucional nº I, submetendo-se também a dois IPMs, ambos arquivados. Conheceu as agruras da prisão, e não obstante sua elevada qualificação, tendo sido instrutor de pilotagem da Escola de Aeronáutica dos Afonsos, para exemplificar apenas uma de suas múltiplas atividades, como aviador de escol, ficou impossibilitado de exercer a sua profissão, enveredando por atividades no setor da agropecuária, onde também foi

discriminado, com restrições descabidas e ilegais à obtenção de crédito rural, o que mais aumentou sua aflição, nesses anos de luta e de sofrimento.

8. FORTUNATO CÂMARA DE OLIVEIRA

Tomou parte na 2ª Guerra Mundial, na frente italiana, tendo sido comandante da Esquadrilha do 1º Grupo de Caça, executando 56 missões de combate.

A documentação acostada comprova que foi atingido pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964, sendo transferido para a reserva e, depois demitido. A exemplo dos demais, também ficou impossibilitado, em razão das portarias secretas, de exercer a profissão de piloto, submetendo-se assim a enormes dificuldades, absolutamente injustificadas. A rigor, a perversidade do Ministério da Aeronáutica, com a expedição das tais portarias, ultrapassou os limites do próprio ato excepcional, que sabe ser o institucional, o qual, em verdade, não estabeleceu a proibição do trabalho.

9. FERNANDO MURILLO PEREIRA PEIXOTO

Caso lapidar o do então tenente Fernando Peixoto, ensejando mesmo a edição de um pequeno livro, do Senador José Paulo Bisol, sobre o qual já nos referimos anteriormente.

Demitido da aeronáutica, em razão do Ato Institucional de 09 de abril de 1964, foi preso, sem ser ouvido, excluído do IPM, e, de derradeiro, foi impedido de exercer a profissão de piloto, quer no Brasil, quer no estrangeiro, como se constata pelos documentos anexados.

10. FERNANDO DURVAL DE LACERDA

Atingido por Ato Institucional, também, a despeito de seu "curriculum", viu-se esse oficial impedido de exercer

sua profissão, em razão das portarias, já mencionadas exhaustivamente, negando-se-lhe a licença de piloto de linha aérea a que tinha direito, ao arrepio da Lei.

Desnecessário dizer de suas necessidades, de seus anos todos, e das dificuldades para supri-las, eis que vedado lhe fora exercer o ofício para o qual se habilitara, pilotar aeronaves.

11. FAUSTO AMÉLIO DA SILVEIRA GERPE

Através de sua fôlha de alterações se verifica que em 19 de agosto de 1964, em razão do Ato nº. III, de 11 de abril de 1964 e Boletim da Divisão de Pessoal da Aeronáutica, foi transferido para a reserva, nos termos do § 1º do art. 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. É homem de 73 anos de idade, com mais de 7 (sete) mil horas de voo, tendo envelhecido longe dos aviões que sempre amou, impedido que foi, como os demais de obter licença de piloto civil.

12. EUDO CANDIOTA DA SILVA

Atingido pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964, foi privado de exercer a profissão de piloto, tendo encontrado dificuldades sérias para sobreviver, marca inapagável dos tempos que passaram, estigmatizando-o, pela violência que representou a proibição de trabalhar na área de sua especialidade.

13. CARLOS ALBERTO MARTINS ALVAREZ

Esse impetrante, dentre suas qualificações, ostenta o título de piloto instrutor de voo por instrumento, feito na Moody Air Force, Valdosta, Georgia, EUA.

Não obstante, foi transferido para a reserva pelo

Ato nº III do Comando Supremo da Revolução, em 11 de abril de 1964. Foi ainda demitido do quadro de oficiais aviadores por Decreto de 24 de agosto de 1964.

Processado na Justiça Militar, foi absolvido por unanimidade, na 1ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM em 16.12.64.

Independentemente disso tudo, foi proibido de exercer sua profissão de aviador, nos termos das Portarias S-50-GM5, de 19 de junho de 1964 e S285-GMS de 19 de setembro de 1966, situação que só deixou de subsistir com a anistia, ocorrida através da Lei 6683, de 28.08.79. Evidentemente que o tempo impediu o exercício pleno de suas potencialidades, aspecto a ser considerado na reparação que lhe é devida em razão do preceito constitucional aplicável à espécie.

14. CARLOS ALBERTO DA FONSECA

Arbitrariamente punido em 1964, com base no Ato Institucional nº I. Inicialmente, foi transferido para a reserva remunerada, para, em agosto de 1964 ser demitido, seguindo-se processo penal, julgado perante a Justiça Militar, no qual foi absolvido.

A despeito de sua excepcional formação, as aindas Portarias também o atingiram, impedido que ficou de exercer a profissão de piloto, sofrendo, naturalmente, irreparáveis prejuízos.

15. ARY SAYÃO CALDEIRA BASTO FILHO

Atingido por ato do Comando Supremo da Revolução, com base no Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Desde então, ficou impedido de voar, em razão das portarias, apesar de ter conhecimento de decisão do Supremo Tribunal Federal, em favor dos

pilotos, julgando o recurso de mandado de segurança já mencionado anteriormente. Desnecessário dizer que a Aeronáutica deixou de atender o decisório judicial.

16. ARTHUR TUBERTINI MACAGI

Fez o curso de piloto militar nos Estados Unidos, terminando-o em 1945. Além de sua condição de oficial, foi comandante na aviação comercial, tendo exercido tal função em várias empresas, dentre elas a Vasp.

Em 02 de dezembro de 1970, com base no art. 6º § 1º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 foi demitido da Força Aérea Brasileira, sendo também atingido pela Portaria 285/66 do Min.Aer., daí resultando a impossibilidade de exercer sua profissão, passando privações, bem assim seus familiares.

17. ANTÔNIO BATISTA NEIVA DE FIGUEIREDO FILHO

Atingido pelo Ato nº III do Comando Supremo da Revolução, foi transferido para a reserva e, posteriormente demitido, com base no Ato Institucional nº I, ficando também, em face das portarias secretas, impedido de exercer a profissão de piloto.

18. JAYME MARTINS

Vítima do Ato Institucional nº 5, atingido que foi em 09 de dezembro de 1969. Proibido de exercer a profissão de piloto. Em ação penal a que respondeu, foi absolvido à unanimidade. Não obstante, isto de nada adiantou, prevalecendo a odiosa portaria secreta.

19. JOSÉ RODRIGUES DA COSTA

Diplomou-se como piloto militar no "Army Air Force Training Commdes" - Texas, EUA. Depois de exercer diversas atividades, dentre estas a de instrutor de voo no Campo dos Afonsos, diplomou-se como aviador militar até que em 7 de julho de 1969 foi atingido pelo Ato Institucional nº 5, ficando impedido de voar a partir desta data, em face das portarias já citadas nesse Mandado de Injunção.

Não foi possível nem a obtenção de licença de piloto civil, ou mesmo de certificados de habilitação profissional que o pudessem inserir no mercado da aviação. Padeceu muito o Major Aviador Da Costa, e confia no Supremo Tribunal Federal, para que a reparação estabelecida no texto constitucional não se traduza em letra morta.

20. MAURÍCIO MARTIN SEIDL

Atingido pelo Ato Institucional nº I, de 1964, tendo sido alcançado quando comandava o 4º Contingente da FAB na ONUC, no exterior.

Ficou impossibilitado de trabalhar no Brasil, a exemplo de seus colegas atingidos por atos de exceção, experimentando o desconforto do exílio, sobretudo em razão das malsinadas portarias secretas.

21. MATHIAS BALIU

Vítima do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, foi também alvo de prisões arbitrárias e inquéritos imprestáveis, lastreados em coisa alguma, tanto assim que resultaram em nada.

Tentando obter a carteira de habilitação de piloto civil, evidentemente, em razão das portarias, esta não lhe

foi concedida, ficando assim proibido de exercer a profissão para a qual se achava habilitado.

Ao assumirmos o patrocínio de sua causa, em documento que nos foi endereçado, esse impetrante sublinhou:

"Quando resolveram nos "anistiar" o tempo já havia erodido o nosso impulso para as imensidões aéreas cuja conquista se fundamenta em muito ideal, mas também dependem dos reflexos físicos e mentais que o tempo não poupa. Mas há ainda o desgaste familiar, esposa, filhos e netos - testemunhas vivas e sofridas de nossa probidade, brasileiros que aguardam ainda pela Justiça e que, no caso, é a adequada reparação contida no § 3º do art. 8º do ADCT".

22. MUCIO SCEVOLA RAMOS SCORZELLI

Atingido pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964, ficou, a exemplo de outros oficiais aviadores, impossibilitado de exercer a atividade de piloto, na aviação comercial.

Tem mais de 5 (cinco) mil horas de voo, tendo integrado tripulações efetivas das aeronaves de transporte de 3 (três) presidentes da República, Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek. Talvez esse tenha sido seu pecado.

23. ODAIR FERNANDES AGUIAR

O Ato nº III do Comando Supremo da Revolução o transferiu para a reserva. Além disso, através do AI 9 foi reformado. Não bastasse, preso em 06 de abril de 1964, libertado 33 dias após. Respondeu a IPM e a ação penal na 1ª Auditoria da 2ª CJM, sendo absolvido, no mesmo passo em que com relação a crime previsto na Lei 1802/53, reconheceu-se a extinção da punibilidade.

Foi impedido de voar, tendo que sobreviver com i
númeras dificuldades, pela vedação imposta pelas portarias exaus
tivamente criticadas no presente Mandado de Injunção.

24. ADÃO DA SILVA SILVEIRA

O caso do Ten. Adão tem aspectos distintos, eis
que sua condição é de aeronauta, na categoria mecânico de voo.

Sua demissão do serviço ativo da aeronáutica, afas
tado assim de sua condição de 1º Tenente Especialista em Aviação
ocorreu em 3 de setembro de 1964, com base no Ato Institucional
de 09 de abril do mesmo ano. Ficou impossibilitado, desde então,
de trabalhar em qualquer atividade ligada a aviação. O raciocí
nio levado a efeito no que concerne à justeza da reparação, quan
do a esse impetrante, deve ter como referência não a remuneração
de piloto de Boeing 737, e sim a correspondente a profissionais
que se dedicam a atividade de mecânico de voo.

25. OSCAR FERREIRA SOUZA

Punido pelo Ato Institucional de 09 de abril de
1964, com sua transferência para a reserva. Desde então, esse
impetrante ficou impedido de voar, em razão das portarias ex
pedidas contra todos os diplomas internacionais a respeito de
direitos fundamentais, dentre os quais a própria Declaração Uni
versal dos Direitos do Homem.

26. PAULO DE SANT'ANNA MACHADO

Comandante da Aviação Civil, esse impetrante foi
por diversas vezes perseguido, encontrando dificuldades insupe
ráveis para a manutenção de sua habilitação como piloto comercial.

27. RAIMUNDO IATAGAN BARRETO FALCÃO

Atingido também por medida excepcional, Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Embora anistiado, em razão da Lei de 1979, não pode obter carteira de piloto civil por mais de 15 (quinze) anos, cabendo também em seu caso, a determinação constitucional de reparação a tudo quanto passou em razão das vicissitudes havidas nesses três lustros.

28. ROBERTO FERNANDO DE CARVALHO

Atingido pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, sofreu também as consequências da portaria do Ministério da Aeronáutica de 1966, impedido que ficou de obter a carteira de piloto civil.

29. WALTER HUMBERTO MONTE

Alcançado em sua carreira militar por força do Ato Institucional de 09 de abril de 1964, desde então tornou-se impossível a obtenção da carteira de piloto, sem a qual não poderia desempenhar tais funções na aviação civil.

Exposto ao opróbio, resistiu tanto quanto pode e agora luta pelo prevalecimento da reparação que o poder constituinte determinou fosse concedida a todos quantos ficaram impedidos de trabalhar, na profissão em que se achava inserido.

As portarias do Ministério da Aeronáutica, de 1964, a primeira, de 1966 a segunda, são exemplos da capacidade de levar a extremos os ódios e rancores, absolutamente imotivados, em holocausto das garantias e dos direitos fundamentais.

É indispensável que a Injunção se transforme em via eficaz, como desejou a Lei Maior, para reparar tantas afrontas.

D O P E D I D O

Em face de tudo quanto se expôs, e valendo-se os impetrantes, de forma subsidiária, na linha de alguns julgados, do rito que se observa nos Mandados de Segurança, apresenta-se esse **Mandado de Injunção**, para os efeitos já explicitados na petição, tendo em vista que o Congresso Nacional deixou de elaborar Lei que lhe competia fazer, no prazo de 12 (doze) meses, a partir da promulgação da Constituição Federal.

É o que se vê em razão do preceito contido no art. 89, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Pretende-se, em razão da omissão, que o Supremo Tribunal Federal, mirando o caso concreto, com base na equidade, avaliando os subsídios apresentados pelos impetrantes, estabeleça, o que couber, para a efetiva reparação determinada pelo Poder Constituinte.

As informações, sobre a omissão, na elaboração da Lei, deverão ser solicitadas ao Presidente do Congresso Nacional, esperando-se, ao fim e ao cabo, que aos impetrantes se faça a justiça de que carecem, depois de tanta negação do Direito, tanta violência, e agressões sem precedentes às garantias fundamentais, como já se evidenciou nesse petitório.

De resto, não se tem precedente semelhante na história do país, em que tantos foram penalizados, impedindo-se-lhes de trabalhar, de exercer a profissão de aviadores, aspecto que cumpre acentuar para reflexão do Excelso Pretório.

A concessão desse Mandado de Injunção inscreverá uma página de vivificação do Direito, na história do Poder Judi-

ciário, que atuará, como se pretende, numa perspectiva de ética
cia da Lei, e não de mero formalismo, para deleite de doutos e
sofrimento de muitos.

Para os efeitos fiscais, dá-se o valor de Cr\$
Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Brasília, 19 de outubro de 1990

Nélio Roberto Seidl Machado

Nélio Roberto Seidl Machado

OAB/RJ 23.532

Lino Machado Filho

OAB/RJ 5715

URGENTE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS nº 180/89

ASSUNTO:

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no
§ 2º do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO = SERVIÇO PÚBLICO = FINANÇAS.

À COMISSÃO DE FINANÇAS

em 05 de OUTUBRO de 1989

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Francisco Kiester em 5/10 1989
O Presidente da Comissão de Finanças
Ao Sr. J. Deputado José Maria Eustáquio em 9/5 1980
O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____

URGENTE

Anexo: PL 4247/89
1329/88



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SENADO FEDERAL)

PLS 180/89

ASSUNTO:

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no
§ 2º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO = SERVIÇO PÚBLICO = FINANÇAS.

À COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO em 05 de OUTUBRO de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Francisco Kuster, em 11/10/1989 ✓
O Presidente da Comissão de Serviços Públicos
Ao Sr. DEPUTADO NOSSER ALMEIDA (REDISTRIBUIÇÃO), em 12/10/1989 ✓
O Presidente da Comissão de SERVIÇO PÚBLICO
Ao Sr. Deputado Renato Vianna (REDISTRIBUIÇÃO), em 13/10/1989 ✓
O Presidente da Comissão de Serviços Públicos
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

DE 19

PROJETO N.º